



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – MARÍLIA

DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

HELIOMAR CAVATI SOBRINHO

**A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA:
ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO EM
LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E
DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE ECONOMIA**



Marília
2014

HELIOMAR CAVATI SOBRINHO

**A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA: ANÁLISE
DE ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO EM LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS
E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE ECONOMIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação da Universidade Estadual
Paulista, *campus* de Marília, para obtenção do título de
Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e
Conhecimento.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da
Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariângela Spotti Lopes Fujita
(UNESP).

Co-orientador: Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (Universidad
de Murcia).

Marília
2014

Cavati Sobrinho, Heliomar

C377a A representação documentária do domínio da Economia: análise de estruturas de representação em linguagens documentárias e documentos específicos de economia / Heliomar Cavati Sobrinho. - Marília, 2014. 149p. 30 cm.

Orientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

Bibliografia: f. 99-106.

Orientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Inclui apêndices.

1. Representação Documentária. 2. Linguagem Documentária. 3. Economia – Brasil. 4. Boletins de Conjuntura Econômica - Brasil. I. Mariângela Spotti Lopes Fujita. II. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Pós-graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDD 025.525

HELIOMAR CAVATI SOBRINHO

**A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA: ANÁLISE
DE ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO EM LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS
E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE ECONOMIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, *Campus* de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento. Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Livre-docente Mariângela Spotti Lopes Fujita (Orientadora)
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP

Professor Livre-docente João Batista Ernesto de Moraes (Presidente da Banca)
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP

Professora Livre-docente Dulce Amélia de Brito Neves
Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Professora Doutora Milena Polsinelli Rubi
Diretora da Biblioteca do Campus de Sorocaba, Universidade Estadual Paulista,
Sorocaba – SP

Professora Livre-docente Hellen de Castro Silva Casarin
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP

Professor Doutor Walter Moreira
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP

A Deus, por ter enviado Jesus, que inspirou Paulo de Tarso a nos comunicar a sublime lição, lembrada por Emmanuel, por meio de Chico Xavier, no livro *Fonte Viva*:

“Esqueçamos todas as expressões inferiores do dia de ontem e **avancemos para os dias iluminados que nos esperam**”.
Paulo (Filipenses, 3: 12-14).

AGRADECIMENTOS

[...]

Obrigado, Senhor!

Porque eu nasci!

Obrigado porque creio em ti.

Pelo teu amor, obrigado, senhor!"

Poema de Gratidão - Amélia Rodrigues (Divaldo Pereira Franco).

Sou muito grato...

A meus pais, Terezinha de Jesus Bellas Cavati e Eloir Cavati, pela oportunidade desta vida e a minha filha Taís, meu tesouro, pela motivação.

A Verônica, Paula, Nair, Raimundo e Paulo, pelos primeiros estímulos à pesquisa.

A todos os meus professores, desde a primeira infância...

Aos grandes seres humanos que inspiraram e construíram a UNESP e a UFC, até hoje, permitindo que as instituições chegassem até aqui, oportunizando-nos o trabalho, a pesquisa, o aprendizado.

À professora Mariângela por aceitar o meu projeto; pelas orientações e disposição em fazê-las com regularidade; pelo acolhimento em Marília; pelo estímulo e encorajamento na participação do IBERSID 2012; pela paciência e sinceridade em suas atitudes e, principalmente, pela oportunidade de aprender em sala de aula com a sua experiência profissional.

Ao professor Isidoro, pela co-orientação, pelas experiências e pelo conhecimento compartilhados na sala de aula e fora dela; pelo livro e pelo programa SISA com suas possibilidades de pesquisa e desenvolvimento da indexação.

Às rosas perfumadas do jardim do laboratório; às árvores, principalmente aos Ipês coloridos, que enchem as vidas acadêmicas de beleza, paz e alegria de viver; às mãos abençoadas que as plantaram, cuidaram e continuam cuidando das rosas, das árvores e dos ipês. Que recebam o perfume, a beleza, a paz e a alegria de viver.

Aos funcionários da secretaria da pós-graduação em Ciência da Informação, pelo trabalho ímpar, comprometido e fraterno que me apoiaram em todos os momentos. Em especial, à Tatiana, Isabela e Caroline.

A todos os funcionários da UNESP-Marília e, em especial, aos do restaurante, preocupados em servir refeições saudáveis, agregadas de amorosidade.

Ao Projeto de Extensão em Assistência Psicológica ao Acadêmico da Universidade Estadual Paulista (PROAPA, UNESP-Marília), que, na pessoa da Dra Janice, me ajudou a manter a saúde e equilíbrio, assim como a Dra Josemara, o Dr. Alexandre, Dra Karine e Dr. João Virgílio.

Aos amigos do grupo de estudo de política de indexação, vinculado ao projeto de pesquisa de “Análise Documentária” e aos alunos das disciplinas que pude acompanhar, pela oportunidade de aprender e, em especial, a Talita, Bruno, Juliete, Vera e Renan.

Ao professor João Batista e à Regina pela companhia agradável no IBERSID e pela disciplina ministrada; pelo apoio e encorajamento nos momentos difíceis e pelas importantes contribuições na banca de qualificação.

Ao professor José Augusto pela forma respeitosa com que conduziu a coordenação da apresentação do trabalho no IBERSID; pelas conversas sinceras e úteis sobre meu projeto de pesquisa e encorajamento.

À professora Dulce Neves pela simplicidade em comunicar conhecimentos tão complexos; pela participação e contribuições na banca de qualificação.

À Milena Rubi pela presença especial na banca de qualificação e de defesa, pelo reconhecimento do tema e suas contribuições.

Ao professor Walter por ter aceitado participar da minha banca de defesa e sua consequentes contribuições.

Aos professores e aos colegas do Doutorado Interinstitucional UNESP/UFC, pela convivência respeitosa, fraterna, harmoniosa, solidária e construtiva.

À professora Virgínia Bentes, coordenadora do DINTER pela oportunidade de realizar este doutorado.

À UFC, ao Departamento de Ciência da Informação e aos colegas que o compõem pela liberação para realização do Doutorado, pelo esforço para que todos, do DINTER e de outros programas, pudessem aproveitar a oportunidade de realizá-lo.

À minha esposa Luciana, por estar a meu lado em todos os momentos deste Doutorado para o que deu e veio ... *“Se você vier, pro que der e vier, comigo. Eu te prometo o sol, se hoje o sol sair, ou a chuva, se a chuva cair. Se você vier, até onde a gente chegar, numa praça, na beira do mar, num pedaço de qualquer lugar (...) Esse tanto, esse tão grande amor (...) se você quiser e vier, pro que der e vier, comigo. Comigo! (Dia Branco - Geraldo Azevedo).*

“Com efeito, o homem tem por missão trabalhar pela melhoria material do planeta. Cabe-lhe desobstruí-lo, saneá-lo, dispô-lo para receber um dia toda a população que a sua extensão comporta. Para alimentar essa população que cresce incessantemente, preciso se faz aumentar a produção **[Economia]**. Se a produção de uma região é insuficiente, será necessário buscá-la fora. Por isso mesmo, as relações entre os povos constituem uma necessidade. A fim de mais as facilitar, cumpre sejam destruídos os obstáculos materiais que os separam e tornadas mais rápidas as comunicações **[do conhecimento e da informação]**. Para esses trabalhos, que são a obra dos séculos, teve o homem de extrair os materiais até das entranhas da terra; procurou na **Ciência** os meios de os executar com maior segurança e rapidez. Mas para os levar a efeito, precisa de recursos: a necessidade fê-lo criar a riqueza, como o fez descobrir a **Ciência [da Informação]**. A atividade necessitada por esses mesmos trabalhos, aumenta e desenvolve a sua inteligência, que ele concentra primeiro na satisfação das necessidades materiais, o ajudará mais tarde a compreender as grandes verdades morais. Sendo a riqueza **[Economia]** o meio primordial de execução, sem ela não mais grandes trabalhos, nem atividade, nem estímulo, nem **pesquisas**. Com razão, pois, é a riqueza **[Economia]** considerada elemento de progresso.”

Allan Kardec.

O Evangelho Segundo o Espiritismo, 1864, cap. 16, item 7.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a representação documentária do domínio da Economia, por meio da análise das estruturas de representação em Linguagens Documentárias e documentos específicos de Economia, a partir da identificação dos termos dos Boletins de Conjuntura Econômica do Brasil. Tem como objetivo geral, contribuir com o desenvolvimento da representação da informação do domínio da Economia, por meio dos resultados da análise de como a informação é representada nas Linguagens Documentárias e, como objetivos específicos: investigar os aspectos teóricos da representação documentária do domínio da Economia; identificar e descrever a informação nos Boletins de Conjuntura Econômica do Brasil; e, analisar a informação do domínio da Economia representada nas Linguagens Documentárias. Tendo em vista, portanto, a peculiaridade e a importância da informação do domínio da Economia, que serve de suporte para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, indaga-se: Como a informação do domínio da Economia é representada pelas Linguagens Documentárias? A tese desta pesquisa é de que o aprimoramento da representação da informação do domínio da Economia depende da delimitação do seu conceito e de estudos das Linguagens Documentárias que a representam. Realiza, então, um estudo teórico-metodológico da Representação do Conhecimento e da Linguagem Documentária, no contexto da Ciência da Informação. Apresenta e descreve três Linguagens Documentárias que abrangem o domínio da Economia: o Vocabulário Controlado da USP; o Tesouro ISOC de Economia; e a tradução da *Library of Congress Subject Headings* utilizada pela Biblioteca Nacional. Conceitua a informação do domínio da Economia. Utiliza, como metodologia, o “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouro”, proposto por Cervantes (2009). A pesquisa conclui que este modelo é um instrumento consolidado e exequível para construção de Linguagens Documentárias. Elabora uma estrutura documentária do domínio da Economia tendo, como parâmetro, as estruturas das Linguagens Documentárias e os documentos específicos da área. A partir da compilação do *corpus* de termos econômicos dos boletins, do seu cotejamento e verificação nas linguagens pesquisadas, classifica-os para, em seguida, apresentar uma proposta de categorização deles no subdomínio “Indicadores Econômicos”, inserindo-os no Vocabulário da USP. Infere que o conceito de *informação do domínio da Economia*, assim como o conceito de *Indicadores Econômicos*, consubstanciam-se como sinônimos de informação, pois indicam um “conjunto de significantes” da conjuntura econômica. Representam, assim, aspectos da realidade produtiva do país, de um estado, de um município, ou mesmo de setores específicos, que podem utilizá-los para tomadas de decisão e consequentes investimentos em inovações que resultem em melhoria para a sociedade.

Palavras-chave: Representação Documentária. Linguagem Documentária. Informação do domínio da Economia. Boletins de Conjuntura Econômica - Brasil.

ABSTRACT

This research investigates the representation documentary of the field of economics, by analyzing the structures of representation in the Indexing Languages and specific documents of Economics, from the identification of the terms of Bulletins Economic Conjuncture of Brazil. Has like overall goal, to contribute to the development of the information of the field of Economics, by means of the analysis results how this information is represented in the Indexing Languages and, like specific objectives: to investigate the theoretical aspects of representation documentary of the field of economics; to identify and describe the information at the Bulletins Economic Conjuncture of Brazil; and, to analyze information in the field of Economics shown in Indexing Languages. In view of, therefore, the uniqueness and importance of information in the field of Economics, serves as support for the socioeconomic development of Brazil, inquire: As the information field of Economics is represented by Indexing Languages? The thesis of this research is that the improvement of the representation of information in the field of Economics depends on your definition of the concept and studies of Indexing Languages that represent. Performs a theoretical-methodological study of the Knowledge Representation and Indexing Languages, in the context of Information Science. Presents and describes three Indexing Languages that covering the field of economics: the Controlled Vocabulary of the USP; the Thesauri ISOC of Economy; and the translation of the *Library of Congress Subject Headings* used by Biblioteca Nacional. Conceptualizes the information of the field of Economics. Used as a methodology the “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro” proposed by Cervantes (2009). The research concludes that this model is an instrument consolidated and feasible to build of Indexing Languages. Prepares a documentary structure of the field of Economics having as parameter of the Indexing Languages and the specific documents area. From the compilation of corpus economic terms of the bulletins and your comparison and verification in the languages surveyed, classifying for the, next, submit a proposal for categorization their in the subdomain “Economic Indicators”, entering in the Vocabulário da USP. Infers that, the term of the *information of the field of Economics*, even as the concept of *Economic Indicators*, consolidate as synonyms of information, because indicate a “sets with significant expertise” of the economic conjuncture. They represent therefore, productive aspects of the reality of the country, a state, a county, or even specific sectors, that can the use for the make decision and consequent investments in innovations that result in an improvement to society.

Word-key: Representation Documentary. Indexing Language. Information of the Field of Economics. Bulletins of Economic Conjuncture - Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre os objetivos e os capítulos da pesquisa.....	24
Quadro 2 - Bibliografia de marcos teóricos de Organização e Representação do Conhecimento.....	28
Quadro 3 – Síntese das etapas de construção de tesouros segundo autores.....	35
Quadro 4 - Sistematização de etapas da construção de tesouros.....	36
Quadro 5 - Descrição das etapas de construção de tesouros.....	36
Quadro 6 - Estrutura da classe de Ciências Humanas do VC-USP.....	42
Quadro 7 - <i>Tesouros y Glosarios IEDCYT en Línea</i>	44
Quadro 8 - Exemplos de termos econômicos gerais e específicos principais.....	53
Quadro 9 - Termos estatísticos: área econômica.....	55
Quadro 10 - Exemplo da estrutura da CNAE 2.0.....	57
Quadro 11 - Categorias principais do Sistema de Classificação do JEL.....	58
Quadro 12 - Indicadores e modelos de recuperação da informação dos BCEs.....	72
Quadro 13 – Quadro comparativo das etapas do Modelo e as etapas desta pesquisa.....	76
Quadro 14 - Total de termos do domínio da Economia.....	80
Quadro 15 - Árvore de domínio da Economia: macroestruturas das Linguagens Documentárias e documentos específicos da área.....	81
Quadro 16 - Exemplo de análise de conteúdo dos BCEs – Nível de Atividade.....	84
Quadro 17 - Formulário de identificação e seleção de termos.....	85
Quadro 18 - Cotejamento do boletim Política Econômica em Foco da UNICAMP.....	86
Quadro 19 - Exemplo dos termos em ordem alfabética do Apêndice G.....	87
Quadro 20 - Árvore de domínio da Economia classificada em ordem alfabética.....	88
Quadro 21 – Resultados da aplicação experimental do Modelo.....	91
Quadro 22 - Proposta de estrutura do subdomínio Indicadores Econômicos.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEA	<i>American Economic Association</i>
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANIPES	Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística
BC	Banco Central
BC-IPEA	Boletim de Conjuntura do IPEA
BCE	Boletim de Conjuntura Econômica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
ENANCIB	Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEL	<i>Journal of Economic Literature</i>
LD	Linguagem Documentária
MEC	Ministério da Educação
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PAIS	<i>Public Affairs Information Service</i>

PIB	Produto Interno Bruto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
VC-USP	Vocabulário Controlado da USP

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA E A ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS.....	27
2.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	27
2.2 LINGUAGENS NA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA.....	31
2.3 A CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: CONTRIBUIÇÕES DA TERMINOLOGIA.....	34
2.4 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS COMO ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	39
2.4.1 Vocabulário Controlado da USP.....	40
2.4.2 Tesouro ISOC de Economia.....	43
2.4.3 <i>Library of Congress Subject Headings</i>	47
2.5 SÍNTESE.....	48
3 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA E SUAS ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA.....	50
3.1 ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA EM DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DO DOMÍNIO DA ECONOMIA.....	53
3.2 SÍNTESE.....	59
4 A INFORMAÇÃO NOS BOLETINS DE CONJUNTURA ECONÔMICA.....	60
4.1 SÍNTESE.....	72
5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS.....	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	100
REFERÊNCIAS DOS BOLETINS.....	106
APÊNDICE.....	107

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada “A Representação Documentária do domínio da Economia: análise de estruturas de representação em Linguagens Documentárias e documentos específicos de Economia”, tem como proposição analisar a informação do domínio da Economia com a finalidade de propor categorias que compõem uma estrutura de representação documentária elaborada com base nas estruturas das linguagens e dos documentos específicos, a partir da identificação dos termos dos Boletins de Conjuntura Econômica (BCEs) do Brasil.

Em 2004, enquanto realizava o mestrado em Ciência da Informação pela PUC de Campinas, classifiquei-me no concurso para escriturário do Banco do Brasil, assumindo o cargo em 2005.

Para associar a teoria à prática, o professor Paulo de Martino Jannuzzi, sugeriu que analisasse a Produção e Disseminação das informações dos Boletins de Conjuntura do Brasil¹, cujos resultados me levaram a dar prosseguimento à pesquisa, agora sob a perspectiva da sua Organização e Tratamento, com a orientação da Professora Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Esses estudos, associados ao conhecimento proporcionado pelas disciplinas e pelas reflexões do doutorado em Ciência da Informação da UNESP, por meio do DINTER UNESP/UFC, permitiram tecer as considerações iniciais desta tese, conforme passo a descrever.

A Ciência da Informação (CI), enquanto ciência multi e interdisciplinar, pode contribuir para compreender e delimitar o conceito da informação do domínio da Economia sob a ótica da complexidade, em que a ordem, a separabilidade e a lógica são complementadas por suas três vertentes: discutir sem dividir, imprevisibilidade e oposição da racionalização fechada à racionalização aberta. (MORIN, 1998).

A natureza interdisciplinar da CI é analisada por diferentes autores. Saracevic (1995), por exemplo, relaciona-a com quatro áreas principais: Ciência da Computação, Biblioteconomia, Ciência Cognitiva e Comunicação, reconhecendo-a

como uma ciência de resolução de problemas; Wersig (1993), por sua vez, além de afirmá-la como interdisciplinar, ressalta seu aspecto social.

Santos e Beraquet (2001) também apontam sua função social - contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade -, considerando que os profissionais da informação exercem o papel de produtores de conhecimento com competências para rentabilização de fluxos de informação, assumindo, assim, uma postura estratégica de agentes sociais.

Nesta pesquisa, inicialmente, fica-se com a perspectiva de Le Coadic (1996), que conceituou a Ciência da Informação, enunciando os seguintes procedimentos e atividades sobre ela:

De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, portanto, uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente: a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso. (LE COADIC, 1996, p. 26).

Assim, fica evidente que o estudo da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento se faz necessário e presente nos processos citados, pois não se constrói um sistema de informação sem a intenção de torná-lo comunicável e disponível para uso, nem que seja para fins próprios. Em outras palavras, a finalidade da organização do fluxo de uma determinada informação é construí-lo de forma planejada para permitir sua comunicação e uso por meio da representação de seu conteúdo.

A informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, segundo Barreto (1999), tem como função agregar conhecimento à sociedade pela modificação do estado de consciência dos indivíduos que a constituem, o que permite seu aperfeiçoamento constante, sendo conceituada como:

Conjuntos significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou a sociedade [...]

¹ CAVATI, Heliomar. **Informação econômica no Brasil: uma análise dos Boletins de Conjuntura Econômica**. 2005. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005.

instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social. (BARRETO, 1999, p. 167).

Claro está que a sociedade que se priva de informação e que se fecha em si mesma está fadada à estagnação intelectual, moral, econômica e social. Tal situação nos leva a deduzir que a informação organizada e representada auxiliará mais os indivíduos. Eles poderão escolher o que melhor lhes convém no aprimoramento de suas vidas quanto à execução dos seus papéis sociais, seja como cidadãos nos locais públicos e coletivos, seja como profissionais, gerando inovações tecnológicas ou, simplesmente, como indivíduos mais humanizados, nas relações familiares e sociais.

Buckland (1991) caracteriza a “informação-como-coisa” de especial interesse no estudo dos sistemas de informação. É com esse tipo de informação que os sistemas de informação lidam diretamente. Bibliotecas lidam com livros; sistemas de informação à base de computador manuseiam dados na forma de *bits* e *bytes* físicos; os museus lidam diretamente com objetos, ou seja, somente informações registradas podem basear sistemas de informação.

Para Le Coadic (1996),

Informação é um conhecimento [*nota de roda-pé: Um conhecimento é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é ter presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). O saber designa um conjunto articulado e organizado de conhecimentos a partir do qual uma ciência – um sistema de relações formais e experimentais – poderá originar-se*] inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual...o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura. (LE COADIC, 1996, p. 5).

A informação é constituída de dados, elementos basilares, cuja forma primária só passa a ter significado quando elaborados entre si ou entre dados de natureza diferente, permitindo a formação de “conjuntos significantes”. Por exemplo, na área

de Economia a informação constitui o conjunto de dados agregados na forma de indicador econômico.

Na Economia, portanto, a informação, especificamente, é uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado econômico substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito econômico abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). Trata-se de um recurso metodológico - empiricamente referido - que **informa** algo sobre um aspecto da realidade econômica ou sobre mudanças que nela estão se processando. (CAVATI SOBRINHO, 2005, adaptado de JANNUZZI, 2004).

A economia real, então, é representada por informações que, agregadas, constituem por si só, dependendo do uso que lhes deem, representação da conjuntura total ou parcial dessa mesma realidade. O Produto Interno Bruto (PIB) é um exemplo clássico desse tipo de informação, pois informa sobre a realidade econômica do país, sintetizando o somatório da sua produção, possibilitando realizar inferências sobre política, emprego, capacitação de pagamento da dívida externa, dentre outras, quando associado a outros indicadores. (JANNUZZI; CAVATI SOBRINHO, 2005).

Os Indicadores Econômicos, que se consubstanciam também como sinônimo de informação, são um conjunto de dados referentes a uma idéia do estado de uma economia (SANDRONI, 2004).

Um Indicador Econômico, ao **informar** sobre aspectos da realidade econômica de um país, representando um estado dessa, possui atributos da **informação**, podendo, pois, ser objeto de estudo da **Ciência da Informação**. Portanto, a **Informação do domínio da Economia**, ao se referir à realidade, é relevante para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida em todos os planos, desde a definição de políticas que satisfaçam as necessidades básicas do ser humano, passando pela proposição de investimentos industriais com fins de exportação em longo prazo, até a geração de inovações tecnológicas, ou seja, fomenta, se bem utilizada, o desenvolvimento econômico em sua plenitude, cumprindo sua função socioeconômica.

Os principais produtores da informação do domínio da Economia, no Brasil, são, na esfera pública, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e do Trabalho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Central (BC).

Na esfera não pública, tem-se a Fundação Getúlio Vargas (responsável há longo tempo pelas Contas Nacionais e índices oficiais de preços); as Confederações Patronais (como CNI, FIESP, FECOMÉRCIO); Associações e Sindicatos Patronais (como ANFAVEA, Sindipeças, ELETROS, ABPO); os grupos editoriais especializados (como Gazeta Mercantil, EXAME, Valor); o SEBRAE e empresas de pesquisa, como IBOPE e NIELSEN.

Além dessas instituições, há ainda aquelas que produzem indicadores a partir dos dados primários do IBGE e de outras fontes, consolidando-os, geralmente, em boletins conjunturais, mensais ou trimestrais, ou em relatórios anuais.

Das instituições citadas anteriormente, destacam-se: o IBGE, por ser o coordenador do Sistema Nacional de Estatísticas Econômicas; o IPEA, pela sua função de fundamentar o planejamento do Governo Federal; e o BNDES, instituição cuja responsabilidade é apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Em vista da importância do assunto, ao pesquisar as informações do domínio da Economia no Brasil e analisar os BCEs, na dissertação de mestrado em Ciência da Informação, intitulada “INFORMAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL: uma análise dos Boletins de Conjuntura Econômica”, sob a orientação do Profº Drº Paulo de Martino Jannuzzi, em 2005, alguns resultados chamaram atenção, como, por exemplo, a ausência de trabalhos acadêmicos relacionados com a pesquisa sobre a padronização na produção, organização e representação da informação do domínio da Economia.

Constatou-se que, em relação à padronização terminológica, existem a Lista de Cabeçalho de Assunto do *Public Affairs Information Service* (PAIS); o Tesauro desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), adaptado do *Thesaurus Popin* (Tesauro multilíngue de população da ONU); a

estrutura terminológica elaborada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES); o Catálogo do IBGE (2000); o Dicionário de Conceitos do IPEA; o Glossário do Relatório da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; o Novíssimo Dicionário de Economia de Sandroni (2004), e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

Também existe o sistema de classificação para artigos - *Classification System For Journal Articles* – do Jornal de Literatura Econômica - *Journal of Economic Literature* (JEL) -, da Associação Americana de Economia – *American Economic Association* (AEA) (2004). No entanto, ele tem a finalidade de catalogação de documentos, como livros e periódicos com seus artigos – na definição das palavras-chave, por exemplo.

Contatou-se, ainda, na referida pesquisa, que o usuário dessas informações são os 13.629 profissionais envolvidos diretamente com os assuntos econômicos, isto é, os profissionais da Administração Econômico-Financeira e os Profissionais em Pesquisa e Análise Econômica, denominados de usuários reais efetivos, tendo como referência o Estado de São Paulo - devido à sua importância na economia do país.

Levando em consideração que esses profissionais - muitos da esfera pública - utilizam a informação do domínio da Economia para tomada de decisão que influencia o desenvolvimento socioeconômico do país, justifica-se, em parte, esta pesquisa, tendo em vista a importância da organização e representação desse tipo de informação.

Na pesquisa anterior², constatou-se, ainda, que dos 18 Boletins de Conjuntura analisados, apenas o boletim “Informações Econômicas”, do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, possui um “Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento”, com um Núcleo de Informação e Documentação, apesar da linguagem utilizada não seguir um único parâmetro pré-estabelecido. Somente o Boletim de Conjuntura do IPEA (BC-IPEA), chega a utilizar 581 termos, sem

² CAVATI, Heliomar. **Informação econômica no Brasil: uma análise dos Boletins de Conjuntura Econômica**. 2005. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005.

disponibilizar ao menos um glossário para o usuário, embora haja uma aproximação terminológica utilizada por todos os boletins.

Além disso, observou-se que o trabalho mais elaborado para organizar a terminologia da área, ao menos semântica e conceitualmente, é o “Novíssimo Dicionário de Economia”, de Sandroni (2004), o que desafia a nossa área a estruturar, com o aporte interdisciplinar das áreas da Economia e da Linguística, um projeto de pesquisa que estude a representação da informação do domínio da Economia no Brasil.

Outra informação importante é que, ao pesquisar, no SciELO, no Portal Capes de Periódicos, na *Web Of Knowledge*, na *Scopus*, e no Google acadêmico, a expressão “Informação Econômica” (com tradução para a língua inglesa e espanhola), foram recuperados poucos estudos relacionados a essa área. No SciELO, ressaltou-se, havia quatro artigos sobre “Informação Estatística”, cujos autores fazem parte do quadro teórico desse projeto.

Os relacionados à área são os seguintes: “Informação para a indústria: a informação científica, técnica e econômica – ICTE para a empresa”, de Dégoul (1992); e “Fontes de Dados e Indicadores Econômicos no Brasil” (JANNUZZI; CAVATI SOBRINHO, 2005), além de contribuições de pesquisadores da Ciência da Informação relacionados à “informação estatística”, que engloba os indicadores da atividade econômica, como os de Gracioso (2002), “Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatísticas”; Lara; Camargo e Rocha (2002), “Informação estatística e cidadania”; Lara e Conti (2003), “Disseminação da informação e usuários”; Senra (2005), “Informação estatística: direito à privacidade *versus* direito à informação” e “Informação estatística como objeto de estudo: uma primeira tentativa de formalização”.

Ou seja, o campo de estudo sobre Informação do domínio da Economia é uma área ainda pouco explorada cientificamente, e sua demanda é tão emergente quanto o próprio país. Há necessidade de que suas informações estejam organizadas e representadas para que, ao serem disseminadas, possam ser acessadas e utilizadas, colaborando para o seu desenvolvimento pleno.

Fica clara, então, que há a necessidade de se investigar como a informação do domínio da Economia é representada no Brasil sob os preceitos da Ciência da Informação, na área da Organização e Representação do Conhecimento (ORC),

identificando-a e delimitando-a teoricamente para possibilitar sua representação, por uma Linguagem Documentária (LD) específica.

Em vista disto, pesquisas sobre as Linguagens Documentárias (LDs) do domínio da Economia podem contribuir para esse tipo de informação produzida no país. É necessário que, desde sua construção, produção e seleção, ela seja organizada e representada com a finalidade de ser comunicada e disseminada para ser útil e produtiva administrativa, social, política e economicamente.

O domínio temático de uma área do conhecimento em Terminologia pode ser considerado como todo o conhecimento de uma especialidade. Nesse caso específico, o domínio temático é a Economia, uma realidade representada por termos ou expressões próprias nos documentos da área, como são os BCEs, as LDs e os seus documentos específicos.

Nesta pesquisa, utilizamos o conceito de *domínio* da área de Terminologia que, segundo a ISO 1087(2000), é o subconjunto de uma área, determinado por um sistema de noções, sendo a *área* uma parte do saber cujos limites são definidos segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica.

A relevância da pesquisa de Cervantes (2009), portanto, ao elaborar um modelo metodológico integrado para construção de tesouro que, inicialmente, enfatiza como etapa inicial a delimitação de um domínio é ressaltada por Lara (1999) ao definir que:

O significado das palavras nos discursos de domínios e áreas de atividade é explicitado a partir e no universo desses grupos particulares, reproduzindo seus padrões valorativos e cognitivos, sua estrutura e processos. A terminologia constitui, assim, o lugar privilegiado para a convergência dos vários discursos correlatos, sejam eles contrários ou contraditórios. **A Terminologia, preocupada em “mapear” os conceitos de domínios, permite restaurar a referência a esses domínios, bem como oferece procedimentos orientadores para a identificação e/ou construção de vocabulários específicos.** (LARA, 1999, p. 17, grifo nosso).

As perspectivas para o uso de uma LD perpassam a representação da informação do domínio da Economia no Brasil. Faz-se necessária a definição de conceitos e parâmetros para a sua utilização e o estudo dos seus fundamentos mais específicos, principalmente sua delimitação terminológica.

A representação da informação e as LDs fazem parte da teoria da classificação, da teoria do conceito e das teorias da comunicação, denominadas, em seu conjunto, teorias da organização do conhecimento. (GHINCHAT; MENOU, 1994).

Em pesquisa realizada por Fujita 2008, por meio de estudos apresentados, de 2005 a 2007, no ENANCIB, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), foi realizada uma análise do desenvolvimento da área de estudo da ORC.

O conceito de ORC está sistematizado “em seu próprio nome formado por dois conceitos fundamentais: a Organização do Conhecimento e a Representação do Conhecimento” (FUJITA, 2008, p. 6), cuja atividade gera instrumentos de Representação do Conhecimento, ou seja, as LDs – sendo tesouro uma tipologia dessas -, assim como as listas de descritores, dentre outros.

A representação do conhecimento, portanto, é realizada por seus processos, sistemas e instrumentos. Os processos são a indexação e a classificação, auxiliados por sistemas e instrumentos de representação.

O processo de classificação é auxiliado por sistemas de classificação bibliográficos, que traduzem os assuntos para notações alfanuméricas, e o processo de indexação é auxiliado por LDs alfabéticas, tais como os tesouros e as listas alfabéticas de assunto. Ou seja, a representação da informação não ocorre só pela indexação, mas também por outros processos e instrumentos elaborados para organizar e representar um dado aspecto da realidade.

Um desses aspectos é a informação do domínio da Economia - que em sua maioria é informação governamental, cujo tratamento, visando a sua organização e disseminação, só recentemente foi reconhecido e incorporado pelas instituições públicas, principalmente com o advento das novas tecnologias como a *Internet* (LARA, 1999). Tal fato nos coloca em um momento favorável de aprendizado e desenvolvimento de métodos cada vez mais fidedignos de democratização dessa informação, por meio de sua representação.

Tendo em vista, portanto, a peculiaridade e a importância da informação do domínio da Economia, que serve de suporte para o desenvolvimento

socioeconômico do Brasil, indaga-se: Como a informação é representada pelas LDs que cobrem o domínio da Economia?

Há, portanto, necessidade de investigar a representação da informação do domínio da Economia nas LDs, considerando a especificidade, visto que o aprimoramento da representação da informação do domínio da Economia depende da delimitação do seu conceito e de estudos de LDs que a representam.

Assim, como mencionado no início do capítulo, a proposta desta pesquisa é analisar a informação do domínio da Economia representada nas LDs, a partir da identificação dos termos econômicos dos BCEs do Brasil, com o objetivo geral de contribuir com o desenvolvimento da representação da informação do domínio da Economia pelos resultados da análise de como ela é representada nas LDs. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Investigar os aspectos teóricos da representação documentária do domínio da Economia;
- b) Identificar e descrever a informação dos BCEs do Brasil;
- c) Analisar a informação do domínio da Economia representada nas LDs.

Convém destacar que o projeto original desta tese de doutorado foi aprovado no Doutorado Interinstitucional entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), fomentado pelo "Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER)", do Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de capacitar recursos humanos da rede de Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De acordo com a proposição, serão desenvolvidos os seguintes capítulos teóricos e metodológicos (Quadro 1):

Quadro 1 - Relação entre os objetivos e os capítulos da pesquisa.

ESTRUTURA	SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA
	DELIMITAÇÃO
Título	A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA: ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO EM LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE ECONOMIA
Problema	Necessidade de investigar a representação da informação do domínio da Economia nas LDs, considerando sua especificidade.
Proposta	Analisar a informação do domínio da Economia representada nas LDs, a partir da identificação dos termos econômicos dos BCEs do Brasil.
Objetivo Geral	Contribuir com o desenvolvimento da representação da informação do domínio da Economia, através dos resultados da análise de como ela é representada nas LDs.
Capítulo 2	Objetivo específico 1: investigar os aspectos teóricos da representação documentária do domínio da Economia.
Capítulo 3	A representação documentária e a análise de estruturas de Linguagens Documentárias.
	A delimitação conceitual da informação em Economia e suas estruturas de representação documentária.
Capítulo 4	Objetivo específico 2: Identificar e descrever a informação dos BCEs do Brasil.
	A informação nos Boletins de Conjuntura Econômica.
Capítulo 5	Objetivo específico 3: Analisar a informação do domínio da Economia representada nas Linguagens Documentárias e documentos específicos da área.
	Desenvolvimento da pesquisa empírica e resultados.
Capítulo 6	Considerações finais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A realização desta pesquisa justifica-se não só pelo seu caráter original, como pela necessidade real de estudos na área de representação da informação do

domínio da Economia, devido à sua relevância no contexto socioeconômico do país, contribuindo para o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos inovadores nas temáticas relacionadas e, conseqüentemente, na área da Ciência da Informação.

Por se tratar de pesquisa, de natureza bibliográfica, descritiva, exploratória e de aplicação experimental, que tem como objetivo principal contribuir com o desenvolvimento da representação da informação do domínio da Economia, através dos resultados da análise de como ela é representada nas LDs, ela é iniciada pelo desenvolvimento do referencial teórico (capítulo 2) de ORC - pesquisado por Fujita (2008) - e a descrição das LDs, instrumentos de representação da informação.

Apresenta-se, também, a sistematização de etapas da construção de tesauros por meio do “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro” (CERVANTES, 2009), demonstrando as macroestruturas de três LDs que abrangem o domínio da Economia: o Vocabulário Controlado da USP (VC-USP); o Tesauro ISOC de Economia; e a tradução da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) utilizada pela Biblioteca Nacional (BN).

N capítulo 3 delimita-se o conceito da informação do domínio da Economia, ciência que estuda a atividade produtiva (SANDRONI, 2004) para, logo após, apresentar as estruturas de representação documentária em documentos específicos da área, como a CNAE e o sistema de classificação do Jornal de Literatura Econômica da Associação Americana de Economia, dentre outros.

Em continuidade, no capítulo 4, descreve-se a informação dos Boletins de Conjuntura Econômica, verificando seus modelos de recuperação da informação para refletir sobre a relação entre o processo de representação e a recuperação da informação.

O desenvolvimento da pesquisa empírica e os resultados estão expostos no capítulo 5, cuja metodologia se subdivide, inicialmente, na revisão de literatura e elaboração da estrutura de representação documentária do domínio da Economia, baseada no “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro” de Cervantes (2009), que sintetizou as suas etapas apoiando-se nas teorias e normas da área da Terminologia e da Ciência da Informação.

Em seguida, aplica-se o modelo, elaborando a estrutura documentária do domínio da Economia tendo como parâmetro as estruturas das LDs e os documentos específicos da área. A partir da compilação do *corpus* de termos econômicos dos boletins e do seu cotejamento nas LDs, a proposta de sua categorização é apresentada no subdomínio “Indicadores Econômicos”, inserindo-os no VC-USP.

Para concluir, as considerações finais compõem o capítulo 7.

2 A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA E A ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Neste capítulo, as LDs são analisadas como instrumentos de representação da informação e contextualizadas como objetos de estudo da área de Organização e Representação do Conhecimento. Com interface da Terminologia, apresenta-se a sistematização de etapas da construção de tesouros por meio do “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouro” e, em seguida, as macroestruturas que abrangem o domínio da Economia: VC-USP, Tesouro ISOC de Economia e tradução da LCSH utilizada pela BN.

2.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Fujita (2008), ao pesquisar o desenvolvimento da pesquisa sobre ORC no Brasil (pelos trabalhos apresentados, de 2005 a 2007, no ENANCIB, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), dentre outras contribuições) relaciona os principais autores (Quadro 2) que fundamentam, teoricamente, a área. No decorrer desta fundamentação teórica, Buckand (1991), Saracevic (1995), Fosket (1973), Fujita (2004), Guimarães (2008), Cintra *et al* (1994), Hjørland (2003), Dahlberg (2006), Kobashi (1996), Lancaster (2004), Lara (1999), Campos (2001), Robredo (2003), Barreto (2009), Ranganathan (1967), Tálamo (1997) são os autores citados por estarem mais relacionados com a pesquisa em representação documentária.

Quadro 2 - Bibliografia de marcos teóricos de Organização e Representação do Conhecimento.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DIMENSÕES INTERDISCIPLINARES DE ORC	
Fundamentos Teóricos: epistemologia	BELLOTO, H. L., 1991, 1998, 2000, 2002, 2004. FOSKETT, A. C., 1963, 1973. GUIMARÃES, J. A. C., 1988, 1994, 1999.
Dimensões interdisciplinares	CAPURRO, R. & HJØRLAND, B., 2003. CINTRA, A. M. M. ; LARA, M. L. G. ; TÁLAMO, M. F. M. ; KOBASHI, N. Y. ; DAHLBERG, I., 1978, 1981, 1983, 1994. GUIMARÃES, J. A. C., 1988, 1994, 1999. Hjørland, B., 2002. KOBASHI, Nair Y.; SMIT, Johanna; TÁLAMO, M. F. G. M., 2001. LARA, M. L. G. de., 1993, 2004. TÁLAMO, M.F.G.M. & LARA, M.L.G. de, 2006.
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	
Organização do conhecimento na construção, estrutura e avaliação de instrumentos	BARBOSA, Alice Príncipe, 1972. CAMPOS, M. L. de A., GOMES, H. E. , 2004. CAMPOS, Maria Luiza Almeida , 2001. CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y., 2002. DAHLBERG, I., 1978, 1981, 1983, 1994. FOSKETT, A. C., 1963, 1973. GOMES, Hagar Espanha, 1990. LANCASTER, F. W., 1979, 1993, 2004. LARA, M. L. G. de., 1993, 2004. OTLET, Paul, 1990. PIEDEDE, Maria Antonieta Requião, 1983. RANGANATHAN, S. R., 1967, 1985 ROBREDO, J., 2005.
Organização do Conhecimento nos processos documentários	BARRETO, Aldo, 2002. DAHLBERG, I., 1978, 1981, 1983, 1994. FUJITA, M. S. L. , 2003, 2004. GUIMARÃES, J. A. C., 1988, 1994, 1999. KOBASHI, N. Y., 1994. KOBASHI, Nair Y.; SMIT, Johanna; TÁLAMO, M. F. G. M., 2001. LARA, M. L. G. de., 1993, 2004. SARACEVIC, T., 1995, 1996, 2000. SOWA, John F., 2000. SVENONIUS, Elaine., 2000. TÁLAMO, M. F. G. M., 1987.
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	
	BELLOTO, H. L., 1991, 1998, 2000, 2002, 2004. BUCKLAND, Michael K., 1991. MEY, Eliane S. A., 1987. OHIRA, Maria Lourdes B. et al., 2004. SARACEVIC, T., 1995, 1996, 2000.

Fonte: Fujita, 2008. Adaptado.³

³ Ver quadro completo em FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2008.

Segundo Fujita (2008),

A compreensão do domínio da área de Organização e Representação do Conhecimento está sistematizada em seu próprio nome formado por dois conceitos fundamentais: a Organização do Conhecimento e a Representação do Conhecimento. Estes dois conceitos são resultados de uma combinação das categorias Ação + Objeto. Dessa forma, podemos entender que a área tem como objeto de pesquisa o Conhecimento e suas atividades principais, em torno desse objeto, são a Organização e a Representação. Dessas atividades em torno do Conhecimento resultam instrumentos, processos e produtos, como facetas que vão se interpondo, para que tenham uso por outras áreas de conhecimento em ambientes institucionais.” (2008, p. 6).

Ainda segundo Fujita (2008, p. 6), ao mudar o título do periódico *International Classification* para *Knowledge Organization*, Dahlberg (2006) introduz o conceito de Organização do Conhecimento como “[...] os objetos e atividades da teoria do conceito, classificação e indexação, e representação do conhecimento [...]”.

A representação do conhecimento é entendida por Dahlberg como a estrutura lógica da representação conceitual e, também, o resultado da identificação de conceitos por termos determinados em função da terminologia utilizada. A esse respeito, entendemos que a representação do conhecimento em nossa área possui dois aspectos distintos: o resultado da representação de conteúdo pela identificação de conceitos e a representação da estrutura lógica do conhecimento. Este último, como resultado da atividade de Organização do Conhecimento.” (DAHLBERG, 2006 citada por FUJITA, 2008, p. 6).

Guimarães (2001) citado por FUJITA (2008, p. 7) diferencia tal conhecimento da concepção da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) - “fundamentada em Dahlberg (2006) -, da concepção de conhecimento enquanto “algo sobre o qual existe certo consenso social, trabalhando-se aqui com o conhecimento registrado e divulgado”.

Guimarães (2001, p. 68) estrutura a área de Organização e Representação do Conhecimento em três núcleos básicos: 1) Fundamentos de organização e representação do conhecimento: estudo da inserção da área no universo do conhecimento, com ênfase nas disciplinas que lhe são de interface; 2) Organização do conhecimento: estudo da base científica da área (princípios teóricos

e metodologias); 3) Representação do conhecimento: estudo dos instrumentos (ferramentas) ou produtos da área. (GUIMARÃES, 2001, p. 68, citado por Cervantes, 2009, p. 29-30).

Hjørland propôs um conceito mais amplo, e ao mesmo tempo simples, para Organização do Conhecimento (OC): “organização da informação em registros bibliográficos”, sendo o conhecimento organizado por “linguagens e sistemas simbólicos”, dentre outras técnicas e instrumentos. (HJØRLAND, 2003, p. 87-88).

Guimarães (2001) ao estruturar a área de ORC, apresenta seu conceito compreendido como área que estuda os fundamentos teóricos e metodológicos do conhecimento para representá-lo, por meio de instrumentos e produtos, com o objetivo de organizá-lo, possibilitando sua disseminação e uso, tendo como foco: “propiciar o processo comunicacional entre o produtor do conhecimento e aquele que dele se apropria para a geração de um novo conhecimento”. (GUIMARÃES, 2008, p. 92).

Essa organização ocorre, também, nas LDs, entendidas como estruturas de representação documentária, objetos de estudo da Terminologia.

2.2 LINGUAGENS DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA

A representação documentária pode ser compreendida como o aporte teórico-conceitual e metodológico de representação de objetos documentais (textos, imagens, sons e museália), por processos de análise e codificação documentária, com a finalidade de elaborar e construir produtos (catálogos, índices e resumos) e instrumentos (LDs, como o tesouro, por exemplo), a fim de promover sua utilização (arranjo físico de documentos e localização de documentos). (DODEBEI, 2002).

Este conceito é mais bem visualizado no “quadro da Representação Documentária, na Figura 1, abaixo:

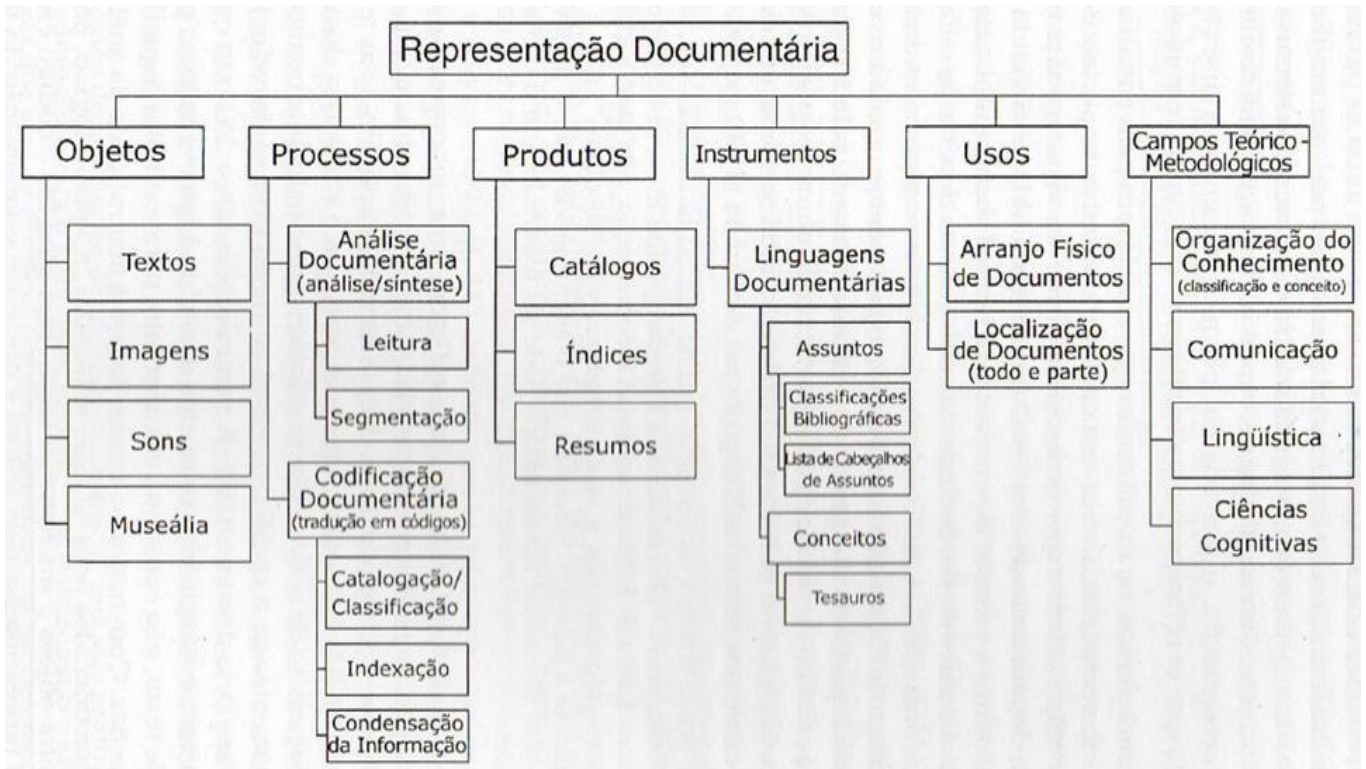


Figura 1: Quadro de Representação Documentária.
Fonte: Dodebei, 2002, p. 43.

As LDs, portanto, são instrumentos de estruturação e representação do conhecimento, em que a “representação por conceitos assume função preponderante entre o significado do conteúdo documentário e o termo que o representa. Em continuidade, o termo que representa o conteúdo documentário é representado por uma linguagem documentária”. (FUJITA, 2013, 49).

As LDs, como instrumentos da representação documentária, são construídas para possibilitar a comunicação entre os conteúdos dos documentos e os usuários de um sistema de informação.

Segundo Lara (1999), a representação documentária

deve ressaltar a representação como algo que se desenvolve no universo da linguagem e como uma construção que modeliza, a seu modo, a significação, mas cuja apropriação está condicionada ao modo como operacionaliza e veicula tal sistema de significação.

Gênero de sistema intermediário de comunicação, as representações através das linguagens documentárias configuram um sistema modelizante secundário que imprime aos universos representados um ponto de vista de organização fundado na previsibilidade de associações e princípios de compartilhamento. (LARA, 1999, p. 161).

Pode-se considerar, então, o conceito de representação da informação como “uma estrutura de significação que agencia a produção do conhecimento”, por meio de “atividades documentárias de representação”, nas quais estão inseridas as LDs, que auxiliam a “decodificação do sistema de significação veiculado”, que, nesta pesquisa, é a representação documentária do domínio da Economia. (LARA, 1999, p.154-161).

Segundo Moraes (2013) a representação da informação e do conteúdo do documento, só é possível pela utilização de uma LD que permite a sua “síntese” temática, ou seja,

pode-se dizer que a área de análise documental de conteúdo pode ser definida como um conjunto de procedimentos de natureza analítico/sintética, que envolve os processos de análise do conteúdo temático dos documentos, e sua síntese, por meio da condensação ou da representação em linguagens documentárias. MORAES (2013, p. 27).

A Linguagem Documentária segundo Gardin (1968), citada por Cintra *et al* (1994, p. 25), é “um conjunto de termos providos ou não de regras sintáticas, utilizado para representar conteúdos de documentos técnico-científicos, com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações”.

As LDs são “construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos, os quais são destinados a “traduzir” os conceitos dos documentos.” (CINTRA et al, 1994, p. 23).

Na LD, o “sistema de símbolos” constitui-se do vocabulário controlado e da sintaxe, correspondendo o primeiro ao conjunto de termos e às regras próprias de utilização, sendo a sintaxe a combinação lógica entre os termos. (FUJITA, 2005).

As LDs podem ser denominadas e identificadas como “instrumentos especializados no tratamento dos conteúdos informacionais, tais como sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesauros. (CERVANTES, 2009, p. 35), sendo os *sistemas de classificação documentária* e o *tesauro* os mais conhecidos (CINTRA et al, 1994, p. 29).

As tipologias das linguagens documentárias podem ser classificadas (ou hierárquicas) e alfabéticas (de indexação ou combinatórias) no que se refere à forma de apresentação dos conceitos e, quanto ao princípio da coordenação, elas podem ser pré-coordenadas ou pós-coordenadas (GUIMARÃES, 1990, VAN SLYPE, 1991, LANCASTER, 1995). No âmbito das linguagens de estrutura hierárquica, os termos relacionam-se entre si a partir da subordinação e “co-subordinação”, constituindo-se como uma relação assimétrica entre dois elementos, em que um é superior ao outro por caráter normativo, isto é, pela correspondência exata existente entre eles (VIZCAYA ALONSO, 1997). (CERVANTES, 2009, p. 35-36).

Estas relações são estruturadas lógica e semânticamente em torno das *unidades informacionais* (classes e *descritores*), apresentadas em hierarquias – *verticais* e *horizontais* – *genéricas*, *específicas* e *partitivas*, ou seja, *Todo/Parte* ou *Gênero/Espécie*, sendo coordenadas por superordenação e subordinação, apresentando, também, relações não-hierárquicas associativas. (CINTRA et al, 1994, p. 30-33).

A ligação lógico-hierárquica entre os descritores é, no caso dos tesauros, mais clara, uma vez que é identificada pelos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral), TE (Termo Específico). Alguns tesauros utilizam, também, os códigos TGP (Termo Genérico Partitivo) e TEP (Termo Específico Partitivo) para apresentar as relações hierárquicas do tipo todo/parte). (CINTRA et al, 1994, p. 33).

As hierarquias e as estruturas são organizadas no escopo das LDs, apresentando-se por macroestruturas, que são “as *entradas organizadas em ordem alfabética dentro dos campos* conceituais que têm a função de cabeçalhos para facilitar e agilizar a consulta”. (CERVANTES, 2009, p. 143).

2.3 A CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: CONTRIBUIÇÕES DA TERMINOLOGIA

Epistemologicamente, a construção de LDs inicia-se em 1852, com Roget, é aprofundada por Sausurre, em 1915, ao conceber a teoria dos eixos sintagmáticos e paradigmáticos, e recebe as contribuições do método analítico-sintético de Ranganathan, na década de 1930. Em seguida, passa a ser formalizada, em 1948, com a criação do *Classification Research Group* (CRG) e sistematizada por Dahlberg, em 1974, com a criação da Revista Internacional de Classificação e as pesquisas sobre os fundamentos universais da organização do conhecimento, até Begtol, em 1986, que analisa a noção de assunto (*aboutness*) por meio da linguística textual. (RIVIER, 1992).

Nesse ínterim, recebe as contribuições das Teorias Linguísticas e, conseqüentemente, da Terminologia linguística, culminando no levantamento, realizado por Cervantes (2009), de autores e normas contemporâneos.

Cervantes (2009), ao investigar os procedimentos metodológicos para construção de Tesouros em áreas de especialidades, além dos autores da área, conforme apresentados no quadro em que relaciona a síntese das etapas de construção de tesouros, analisa e utiliza as normas NBR 12676 (ABNT, 1992), NBR 13789 (ABNT, 1997a), NBR 13790 (ABNT, 1997b), ANSI/NISO Z39.19 (2005), ISO 1087 (1996), ISO 1087-1 (2000), ISO 2788 (1986), além das Diretrizes da UNESCO (1993) e do IBICT (1984), cujos princípios norteadores se encontram sintetizados nos apêndices A⁴ (Etapas de Construção de um Tesouro de acordo com as Diretrizes) e B⁵ (Métodos de Compilação de termos: terminologias e definições).

Em sua tese de doutorado sobre “a construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos”, utilizando-se, portanto, do arcabouço teórico e metodológico da Terminologia, a citada autora realizou a análise e a síntese das

⁴ Ver em Cervantes, 2009, p. 200, o Apêndice A - Quadro 6 – Síntese das Etapas de Construção de um Tesouro segundo as Diretrizes IBICT (1984); Diretrizes UNESCO (1993); e Diretrizes ANSI/NISO (2005).

⁵ Ver em Cervantes, 2009, p. 207, o Apêndice B - Quadro 7 – Métodos de Compilação de termos: terminologias e definições.

etapas de construção de tesauro, agrupando-as por categorias temáticas, segundo os principais autores de cada uma, conforme o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Síntese das etapas de construção de tesouros segundo autores.

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DE TESAURO SEGUNDO AUTORES	
CATEGORIAS TEMÁTICAS	AUTORES
1) Fase do planejamento tipo de usuário, suas necessidades; abrangência e nível de especificidade do tesauro; identificação de fontes de procedimentos e de coleta de termos.	Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
2) Formas/métodos de Compilação de termos Dedutivo Indutivo Combinação de Métodos (Dedutivo/Indutivo)	Aitchison; Gilchrist(1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
3) Compilação de termos a) coleta - registro e seleção dos termos compilados e b) validação – registro do vocabulário básico; coleta e validação de termos.	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
4) Estabelecimento de relações entre termos/ Categorização estruturação de conceitos com controle terminológico dos termos; ordenação dos termos; estabelecimento de categorias elementares; organização dos termos básicos em categorias (critério de afinidade semântica); definição de subcategorias; estabelecimento de relações entre termos.	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Fujita (1998) Gomes ([2004])
5) Especificidade Estabelecimento de limites de especificação/ dependendo da complexidade do vocabulário.	Lancaster (1987) Gomes (1990) Gomes ([2004])
6) Uso de equipamento informático para processamento de dados estruturação automática das partes alfabética e sistemática do tesauro (etapa 7); produção de uma estrutura final (etapa 7)	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
7) Formas de Apresentação alfabética; sistemática; alfabética/classificada; facetada. estruturação automática das partes alfabética e sistemática do tesauro; produção de uma estrutura final.	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])

Fonte: Cervantes, 2009, p. 113.

Essa análise e síntese serviram de arcabouço teórico para a elaboração do “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro”, com a sistematização das suas etapas, conforme o Quadro 4 abaixo, elaborado pela autora, como resultado de sua pesquisa.

Quadro 4 - Sistematização de etapas da construção de tesauros.

MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO	
Sistematização de etapas da construção de tesauros (normalização, literatura e tesauros) - Procedimentos terminográficos	
1. Trabalho preliminar (Orientações gerais/Usos de equipamento automático de processamento de dados)	- escolha do domínio e da língua do tesouro; - delimitação do subdomínio; - estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática; - consulta a especialista do domínio/subdomínio.
2. Método de compilação (Abordagem de compilação)	- coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico; - estabelecimento da árvore de domínio; - expansão da representação do domínio escolhido.
3. Registro de termos	- coleta e classificação de termos.
4. Verificação de termos (Admissão e exclusão de termos /Especificidade)	- verificação, classificação e confirmação de termos; - elaboração de definições; - uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores. - organização das relações entre descritores.
5. Forma de apresentação de um tesouro	- trabalhos de apresentação do tesouro.

Fonte: Cervantes, 2009, p. 163.

Dentre os procedimentos, destacamos os que estão relacionados com esta tese, que são a *escolha do domínio e da língua do tesouro*, a *delimitação do subdomínio*, o *estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática*, assim como a *coleta e a classificação dos termos*, conceituados e descritos no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Descrição das etapas de construção de tesauros.

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DE TESAuros	
Escolha do domínio e da língua do tesouro	A escolha do domínio e da língua de trabalho, geralmente, são estabelecidas em função das necessidades dos usuários.
Delimitação do subdomínio	Recomenda-se não desenvolver uma pesquisa terminológica sobre um domínio completo: por um lado, devido à complexidade e amplitude que supõe uma tal tarefa; e, por outro lado, porque em grande parte do tempo, um domínio compreende não somente uma rede nocional que lhe é própria, mas também numerosas redes nocionais conexas.
Estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática	O limite da extensão da pesquisa terminológica, quanto ao número aproximado de termos, é estabelecido em função dos objetivos propostos, da disponibilidade de tempo e de meios financeiros. Desse modo, pode-se escolher um levantamento básico, compilando-se, em média, 300 termos, ou exaustivo, por volta de 2.500 termos.

Coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico	A etapa da coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico tem a finalidade de reunir os documentos especializados necessários para o desenvolvimento da pesquisa terminológica. Rondeau (1984, p. 50-51) estabelece oito categorias de documentos de conteúdo terminológico, ou seja, nos quais se encontram termos: 1) normas internacionais ou nacionais; 2) manuais, catálogos, guias de utilização de produtos, entre outros; 3) livros e revistas especializados; anais de eventos científicos, relatórios de pesquisa, teses, entre outros; 4) vocabulários, <i>thesaurus</i>, glossários, léxicos; 5) dicionários gerais e especializados, de língua ou enciclopédicos, enciclopédias, entre outros; 6) bancos de termos, fichários automatizados ou não; 7) consulta a especialistas da área; 8) bibliografias ou listas relacionadas com o domínio. Os materiais utilizados como fontes que dão origem ao <i>corpus</i> do trabalho terminológico devem respeitar os princípios da atividade terminológica no que tange à confiabilidade e à representatividade.
Estabelecimento da árvore de domínio	A árvore de domínio representa o conjunto nocional que tem a função de situar o campo nocional a ser estudado. Cabe alertar que, antes de estabelecer a árvore de domínio, o pesquisador deverá consultar os seguintes documentos: sistemas de classificação, glossários, entre outros. Alerta-se, ainda, que, em alguns domínios, esses instrumentos são até abundantes, mas, em outros domínios, podem não existir.
Coleta e classificação dos termos	A coleta de termos efetua-se a partir do <i>corpus</i> do trabalho terminológico selecionado. Consiste, geralmente, em fazer uma leitura do texto, assinalando as unidades terminológicas a extrair. Essa operação requer da parte do pesquisador algum conhecimento metodológico do trabalho terminológico e também algum conhecimento sobre o domínio ou subdomínio. De acordo com a norma ISO 1087-1 (2000), que estabelece os critérios para a coleta dos termos e recorte do contexto de uso, o contexto é o “enunciado no qual figura o termo estudado” ou parte de um texto no qual ocorre o termo. Nesse sentido, o contexto tem um papel fundamental nas operações de coleta dos termos porque permite reduzir os riscos de erros no momento da sua identificação e recorte.

Fonte: Rondeau (1984) citado por Cervantes, 2009, p. 147-149, adaptado.

Esse modelo, a análise e a pesquisa de Cervantes (2009), portanto, demonstra a importância da delimitação do domínio para a compreensão das estruturas de representação documentária da informação do domínio da Economia.

A disciplina que auxilia as atividades de representação documentária é a Terminologia que, “ao proceder à sistematização dos conceitos de cada área do

conhecimento, determina igualmente a condição de referência dos termos que irão compor instrumentos terminológicos para fins documentários. “(CERVANTES, 2009, p. 16).

A Terminologia, seja qual for sua temática ou o contexto em que se produz, cumpre sistematicamente duas funções: de representar o **conhecimento especializado** e a de transmiti-lo. Evidenciamos a Terminologia que focaliza os estudos dos conceitos, definições e denominações. Tem sua atenção voltada, também, para a compilação, descrição, apresentação, criação e normalização de termos de **áreas especializadas** com a preocupação de promover a comunicação e o intercâmbio entre os especialistas e os profissionais. Nesse sentido, a Terminologia é uma disciplina que oferece, de forma sistemática, referencial do **vocabulário de uma determinada especialidade** e sua análise para a identificação de termos. Ao produzir novos conhecimentos, os especialistas em uma determinada matéria criam novos conceitos que necessitam ser identificados e compartilhados. (CERVANTES, 2009, p. 125, grifos nossos⁶).

Ainda em Cervantes (2009), encontram-se outros sinônimos, como: “áreas específicas”(p.30); “áreas especializadas”(p.67), “domínios específicos especializados”(p.63), “sistema de informação especializada”(p.69), “área de conhecimento”(p.79), “área de especialidade”(p.120), “conhecimento especializado”(p.139), “campo de assunto”(p.139), “ramo de atividades”(p.147). Observa-se o fato no exemplo abaixo ao citar Boccato, Ramalho e Fujita (2008, p. 201):

Os tesouros são linguagens de estruturas combinatórias e pós-coordenadas, constituídas de termos - unidades linguísticas provenientes da linguagem de especialidade e da linguagem natural - denominados de descritores, providos de relações sintático-semânticas, referentes a **domínios científicos especializados**, possibilitando a representação temática do conteúdo de um documento, bem como a recuperação da informação. (grifos nossos).

Assim, o conceito de *domínio*, embora as suas sinonímias, como as citadas acima, remetam ao mesmo conceito de “subconjunto de uma área determinado por um sistema de noções, sendo a *área* uma parte do saber cujos limites são definidos

⁶ Grifamos o conceito de Terminologia para salientar que pode-se considerar o conceito de “domínio” como sinônimo de “conhecimento especializado”, “áreas especializadas”, e “vocabulário de uma determinada especialidade”.

segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica” (ISO 1087, 2000), torna imprescindível sua delimitação, *a priori*, para construção de vocabulários controlados, ou seja, as LDs, que, neste estudo configura-se como estruturas de representação da informação em Economia, como veremos a seguir.

2.4 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS COMO ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA

Dentre as LDs que abrangem o domínio da Economia, estão o VC-USP, o Tesouro ISOC de Economia e a tradução da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) utilizada pela BN, que fazem parte do objeto desta pesquisa. As macroestruturas da área de Economia encontram-se no Apêndice A.

O VC-USP é uma lista de termos que serve como um catálogo de terminologia padronizada da LD da Universidade de São Paulo. Serve para controlar sinônimos e facilitar a indexação e recuperação da informação. Esta linguagem foi escolhida, tendo em vista que a Faculdade de Economia e Administração da USP é uma instituição importante na área de Economia no Brasil.

O Tesouro ISOC foi escolhido por ser desenvolvido pelo Instituto de Economia e Geografia do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) e utilizado pela *Biblioteca de la Fundación de las Cajas de Ahorros*, assim como pela Faculdade de Economia da Universidade Complutense de Madrid, pela Faculdade de Economia da Universidade Federal de Madri, dentre outras instituições, como, por exemplo, o Ministério do Comércio.

A LCSH foi escolhida devido à sua contribuição histórica para a área e por ser utilizada pela BN e instituições como a UNESP-Marília, por meio da interoperabilidade das linguagens BIBLIODATA, da BN e da LCSH.

2.4.1 Vocabulário Controlado da USP

O VC-USP foi lançado em 2001, após uma trajetória de parceria com o Departamento Técnico do SIBI e o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (CBD/ECA/USP).

Teve a participação efetiva de cerca de 40 bibliotecários e a colaboração de docentes de todas as unidades da USP, na estruturação dos sistemas conceituais e adequação terminológica das áreas contempladas, com o aporte metodológico dos docentes da linha de pesquisa em Análise Documentária, que capacitaram a equipe por meio do curso “Princípios de Compatibilização de Linguagens Documentárias”, ministrado pelas docentes Anna Maria Marques Cintra, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi, do CBD/ECA/USP, e Mariângela Lopes Fujita, da UNESP.

Originou-se da Lista de Assuntos do Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS – que possuía cerca de 8.000 termos de entrada, contando, atualmente, com mais de 32.000, entre os autorizados para indexação, os termos “não-autorizados”, que operam como remissivas, e os elos “falsos”, os quais apenas agrupam termos mais específicos, além de 586 termos Qualificadores, 11.447 termos Geográfico e Histórico, 43 termos de Gênero e Forma, e 1.078 de Profissões e Ocupações.

Sua elaboração fundamenta-se no princípio de que um instrumento dinâmico e capaz de ser atualizado de forma criteriosa requer uma estrutura de relações lógico-semânticas explícitas entre as áreas, as subáreas e a terminologia propriamente dita, em seus diferentes níveis, e a apresentação de regras de utilização igualmente explícitas e compartilhadas.

Para assegurar a realização do projeto, foram estabelecidas metas claras, procedimentos sistemáticos, controlados e submetidos a ajustes periódicos e, principalmente, contou-se com equipe sintonizada com os objetivos globais da proposta de trabalho. Foram adotados, então, os seguintes procedimentos organizacionais e metodológicos:

a) Organização das bibliotecas da USP em nove subgrupos.

b) Elaboração da estrutura temática de cada área e compatibilização das estruturas por subgrupos.

As estruturas temáticas de cada área foram elaboradas a partir dos descritores existentes nos catálogos locais das bibliotecas e da consulta a diversos tipos de fontes de referência: tesouros já existentes, sistemas de classificação, dicionários especializados, coleções básicas de cada área, estruturas curriculares, linhas de pesquisa das Unidades e especialistas da Universidade nas áreas do conhecimento consideradas. A partir da estrutura preparada pelas bibliotecas, procurou-se elaborar em cada subgrupo uma estrutura unificada. Foram construídas, inicialmente, em torno de 50 estruturas temáticas relacionadas às disciplinas científicas. Dentre elas, a Biblioteca do Instituto de Química elaborou as estruturas temáticas de Química e de Farmácia; a Faculdade de Filosofia elaborou várias estruturas temáticas, referentes a Antropologia, Sociologia, História, Letras, e assim por diante.

c) Inclusão dos blocos de assuntos, gerados em ordem hierárquica, na estrutura temática unificada.

Foi elaborado pela equipe do DT/SIBi um programa de computador (com o respectivo manual de procedimentos) para o desenvolvimento das atividades de compatibilização. Esse programa permitiu registrar a coleta dos assuntos usados em cada biblioteca e sua correspondência com a **Lista de Assuntos USP** então vigente. Após a compatibilização das estruturas temáticas por subgrupo, os dados foram integrados à estrutura temática unificada a fim de serem estabelecidas as relações lógico-semânticas entre os termos.

A partir desse processo de inclusão, foi gerada uma listagem em ordem alfabética com a finalidade de consolidar os termos (descritores) a serem efetivamente utilizados. Cada termo foi identificado por uma sigla indicadora da Unidade USP quanto à sua proveniência.

d) Estabelecimento de relações lógico-semânticas entre os termos.

A lista global de termos obtida foi inicialmente organizada em ordem alfabética e analisada para proceder à eliminação de redundâncias e ajustes necessários. Foram determinados, em seguida, os termos preferenciais, sendo os sinônimos ou quase-sinônimos mantidos como remissivos. Para a normalização dos termos (homogeneidade formal e univocidade da relação termo-conceito), introduziram-se qualificadores, operadores de equivalência (VER), com base nas normas e diretrizes de construção de vocabulários documentários.

e) Definição dos termos ambíguos (em ficha terminológica) e compatibilização das estruturas temáticas dos subgrupos com as áreas complementares.

No processo de construção do **Vocabulário USP**, verificou-se a necessidade de refinar as relações lógico-semânticas entre os termos e, ao mesmo tempo, acrescentar modificadores para eliminar as ambigüidades.

A definição dos termos conferiu rigor ao processo de compatibilização das estruturas temáticas dos subgrupos com as

áreas complementares. Evitou-se, desse modo, manter redundâncias indesejáveis que comprometessem a economia do sistema.

A lista alfabética obtida foi editorada e encaminhada a cada integrante do grupo para proceder à reestruturação hierárquica da sua área, com o uso dos seus termos específicos.

As listagens hierárquicas foram então analisadas em conjunto pelos coordenadores do trabalho. A seguir, foram submetidas à apreciação das bibliotecas para que se procedesse à codificação alfa-numérica dos termos, de acordo com a Macroestrutura estabelecida para o Vocabulário. (VOCABULÁRIO, 2001).

As hierarquias de termos foram definidas por áreas do conhecimento, sendo a estrutura da categoria hierárquica de Economia (APÊNDICE A) - totalizando **746 termos** no total das categorias hierárquicas subordinadas ao código CH712 - disponibilizada dentro da classe de Ciências Humanas, agregada, em conjunto, com Administração, Economia Doméstica e Contabilidade, conforme o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Estrutura da classe de Ciências Humanas do VC-USP.

CH700 CIÊNCIAS HUMANAS	
	CH710 ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, ECONOMIA DOMÉSTICA E CONTABILIDADE
	CH711 ADMINISTRAÇÃO
	CH712 ECONOMIA
	CH713 ECONOMIA DOMÉSTICA
	CH714 CONTABILIDADE

Fonte: Vocabulário, 2001.

O VC-USP é apresentado em Lista Sistemática (Hierárquica) e também em Lista Alfabética, ambas complementadas por Tabela de Qualificadores (termos utilizados em combinação com a Lista), Tabela Geográfica e Tabela de Gênero e Forma.

Está disponível para instalação no endereço eletrônico <http://www.usp.br/sibi/AreaTecnica/index2.html> em forma de base de dados denominada SIBIX 650B, contando com o *Tutorial para uso do vocabulário controlado SIBi/USP via WEB* (MATSUDA; SANTOS; GUERRA, 2008) e o *Manual de indexação de assuntos com uso do vocabulário controlado USP* (KOBASHI;

LIMA; LEME; 2006), além das informações do próprio sistema (VOCABULÁRIO, 2001) que facilitam a sua utilização.

Acompanha o texto do VC-USP na base de dados a *Bibliografía Consultada* para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como os *Créditos* referentes às participações de docentes, bibliotecários, analistas de sistemas, técnicos e alunos.

2.4.2 Tesouro ISOC de Economia

A segunda LD, o Tesouro ISOC de Economia, foi criado, em 1995, pelo antigo *Instituto de Información y Documentación en Ciencias Sociales y Humanidades* (ISOC), substituído pelo *Centro de Información y Documentación Científica* (CINDOC) como resultado da sua fusão com o *Instituto de Información y Documentación en Ciencia y Tecnología* (ICYT), constituindo o *Instituto de Estudios Documentales sobre Ciencia y Tecnología* (IEDCYT), um órgão subordinado ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), cuja principal linha de atuação é analisar, coletar, divulgar e promover a informação científica em todas as áreas do conhecimento. (IEDCYT, 2013.)

O IEDCYT tem como objetivo desenvolver projetos de investigação no campo da documentação científica, realizando, dentre outros, estudos terminológicos de vocabulários, a sua relação com outras ciências e o desenvolvimento de sistemas, métodos, instrumentos e técnicas de tratamento, armazenamento, recuperação e difusão da informação.

Compõem a sua base de dados os tesouros e glossários online (Quadro 7), do qual faz parte o Tesouro ISOC de Economia.

Quadro 7 - *Tesauros y Glosarios IEDCYT en Línea.*

BIBLIOTECONOMIA	BIOLOGIA ANIMAL
DIREITO	ECONOMIA
GEOLOGÍA	HISTORIA CONTEMPORÁNEA
PROPIEDAD INDUSTRIAL	PSICOLOGÍA
SOCIOLOGÍA	SPINES
TOPÓNIMOS	URBANISMO
ACUICULTURA	ALIMENTOS
DROGAS	MÁQUINAS Y HERRAMIENTAS

Fonte: IEDCYT, 2013.

O Tesauro ISOC de Economia está na sua terceira edição e tem sua principal base nas palavras-chave utilizadas na indexação de artigos de revistas especializadas. Essa indexação, desde 1975, vem sendo realizada na antiga ISOC para formar a base de dados ISOC-Economia e a lista de materiais que, nos últimos anos, vem sendo empregada pela *Biblioteca de la Fundación de las Cajas de Ahorros (FUNCAS)*, cooperada desta edição e organizada por Valentín Edo Hernández (UCM) e Angel Villagrà Rubio (CINDOC), tendo como colaboradores Pilar Hoyos Miguel (CINDOC, *Area de Documentación econômica*), Myriam González, Biblioteca (FUNCAS) e Ignacio Valls Alonso (FUNCAS).

Enquanto linguagem documental, o Tesauro ISOC de Economia tem como objetivo facilitar a análise e indexação homogênea dos documentos das bases de dados especializadas em informação do domínio da Economia e permitir ao usuário sua recuperação, sendo a sua estrutura baseada no modelo tradicional de tesauro, articulando os termos em uma rede de relações hierárquicas, associativas e de equivalência, eliminando ambiguidades e polissemias, facilitando a percepção de afinidade e/ou diferenças semânticas entre eles.

A sua metodologia consiste no controle semântico e morfológico, assim como o controle de frequências com o objetivo de eliminar redundâncias e equivalências. Como resultado, foram criados 6.478 termos (APÊNDICE B), sendo 5.383 termos e 1.095 como não termos.

Em uma segunda fase procedeu-se à articulação do corpo terminológico dentro de um esquema das 11 áreas temáticas da Economia:

- 01 - HISTORIA ECONÓMICA Y PENSAMIENTO ECONÓMICO
- 02 - TEORÍA ECONÓMICA
- 03 - MÉTODOS MATEMÁTICOS Y CUANTITATIVOS
- 04 - CRECIMIENTO Y DESARROLLO ECONÓMICOS
- 05 - ECONOMÍA INTERNACIONAL
- 06 - ESTRUCTURA Y SECTORES ECONÓMICOS
- 07 - SISTEMA FINANCIERO
- 08 - ECONOMÍA DEL SECTOR PÚBLICO
- 09 - ECONOMÍA DE LA EMPRESA
- 10 - TRABAJO, CONSUMO Y BIENESTAR
- 11 - CIENCIAS SOCIALES

A cada uma dessas áreas foram acrescentadas subáreas de terceiro nível, constituindo uma rede de vínculos entre os termos de áreas diferentes e dentro dela, sempre que não estivessem conectados por relações hierárquicas de primeiro e segundo nível. (IEDCYT, 2013).

Os termos são estruturados, seguindo um triplo sistema de relações que servem de delimitador do conteúdo semântico de cada termo e os vínculos que os relacionam (equivalência, hierarquização e associação semântica) conforme demonstrado a seguir.

Relaciones de equivalencia

Son las que existen entre términos diferentes que tienen el mismo significado. Para mostrar tales sinonimias o cuasinonimias se envía al usuario de los términos no preferidos o no descriptores al término preferido o descriptor, mediante un USE.

Relaciones jerárquicas

Expresan los distintos niveles, género/especie o todo/parte, que se dan entre los descriptores situándolos así en un contexto preciso.

En este tesoro se ha evitado la multijerarquía. Cada descriptor se ha ubicado exclusivamente en un contexto temático, de manera que tiene su correspondiente y único término genérico. Como excepción los 11 términos cabeceras de las grandes Familias o Áreas temáticas en que se ha dividido el tesoro carecen de él, al no existir ningún término superior.

Relaciones asociativas

Se establecen entre términos se asocian mentalmente por tener significados próximos o por ser empleados frecuentemente

asociados por la comunidad científica, aunque no son equivalentes ni se conectan jerárquicamente de modo muy cercano.

En este tesoro se han evitado asociaciones entre términos próximos (1 ó 2 niveles) en su relación jerárquica.

Notas de aplicación

Cuando un descriptor ofrece dudas en cuanto a su significado o alcance se utiliza, como mecanismo de desambigüedad, una nota de aplicación que puede ser de definición (deshacer ambigüedades) o de delimitación de uso (se delimita cuándo debe usarse y cuándo no).

Criterios formales

En la conformación formal de los descriptores, se ha seguido la norma UNE 50-106-90 (equivalente a la ISO 2788-1986). Directrices para el establecimiento y desarrollo de tesauros monolingües. Madrid: AENOR 1990.

Así que,

a) Se ha optado por la expresión en castellano de los términos, siempre que ha sido posible. Se han mantenido en el idioma original cuando no se ha encontrado una traducción convincente o cuando se ha estimado que el término inglés estaba solidamente implantado.

Este criterio (preferencia por la versión española) afecta también a las etiquetas indicativas de las diversas relaciones entre los términos, así como en las notas de aplicación, de acuerdo con lo establecido en la misma norma UNE 50-106-90. Estas etiquetas son:

NA - Nota de aplicación. Descripción del sentido principal asignado al término

TG - Término genérico.

TE - Término específico.

TR - Término relacionado.

USE - El término que sigue a este símbolo es el término preferido.

UP - (Usado por) Antecede al término no preferido. Se indica cuál debe emplearse en su lugar.

b) Se han excluido los nombres propios o identificadores.

c) Aunque el criterio preferente es el contrario, en ocasiones se ha optado por las siglas o acrónimos en lugar del nombre desarrollado, por tratarse de formas muy conocidas y más implantadas. Estos casos dan lugar a una doble entrada, remitiendo desde la forma no admitida a la admitida.

d) Aunque todos los descriptores tienen su correspondiente codificación, esta sólo se presenta de modo completo en la Parte Jerárquica del Tesauro. Por razones estéticas y de escasa funcionalidad, en los demás índices (alfabético y KWIC) solo se incorpora la raíz del código (ocho dígitos), que sirve para ubicar cada descriptor en el grupo semántico que le corresponde, permitiendo así visualizar su posición en la estructura jerárquica general. (IEDCYT, 2013).

O Tesouro ISOC de Economia está disponibilizado *online* para consulta no endereço eletrônico <http://thes.cindoc.csic.es/alfa_esp.php?thes=ECON&letra=A>.

Há, reconhecidamente, duas dificuldades na consulta dos termos: por não apresentar seu código e por não abrir a sua estrutura, totalmente, sendo necessário carregar a página ao se clicar em cada classe e termo. Para visualizá-lo na totalidade são necessárias, no mínimo, 12 horas ininterruptas de trabalho, pois, se houver pausa no processo, ele volta para a página inicial.

Ainda que tenha sido solicitado, por email, o Tesouro ISOC de Economia, até o momento não houve nenhuma resposta. Há a opção de consultar o tesauro digitando o termo desejado.

2.4.3 Library of Congress Subject Headings

A terceira LD é a tradução da LCSH utilizada pela Biblioteca Nacional (BN), que, recentemente, migrou para o software SophiA Biblioteca, da Prima, empresa especialista no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o gerenciamento de instituições de ensino curriculares, escolas de cursos livres, bibliotecas e acervos não-bibliográficos.

O Controle da Terminologia utilizada nos pontos de acesso de assunto da BN tem sido feito desde 1982, com a adesão da BN à Rede Bibliodata CALCO. Este controle, até 1990, era feito por catálogo manual. A partir dessa data, foi criada, na plataforma ISIS, uma base de dados de cabeçalhos de assunto.

A BN baseia seus cabeçalhos de assunto na LCSH, uma lista multidisciplinar de assuntos apresentados em ordem alfabética única, englobando assuntos tópicos, remissivas *ver*, remissivas *ver também* e subdivisões.

Hoje essa base conta com mais de 30.000 registros e 120.000 remissivas, apresentados tanto em português quanto em inglês. A apresentação dos registros

segue a estrutura de Tesauros, utilizando os códigos para representação de seus dados.

Até o presente momento não foi possível acessar a totalidade da estrutura hierárquica de Economia, assim como não foi respondida a solicitação, no próprio sistema da BN e por email.

2.5 SÍNTESE

Neste capítulo, inicialmente, são abordados os referenciais teóricos da ORC, apresentados por Fujita (2008), que esclarece que esse domínio está sistematizado em seu próprio nome, composto por dois conceitos fundamentais: a Organização do Conhecimento e a Representação do Conhecimento, combinados entre as categorias Ação + Objeto. Em seguida, analisa-se a estrutura da área – ORC – dividida nos seus três núcleos básicos: Fundamentos, Organização e Representação. (GUIMARÃES, 2001).

Nesse contexto, abordamos as LDs, como instrumentos de estrutura de Representação Documentária, construídas para possibilitar a comunicação entre os conteúdos dos documentos e os usuários de um sistema de informação.

Logo após, faz-se um breve relato epistemológico sobre as teorias e normas de construção de LDs, destacando a sistematização de etapas da construção de tesauros por meio do “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouro”, com a interface da Terminologia, elaborada por Cervantes (2009). Constata-se que domínio é o “subconjunto de uma área determinado por um sistema de noções, sendo a *área* uma parte do saber cujos limites são definidos segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica” (ISO 1087, 2000), o que aponta para a construção de vocabulários controlados, as LDs, que se configuram como estruturas de representação da informação no domínio da Economia.

Apresenta-se, ainda, as principais características de três LDs do domínio da Economia: o VC-USP, o Tesouro ISOC de Economia e a tradução da LCSH,

utilizada pela BN para, no próximo capítulo, descrever as estruturas de representação documentária, contextualizadas no estudo sobre o conceito de informação do domínio da Economia.

3 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA E SUAS ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA

Neste capítulo apresentam-se as estruturas de representação documentária em documentos específicos da área de Economia, depois de delimitar, conceitualmente, a informação como sinônimo de *indicador econômico*, do domínio da Economia.

A Economia é o somatório de toda produção realizada pelo ser humano para fins de industrialização, comércio e serviços, assim como as escolas que a teorizam e que agregam valor à sociedade como um todo.

Para Sandroni (2004, p.189), sintetizando, Economia é a “Ciência que estuda a atividade produtiva”.

O professor Sandroni, em “Novíssimo Dicionário de Economia” (2004), reúne um arcabouço teórico em forma de termos e conceitos do domínio da Economia, atualmente com mais de quatro mil verbetes, com a finalidade primeira de ajudar os leitores da coleção “Os Economistas”, tendo obtido a colaboração de leitores, alunos e professores, nas edições seguintes, principalmente os da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Católica e da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Nessa obra são conceituados vários termos relacionados com o termo Economia como, por exemplo, *Econometria*, *Economia Aplicada*, *Economia Centralizada*, *Economia de Subsistência*, *Economia Informal*, *Economia Livre*, *Economia Mista*, *Economia Política*, *Economia Póskeynesiana*, *Microeconomia*, *Macroeconomia*, além das *Escolas de Economia*, como a *Escola Clássica* e a *Escola de Chicago*, com pequenas biografias de seus fundadores. Segundo ele, a *Economia* pode ser conceituada da seguinte forma:

Ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias. Sua preocupação fundamental refere-se aos aspectos mensuráveis da atividade produtiva, recorrendo para isso aos conhecimentos matemáticos, estatísticos e econométricos.

De forma geral, esse estudo pode ter por objeto a unidade de produção (empresa), a unidade de consumo (família) ou então a atividade econômica de toda a sociedade. No primeiro caso, os estudos pertencem à microeconomia e, no segundo, à macroeconomia. A palavra “economia”, na Grécia Antiga, servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular, enquanto a administração da polis (cidade-estado) era indicada pela expressão “economia política”. A última expressão caiu em desuso e só voltou a ser empregada, na época do mercantilismo, pelo economista francês Antoine Montchrestien (1615); os economistas clássicos utilizavam-na para caracterizar os estudos sobre a produção social de bens visando à satisfação de necessidades humanas no capitalismo. Foi somente com o surgimento da escola marginalista, na segunda metade do século XIX, que a expressão “economia política” foi abandonada, sendo substituída apenas por “economia”. Desde então, é a denominação dominante nos meios acadêmicos, enquanto o termo “economia política” ficou restrito ao pensamento marxista. Modernamente, de acordo com os objetivos teóricos ou práticos, a economia se divide em várias áreas: economia privada, pura, social, coletiva, livre, nacional, internacional, estatal, mista, agrícola, industrial etc. Ao mesmo tempo, o estudo da economia abrange numerosas escolas que se apóiam em proposições metodológicas comumente conflitantes entre si. Isso porque, ao contrário das ciências exatas, a economia não é desligada da concepção de mundo do investigador, cujos interesses e valores interferem, conscientemente ou não, em seu trabalho científico. Em decorrência disso, a economia não apresenta unidade nem mesmo quanto a seu objeto de trabalho, pois este depende da visão que o economista tem do processo produtivo. (SANDRONI, 2004, 189).

Ou seja, a Economia procura representar a realidade econômica, micro e macroeconomicamente, por meio de análises com parâmetros científicos, alicerçados pelos recursos da administração, da estatística, da matemática, além dos econométricos, buscando atingir o seu objetivo: mensurar a produção econômica e o seu desenvolvimento.

Essa representação ocorre por ensaios teóricos, que, por sua vez, se baseiam nos *indicadores econômicos* que, segundo Sandroni (2004), são o

Conjunto de dados estatísticos, passíveis de mudança e oscilações, capaz de dar uma idéia do estado de uma economia em determinado período ou data. Também chamados *indicadores de conjuntura*, em geral fornecem dados sobre produção, comercialização e investimentos. Entre os indicadores econômicos mais relevantes estão os referentes a desemprego, oferta de empregos, empréstimos bancários, reservas, preços de certos produtos (como petróleo), taxas de juros, movimentos de importação e exportação, produção

industrial geral e setorial, produção de aço e veículos, preços de materiais de construção e consumo energético, entre outros. (SANDRONI, 2004, p. 296).

Fazendo uma analogia com o conceito de informação de Barreto (BARRETO, 1999, p. 167), infere-se que o *indicador econômico* ou *indicador de conjuntura* informa sobre dados econômicos agregados, pois são “conjuntos significantes” (conjunto de dados estatísticos) que representam o “estado de uma economia” em uma determinada conjuntura, com a finalidade de agregar conhecimento econômico “modificador da consciência do homem e de seu grupo social”.

A conjuntura econômica, constituída dos indicadores econômicos ou indicadores de conjuntura, é “o fluxo e o refluxo das atividades de uma economia ou, de maneira mais genérica, o estudo da totalidade das condições de mercado”. Alguns autores ainda a consideram como “o conjunto de fatores estritamente econômicos”, e outros, “como a soma total das condições que afetam o mercado”. (SANDRONI, 2004, p. 122).

Ainda, segundo Sandroni, os *indicadores de conjuntura* representam

um grande número de variáveis econômicas, que se encontram em relações múltiplas e complexas: produção, estoques, número de pessoas empregadas, taxa de juros, receita e despesa do governo, dívida pública, taxa de formação de capital, renda nacional e índices de preços, entre outras. A análise conjunta desses indicadores e de seus movimentos fornece um quadro da situação econômica em que se encontra o país naquele momento, ou seja, em que ponto se encontra a economia dentro do ciclo econômico. Sua identificação e mensuração permitem delinear a evolução futura e fazer previsões, que serão utilizadas na elaboração de políticas econômicas mais eficientes. (SANDRONI, 2004, p. 122).

Nessa pesquisa, por tratarmos da informação do domínio da Economia, no âmbito da Representação da Informação, seguiremos as diretrizes terminológicas do “Novíssimo Dicionário de Economia (Sandroni, 2004) e consideraremos o termo *indicador econômico* como sinônimo de *indicador de conjuntura*.

Os documentos que têm como conteúdo a informação do domínio da Economia, na forma sinônima de *indicadores econômicos* ou *indicadores de*

conjuntura, são os periódicos denominados Boletins de Conjuntura Econômica.

3.1 ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA EM DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DO DOMÍNIO DA ECONOMIA

A título de exemplo, o *Boletim de Conjuntura* – atualmente denominado *Carta de Conjuntura* - do IPEA, instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, disponibiliza informações econômicas relacionadas aos temas de Nível de atividade; Emprego e renda; Inflação; Setor externo; Economia internacional; Política monetária, creditícia, fiscal e agrícola; além de Projeções macroeconômicas, possuindo cerca de 500 variações de indicadores econômicos, cujos exemplos dos termos econômicos gerais e específicos principais (Quadro 8) podem ser visualizados a seguir.

Quadro 8 - Exemplos de termos econômicos gerais e específicos principais.

NÍVEL DE ATIVIDADE
INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA
PRODUTO INTERNO BRUTO
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)
EMPREGO E RENDA
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO
POPULAÇÃO OCUPADA – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
INFLAÇÃO
INDICADORES DE PREÇOS, JUROS E CÂMBIO
IGP-DI
IPCA-15 e IPCA
SETOR EXTERNO
BALANÇO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL
SERVIÇOS E RENDAS – PERÍODO TRIMESTRAL
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO EFETIVOS
ECONOMIA INTERNACIONAL

COTAÇÕES DAS MOEDAS INTERNACIONAIS
ESTADOS UNIDOS: TAXA BÁSICA DE JUROS – FED FUNDS
TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS E ÍNDICE DE AÇÕES
ESTADOS UNIDOS: ÍNDICE DE PREÇOS
POLÍTICA MONETÁRIA
COEFICIENTE DE MONETIZAÇÃO COMO PROPORÇÃO DO PIB
SPREAD DE RISCO SOBERANO – BRASIL E BÔNUS GLOBAIS
TAXA DE JUROS – TBC/TBAN/SELIC
POLÍTICA FISCAL
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FISCAIS DO TESOIRO NACIONAL
DÍVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO
PROJEÇÕES
PROJEÇÕES PARA NÍVEL DE ATIVIDADES, EMPREGO, SALÁRIOS, UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE E TAXA DE INVESTIMENTO
PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO, CÂMBIO E JUROS
PROJEÇÕES PARA USOS E FONTES DE RECURSOS
PRODUTO INTERNO BRUTO

Fonte: BOLETIM...2004.

Gracioso (2002), após analisar: a Lista de Cabeçalho de Assunto do *Public Affairs Information Service* (PAIS); o Tesouro desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), adaptado do *Thesaurus Popin* (Tesouro multilingüe de população da ONU); a estrutura terminológica elaborada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES); e o Catálogo do IBGE (2000), dentre outros, definiu os termos estatísticos estruturados hierarquicamente, cujos termos (Quadro 9) referentes à estatística econômica podem ser úteis neste estudo, complementando os termos do BC-IPEA – instrumento basilar do qual se pretende extrair os principais termos -, que provavelmente utiliza os mesmos da CONCLA. A sua complementação, se necessária, será fornecida pelos seguintes documentos: Dicionário de Conceitos do IPEA; Glossário do Relatório da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; Novíssimo Dicionário de Economia do Sandroni (2004) e demais boletins.

Quadro 9 - Termos estatísticos: área econômica.

TERMOS ESTATÍSTICOS: ÁREA ECONÔMICA	
TRABALHO E RENDIMENTO	Comércio varejista
Desemprego	Transporte de cargas
Emprego Formal	Transporte de passageiros
Nível geral do salário	Estatísticas sobre empresas de serviços
Estatísticas de sindicatos	Estatísticas sobre microempresas
INDÚSTRIA	Cooperativas
Indicadores Conjunturais de indústria	PREÇOS
Produção, emprego e salário	Preços de produção Agrícola
Indústria de construção civil.	Acompanhamento de preços do atacado
Indústria extrativa mineral	Índices de preços ao consumidor
COMÉRCIO E SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Comércio atacadista	Finanças públicas

Fonte: Gracioso (2002, p. 88).

É válido ressaltar que os termos estatísticos, estruturados hierarquicamente por Gracioso (2002), foram, como já era de se esperar, retirados do Catálogo do IBGE (2000) porque, à época a CONCLA ainda era um projeto em desenvolvimento que se concretizou efetivamente em novembro de 2003, embora os trabalhos já estivessem em andamento desde 1995, como constata Gracioso (2002):

O modelo de organização informacional desenvolvido pelo IBGE tem sido utilizado como referência para a definição de um vocabulário controlado a ser utilizado para intercâmbio de Informações Estatísticas entre os países membros do Mercosul [...] O catálogo do IBGE contempla aspectos quantitativos e hierárquicos adequados a um controle terminológico, pois tem como principais características a objetividade, clareza e concisão, sendo considerado extremamente adequado para tratamento da informação estatística brasileira. (GRACIOSO 2002, p. 84-85).

A Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) é, pois, um órgão colegiado, instituído com o objetivo de estabelecer e monitorar as normas e a padronização do sistema de classificações usadas no Sistema Nacional Estatístico e

nos registros administrativos. Foi criado em 1994, instalado em 1995 e reinstalado em 2000. Agrupa representantes de quinze Ministérios e do IBGE, sob a presidência deste, que é também o responsável pelo funcionamento de sua Secretaria Executiva.

Disponibiliza as classificações estatísticas nacionais, para temas selecionados, usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País e as classificações internacionais a elas associadas.

Os usuários podem acessar, além das tabelas de códigos e descrições referentes a essas classificações, tabelas de correspondência, notas explicativas, arquivos de descrições e sistemas de busca *on-line*.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos.

A CNAE foi desenvolvida, tendo por referência a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC) e a *Clasificación Industrial Internacional Uniforme* (CIIU), das Nações Unidas.

A partir da elaboração da CNAE, foram derivadas duas outras classificações, a CNAE-Fiscal e a CNAE-Domiciliar. A CNAE-Fiscal é um detalhamento para uso nos cadastros da administração pública, em especial da administração tributária, nas três esferas do governo. A CNAE-Domiciliar foi desenvolvida para ser implementada no Censo Demográfico e nas demais pesquisas domiciliares.

Em 2002, a CNAE sofreu uma primeira revisão, essencialmente para ajuste e atualização, priorizando a continuidade da estrutura da classificação. As alterações na CNAE 1.0 (CLASSIFICAÇÃO..., 2005) resultam da atualização em relação à ISIC/CIIU 3.1 e também de ajustes em função de dificuldades apontadas pela experiência de sua implementação.

A sua última versão é de 2007, acompanhando a atualização da ISIC/CIIU 4.0, denominando-se CNAE 2.0, com 673 classes. Exemplos de sua estrutura podem ser visualizados no Quadro 10.

Quadro 10 - Exemplo da estrutura da CNAE 2.0.

ESTRUTURA DETALHADA DA CNAE: CÓDIGOS E DENOMINAÇÕES				
SEÇÃO	DIVISÃO	GRUPO	CLASSE	DENOMINAÇÃO
D				INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
	15			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS
		15.1		ABATE E PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE E DE PESCADO
			15.11-3	Abate de reses, preparação de produtos de carne
			15.12-1	Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne
		15.2		PROCESSAMENTO, PRESERVAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS
	18			CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
	21			FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL
		21.3		FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL OU PAPELÃO
			21.31-8	Fabricação de embalagens de papel
			21.32-6	Fabricação de embalagens de papelão - inclusive a fabricação de papelão corrugado

Fonte: CLASSIFICAÇÃO...(2007).

Embora o sistema de classificação para artigos - *Classification System For Journal Articles* – do Jornal de Literatura Econômica – *Journal of Economic Literature* (JEL) -, da Associação Americana de Economia – *American Economic Association* (AEA) (2004) – tenha sido analisado como possível sistema de classificação para definição dos Termos Econômicos, por ter a finalidade de catalogação de documentos como livros e periódicos com seus artigos – na definição das palavras-chave, por exemplo, conforme se observa no Quadro 11 - optou-se por utilizá-lo somente se necessário.

Quadro 11 - Categorias principais do Sistema de Classificação do JEL.

Categorias principais do Sistema de Classificação do JEL
A - Economia Geral e Ensino
B - Escolas de Pensamento e Metodologia Econômicos
C - Métodos Matemáticos e Quantitativos
D – Microeconomia
E - Macroeconomia e Economia Monetária
F - Economia Internacional
G - Economia Financeira
H - Economia Pública
I - Saúde, Educação e Previdência Social
J - Trabalho e Economia demográfica
K - Lei e Economia
L – Organização Industrial
M - Administração de Empresa e Economia empresarial; Marketing; Contabilidade
N - História da Economia
O - Desenvolvimento Econômico, Inovação Tecnológica e Crescimento
P - Sistemas Econômicos
Q - Economia da Agricultura e dos Recursos Naturais; Economia Ambiental e Ecológica
R - Economia Urbana, Rural e Regional
Z - Outros Tópicos Especiais

Fonte: *American...* (2004).

Assim, por haver uma hierarquia linguística dividida em categorias bem definidas por Termos Gerais, seguidos de seus Termos Específicos no BC-IPEA (2004), seus termos (APÊNDICE C) foram utilizados como modelo inicial de definição dos Indicadores Econômicos que subsidiaram a metodologia de análise dos Boletins de Conjuntura Econômica. Dessa forma, os termos da CNAE 2.0, assim como os das obras já citadas só serão utilizados, caso haja conflito ou ausência de terminologia utilizada pelos demais boletins em relação aos utilizados pelo IPEA.

Devido à quantidade excessiva, que de certa forma gera uma redundância de termos econômicos, optou-se por agregá-los, inicialmente, no que denominamos de Categorias Gerais e Específicas na Planilha de Coleta de Informações dos Boletins, com 118 termos, optando-se, ainda, por agregar as Categorias Gerais e Específicas

em Categorias Gerais e Específicas Principais, com 55 termos, para possibilitar um melhor rendimento e objetividade no processo investigativo, por meio da Planilha de Análise de Conteúdo dos Boletins (APÊNDICE D).

3.2 SÍNTESE

Neste capítulo conceituou-se a informação do domínio da Economia, assim como a própria Economia, como a “Ciência que estuda a atividade produtiva”, ou seja, a Economia como somatório de toda a produção realizada pelo ser humano para fins de industrialização, comércio e serviços, assim como as escolas que a teorizam, que agregam valor à sociedade como um todo, em relação aos conceitos de *indicador econômico* e *indicador de conjuntura*.

Identificamos e descrevemos as estruturas de representação documentária dos documentos específicos do domínio da Economia, que são os termos econômicos e específicos principais do Boletim de Conjuntura do IPEA (**BC-IPEA**); os Termos da Área Econômica (**TAE**) organizados por Gracioso (2002); a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (**CNAE 2.0**); e as Categorias principais do sistema de classificação do *Journal of Economic Literature* (**JEL**).

Dando prosseguimento à pesquisa, serão analisadas, no próximo capítulo, as informações disponíveis nos Boletins de Conjuntura Econômica, assim como seus modelos de busca.

4 A INFORMAÇÃO NOS BOLETINS DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Neste capítulo, faço uso de parte do resultado da pesquisa do mestrado, associada ao conhecimento adquirido na disciplina “Modelos Computacionais de Recuperação de Informação”, ministrada pelo professor Dr. Edberto Ferneda, para verificar e constatar que a utilização, ou não, de uma LD interfere na recuperação da informação, principalmente em um sistema de informação especializado.

O levantamento dos modelos de recuperação da informação dos boletins foi necessário por fornecer informações para reflexão sobre como estão sendo organizadas e representadas, haja vista que pesquisadores da área concordam que há relação de causa e efeito entre a indexação e a recuperação da informação.

Gil Leiva e Fujita (2012, p. 13) inferem que a recuperação da informação é “efeito e objetivo da indexação”, citando, como exemplo, a influência da decisão da especificidade nos resultados de busca do usuário.

A indexação possui várias características que causam efeitos na recuperação da informação. A especificidade, por exemplo, é uma das características que provoca efeitos. Vejamos, por exemplo: a decisão sobre especificidade durante a indexação para a representação do conteúdo de um documento é determinante para a escolha de termos específicos que serão, em seguida, traduzidos por descritores igualmente específicos para que, na busca, o usuário possa representar com termos específicos sua necessidade de informação. A quem cabe essa decisão? Ao indexador? Ao sistema de informação? Com certeza ambos são importantes na decisão por especificidade na indexação para propiciar especificidade na busca e obter especificidade na recuperação. Podemos inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação. (LEIVA; FUJITA, 2012, p. 13).

Implícitas no êxito da recuperação da informação, portanto, estão questões basilares na Ciência da Informação, que profissionais de outras áreas, como os da Economia, desconhecem, por não serem da área, como a importância da utilização de uma determinada LD, que permita a comunicação adequada entre o acervo e o usuário.

Cervantes (2009, p. 20) infere a importância da linguagem na recuperação da informação ao afirmar que “o sistema de informação que a disponibiliza, esteja amparado por um vocabulário capaz de operar os dois modos de comunicação, ou seja, a linguagem do sistema de informação e a linguagem de busca do usuário de áreas especializadas”.

Reconhece, ainda, que

a representação descritiva e a representação temática auxiliam significativamente na recuperação da informação a partir da determinação e disponibilização de pontos de acesso, apoiadas pela inovação tecnológica. Em razão disso, atentar às características do ambiente e de seus usuários são fatores determinantes no processo de organização da informação e do conhecimento. Nesse contexto, faz-se necessário refletir a respeito de modelos metodológicos de organização da informação e do conhecimento que atendam as reais necessidades de informação de usuários no âmbito de um sistema de informação especializado. (CERVANTES, 2009, p. 20)

Este fato é constatado por Fujita (1992), citada por Cervantes (2009), ao declarar que

para existir a recuperação da informação desejada, é preciso que tanto a linguagem de busca quanto a fonte de informação estejam adequadamente representadas por intermédio de uma linguagem documentária. Em razão disso, a função das linguagens documentárias, no processo de representação para a recuperação da informação, é imprescindível, uma vez que proporciona a conexão entre as linguagens utilizadas tanto na entrada de conteúdos como na busca a esses conteúdos, num sistema de recuperação da informação. (FUJITA, 1992 citada por CERVANTES, 2009, p. 32).

Apesar de causar certa estranheza inicial, a não utilização de modelos de recuperação da informação por seus produtores requer uma análise mais aprofundada. Dentre os modelos pesquisados por Fernalda (2003), sobressai-se o booleano, modelo quantitativo descrito a seguir.

No modelo booleano um documento é representado por um conjunto de termos que podem ser definidos de forma intelectual (manual) por profissionais especializados ou automaticamente, pela utilização de algum tipo de algoritmo computacional. As buscas são formuladas por uma expressão booleana composta com termos ligados através

dos operadores lógicos AND, OR e NOT (E, OU e NÃO) e apresentam, como resultado, os documentos cuja representação satisfaz às restrições lógicas da expressão de busca. (FERNEDA, 2003, p. 22).

Ferneda (2003) pesquisou os modelos de recuperação da informação, conceituando-os e analisando-os dentro da seguinte categorização: Modelos Quantitativos (booleano, vetorial, probabilístico, *fuzzy* e booleano estendido); Modelos Dinâmicos (sistemas especialistas, redes neurais e algoritmos genéticos); Processamento da Linguagem Natural e, ainda, Recuperação da Informação na WEB (mecanismos de buscas, linguagem XML e WEB semântica).

Dentre as contribuições de sua pesquisa, Ferneda (2003), concluiu que...

[...] os métodos e técnicas desenvolvidos pela Ciência da Computação devem ser continuamente avaliados e até absorvidos pela Ciência da Informação. **Porém a Ciência da Informação não poderá ser desenvolvida no vazio cultural de um sistema de raciocínio algorítmico.** Além disso, considerando as tarefas intelectuais do profissional da informação e tudo que se espera deles, é improvável que suas habilidades possam ser substituídas por qualquer tipo de tecnologia. (FERNEDA, 2003, p. 125, grifos nossos).

Uma opção para preencher essa lacuna é realizar pesquisas experimentais e desenvolver sistemas de recuperação de informação, utilizando-se algum desses modelos como complemento às pesquisas realizadas pelos usuários. Como exemplo disso, o uso do Processamento da Linguagem Natural, que “visa resolver alguns fenômenos linguísticos que dificultam uma interpretação correta das informações contidas nos documentos”, aproximando a Ciência da Informação da Inteligência Artificial. (FERNEDA, 2003, p. 123).

Contextualizada a questão da relação de eficácia entre os modelos de busca com a LD, instrumento de representação da informação, as informações disponíveis nos Boletins de Conjuntura Econômica passam a ser analisadas.

Como se constituem em produtos passíveis de comercialização no mercado, dados e indicadores econômicos não têm o caráter intrinsecamente público dos

dados e indicadores sociais. Assim, essas informações são produzidas por um amplo conjunto de instituições, públicas e privadas, e disponibilizadas ao público, em geral, por meio dos BCEs. (JANNUZZI; CAVATI SOBRINHO, 2005).

Os Boletins de Conjuntura são documentos importantes para o usuário se manter atualizado com relação à evolução recente da economia e suas perspectivas na medida em que veiculam as interpretações de técnicos especializados quanto a um conjunto amplo de indicadores de diferentes fontes e de diferentes dimensões do sistema econômico, com um nível maior ou menor de antecedência/consequência de fatores macroeconômicos nacionais e internacionais, expressos sob forma de números, índices, taxas, variações mensais ou taxas dessazonalizadas.

Dentre o conjunto de instituições que produzem, compilam, analisam e disseminam as estatísticas econômicas, isto é, dentre as instituições que compõem o Sistema Nacional de Estatísticas Econômicas, o IBGE tem um papel central, seja como coordenador desse Sistema, seja como produtor de informações.

Tais informações, utilizadas e referenciadas nas instituições aqui pesquisadas e disponíveis no endereço <www.ibge.gov.br>, abrangem os seguintes indicadores: Sistema de Contas Nacionais; Cadastro Central de Empresas; Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor; Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil; Pesquisa Mensal de Emprego; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Economia Informal Urbana; Pesquisa de Orçamentos Familiares; Pesquisas do Setor Agropecuário; Pesquisas do Setor Industrial; Pesquisas do Comércio e Serviço.

Nessa página do IBGE, é ainda possível ter acesso a outras informações, como a produtos personalizados, o que torna evidente a preocupação da instituição com a disseminação seletiva, que facilita a busca, de acordo com a necessidade e o grau de escolaridade do usuário, como, por exemplo, o Canal Temático: Brasil em Síntese; IBGE – 7 a 12 e IBGE Teen, permitindo a personalização da sua página inicial.

O IBGE mantinha seu Boletim Conjuntural – Indicadores IBGE – disponibilizado em papel até 1997. Atualmente, em função das diferentes datas de divulgação, o boletim praticamente deixou de existir como um documento único,

estando seus dados disponíveis em um conjunto de relatórios específicos das diversas pesquisas conjunturais da instituição. É possível cadastrar-se para recebê-los por correio eletrônico assim que divulgados na sede, no Rio de Janeiro, ou acessá-los pela *Internet* no endereço <www.sidra.ibge.gov.br>.

A ACNielsen, empresa multinacional de prestação de serviço em informação de mercado, elabora mensalmente e disponibiliza em seu endereço eletrônico para *download* o boletim **Retail Highlights** com informações compiladas da imprensa sobre o varejo, com cerca de 4 páginas e linguagem simples, sem referência completa das fontes citadas; o que afeta a confiabilidade da informação. Esse boletim se assemelha mais a uma propaganda dos serviços da empresa. (RETAIL HIGHLIGHTS, 2005).

Já o Banco Central (BACEN), autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, responsável por assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema que representa, publica, mensalmente, o **Boletim do Banco Central do Brasil** (BBCB) e, trimestralmente, o **Relatório de Inflação**, ambos impressos e disponíveis para *download*. (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Esse BBCB disponibiliza Informações sobre Nível de atividade; Política monetária e creditícia; Mercados financeiro e de capitais; Finanças públicas; Setor externo; Economia internacional e Principais medidas de política econômica com cerca de 200 páginas, sendo 170 compostas de um amplo material estatístico denominado de “Quadros estatísticos”, embora se assemelhem mais a tabelas quando observados a partir da Norma de Apresentação tabular do IBGE (1993).

Já o **Relatório de Inflação** contém informações sobre as decisões do Comitê de Política Monetária (COPOM) agrupadas nos seguintes indicadores: Nível de atividade; Preços; Política monetária, creditícia, e fiscal; Economia internacional; Setor externo; Perspectivas para a inflação e Projeções macroeconômicas, além de medidas de política econômica. Possui cerca de 155 páginas e, ao contrário dos outros boletins, as tabelas e gráficos estão inseridos em seu escopo, o que, associado à linguagem técnica do texto, proporciona excelente funcionalidade e confiabilidade ao documento. (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2004).

O BNDES disponibiliza para *download*, mensalmente, o boletim **Sinopse Econômica** com informações pertinentes aos seguintes indicadores: Nível de atividade; Inflação; Finanças públicas; Setor externo; Mercado Financeiro; e Projeções macroeconômicas, além de indicadores financeiros do desembolso do BNDES por setor e matérias especiais sobre prazos, fontes de captação e custos do segmento de financiamento, seguro ou equalização, distribuídas em cerca de 40 páginas, enriquecidas com tabelas e gráficos. (SINOPSE ECONÔMICA, 2005).

Elaborado em conjunto com as Federações de Indústrias dos Estados e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), entidade máxima de representação do setor industrial brasileiro, o boletim **Indicadores Industriais CNI** apresenta índices de acompanhamento do desempenho da indústria brasileira sobre Produção industrial; Nível de atividade; Emprego e renda, identificando a evolução da atividade industrial, especialmente em uma perspectiva de curto prazo. É publicado mensalmente, na forma impressa e eletrônica, sendo cobrado. Tem cerca de 6 páginas. (INDICADORES INDUSTRIAIS CNI, 2004).

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – instituição privada de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, com ênfase em Economia e Administração – que aborda vários assuntos econômicos e diferenciados a cada edição, em forma de artigo, com cerca de 100 páginas, sendo 30 delas com indicadores de Preços; Nível de atividade; Comércio e consumo; Emprego e renda; Finanças públicas; Política monetária e creditícia; Setor externo; Economia Internacional; Contas Nacionais; Agropecuária; e Seguros, previdência aberta e capitalização. Sua publicação é impressa e eletrônica; ambas cobradas. Embora seja uma publicação comercial, apenas 5 de suas páginas possuem propaganda, da própria instituição. (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2004).

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), instituição vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), disponibiliza, todo mês, em seu endereço eletrônico, o **Boletim de Informações da FIPE** com dados sobre Finanças públicas; Política monetária; Setor externo; Agricultura; e Nível de atividade, distribuídos por cerca de 23 páginas, em forma de artigo acadêmico com poucas tabelas e gráficos. (BOLETIM DE INFORMAÇÕES FIPE, 2005).

Indicadores DIESP é uma publicação bimestral da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP) - vinculada à Casa Civil do Estado de São Paulo – que disponibiliza informações conjunturais, impressas e eletrônicas, sobre Economia Internacional; Nível de atividade; Finanças públicas; Projeções macroeconômicas (inclusive um quadro com os programas de parcerias público-privadas (PPP) nas esferas estaduais); Mercado Financeiro; Preços; e Emprego, além de informações adicionais sobre os indicadores econômicos contidos em suas tabelas, distribuídas por 11 das suas 61 páginas, somando-se as que se encontram no seu corpo. Possui, também, um Centro de Informações Técnicas. (INDICADORES DIESP, 2004).

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) - entidade máxima de representação da indústria paulista – por meio do seu Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, divulga, mensalmente em seu endereço eletrônico, os seus principais indicadores nos boletins **Levantamento de Conjuntura** (com informações sobre o Nível de atividade; Produção industrial e Emprego e renda paulistas) e **Nível de Emprego** (pesquisa específica sobre emprego, inclusive com variações percentuais por sindicato paulista), cuja finalidade é indicar qual direção está seguindo a indústria do Estado de São Paulo. Cada um possui cerca de 10 páginas com tabelas, gráficos e não há texto interpretativo. (LEVANTAMENTO DE CONJUNTURA, 2005; NÍVEL DE EMPREGO; 2005).

Outro boletim de cunho acadêmico é o **Política Econômica em Foco**, do Centro de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cuja publicação eletrônica é realizada, semestralmente, abordando os seguintes indicadores: Economia internacional; Setor externo; Moedas e finanças privadas; Finanças públicas; e Produção, emprego e renda. Todas as seções são assinadas, seguindo o padrão de artigo científico, inclusive com citações de referências, e com um número significativo de tabelas e gráficos, chamando a atenção por possuir uma Gerência de Informações e um profissional responsável pelo Projeto Visual, Normalização e Editoração Eletrônica. (POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO, 2005).

O boletim **Economia & Conjuntura** do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), também de caráter acadêmico, disponibiliza

análises da conjuntura macroeconômica, em formato de artigo assinado, sobre os seguintes indicadores: Projeções macroeconômicas; Nível de atividade; Investimentos; Inflação; Política Fiscal; e Setor externo. Sua publicação é eletrônica, mensal e possui cerca de 40 páginas. Possui uma Gerência de Informações e um profissional responsável pelo Projeto Visual, Normalização e Editoração Eletrônica. (ECONOMIA & CONJUNTURA, 2005).

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), instituição de caráter privado, publica em seu endereço eletrônico, diariamente, seu boletim denominado de **Carta IEDI**, que aborda indicadores relevantes para o desenvolvimento econômico do país, como Nível de atividade; Setor externo; Economia Internacional; e Política monetária, creditícia e fiscal, fazendo recomendações de aperfeiçoamento nessas áreas de atividade. Possui, aproximadamente, 10 páginas e, a critério do usuário, pode ser recebido por e-mail, assim que publicado. (CARTA IEDI, 2005).

O IPEA, instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, disponibiliza no **BC-IPEA**, informações relacionadas aos indicadores de Nível de atividade; Emprego e renda; Inflação; Setor externo; Economia internacional; Política monetária, creditícia, fiscal e agrícola; e Projeções macroeconômicas, sendo, provavelmente, o boletim mais completo e regular existente, possuindo cerca de 600 variações de indicadores. É um relatório produzido mensalmente, veiculado em papel, com cerca de 200 páginas, sendo 100 delas constituídas de tabelas de indicadores que fundamentam as áreas de atividades citadas, além das tabelas e gráficos pertinentes em seu corpo, podendo ser, também, obtido pela *Internet* gratuitamente. (BOLETIM DE CONJUNTURA, 2004).

O Ministério da Fazenda disponibiliza, eletronicamente, o boletim mensal **Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado Aberto**, com cerca de 20 páginas ricas em tabelas e gráficos contendo informações sobre a movimentação de títulos federais. O Tesouro Nacional e a Receita Federal também disponibilizam um grande volume de informações acerca da economia brasileira, disponíveis nos endereços <www.tesouro.fazenda.gov.br> e <www.receita.fazenda.gov.br>, respectivamente. (DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA E MERCADO ABERTO, 2005).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), órgão da administração federal direta, responsável por promover políticas de emprego, trabalho e renda, publica, em seu endereço eletrônico, mensalmente, a **Análise do Mercado de Trabalho Formal**, disponibilizando, de forma breve – cerca de 3 páginas – informações sobre Emprego, sem utilização de tabelas ou gráficos. (ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, 2004).

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP), instituição sem fins lucrativos da iniciativa privada e do setor público, disponibiliza no formato eletrônico, mensalmente, o **Informe Sebrae-SP**, que resulta da Pesquisa de Conjuntura (Relatório com a análise da conjuntura econômica para às Micro e Pequenas Empresas paulistas), com informações sobre Nível de atividade; Emprego e renda; e Projeções, com, aproximadamente, 6 páginas, complementada pela Série Histórica (Evolução do faturamento, pessoal ocupado e folha de salários) e a Apresentação em *PowerPoint*, realizada na divulgação dos indicadores de conjuntura. (INFORME SEBRAE-SP, 2005).

Já o boletim **Informações Econômicas**, publicação impressa, eletrônica e mensal, de caráter acadêmico, do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA-SP), disponibiliza informações sobre Agropecuária: Preços pagos e recebidos no atacado e varejo; Indicadores de Conjuntura; Salários rurais; Estimativa de produção animal e Previsões e estimativas das safras agrícolas. Possui em torno de 125 páginas, sendo a metade destinada a artigos assinados por pesquisadores da área. Possui um Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. (INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, 2004).

A Confederação Nacional do Comércio (CNC), publica, eletrônica e mensalmente, o boletim **Evolução da Conjuntura Econômica**, com cerca de 27 páginas. Examina o comportamento global e setorial da economia brasileira, enfatizando a evolução do comércio varejista, aferida pelas variações do faturamento real. (EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA, 2005).

É importante registrar que, além desses boletins, como demonstra a pesquisa da Gracioso (2003), existem boletins e revistas de conjuntura econômica voltados para produções estatísticas estaduais. Para fins econômicos regionais, são fidedignas fontes de informação do domínio da Economia, como, por exemplo, os da

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que produz, dentre outras publicações, as revistas “Conjuntura e Planejamento” e a “Bahia: análise & dados” e os boletins “Pesquisa de Emprego e Desemprego em Salvador” e o “IPC: tabela do Índice de Preços ao Consumidor de Salvador”.

Quanto à utilização de modelos de recuperação da informação, este levantamento inicial aponta para a necessidade de implementação de estudos de melhoria pelos produtores da informação do domínio da Economia, haja vista que utilizam somente modelos de busca simples, como veremos na análise a seguir.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, disponibiliza, em sua página eletrônica, “filtros” de busca com as seguintes opções: palavra-chave; categoria (Campanhas, Livros, Apresentação, Releases, Apostila, Planilha, Serviços, Periódicos, Artigo do presidente, A CNC, Artigo, Trabalhos Técnicos, Pesquisas, Notícias, TV CNC, permitindo selecionar mais de uma destas); “editoria” (Ações Institucionais, Câmaras do Comércio, Comércio, Diário Legislativo, Economia, Educação, Gestão Sindical, Infraestrutura, Meio ambiente, Parcerias, Política e Governo, Produtos CNC, Relações de Trabalho, Representações, Saúde, SENAC, Serviços, SESC, Sindicalismo, Comércio, Tributação, Turismo, permitindo selecionar mais de uma destas); e data de publicação (hoje, 1 dia, 1 semana, 1 mês, 1 ano, 2 anos e 5 anos).

O Instituto de Economia Agrícola de São Paulo utiliza, em sua página eletrônica, um modelo de recuperação de informação de busca simples, com algumas opções para tornar mais precisa a busca: palavra-chave; expressão; data de publicação; autores (com a lista disponível dos autores, permitindo selecionar mais de um autor); assuntos (com uma lista de termos, permitindo selecionar mais de um assunto); e categorias (Revista Economia Agrícola, Análises e Indicadores do Agronegócio, Informações Econômicas, Análise de Conjuntura, Textos para Discussão, Notícias, Previsão de Safra, Quadrissemana, e Teses e Dissertações).

O SEBRAE disponibiliza um sistema de “busca avançada” com as seguintes opções de “refinar a busca”: por setor (agronegócio, comércio, indústria, multissetorial e serviços); e por público-alvo (recomendado para pessoas que querem abrir uma empresa e recomendado para pessoas que têm uma empresa).

Assim como o endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, a maioria dos endereços disponibiliza o “Mapa do Site”, que se pode considerar como uma forma alternativa de recuperar a informação, embora as buscas realizadas por esse recurso tendam a gerar muita exaustividade e, conseqüentemente, perda de tempo nos seus resultados.

O BC-IPEA foi extinto em 2007, sendo substituído por outro boletim, o **Carta de Conjuntura**, que, em conjunto com outras publicações, em PDF, disponibiliza a recuperação da informação por busca simples.

O interessante é que algumas páginas eletrônicas, como a da FUNDAP e a do Instituto de Economia da UFRJ, por exemplo, não possuem sequer um modelo de recuperação da informação do tipo busca simples, disponível somente nos documentos fornecidos em PDF.

O Boletim **Informações FIPE** possui um modelo de busca simples e disponibiliza os artigos acompanhados de uma pequena síntese que facilita sua utilização ou não pelo usuário.

A FGV disponibiliza alguns artigos livres. No entanto, para ter acesso completo ao seu Boletim de Conjuntura, é cobrada a assinatura de R\$12,00, sendo o modelo de busca simples disponibilizado no documento PDF.

O boletim do BC e o relatório de inflação estão disponíveis em PDF, utilizando o sistema de recuperação simples. No seu endereço eletrônico, é o único que utiliza um modelo de recuperação booleana, embora muito simplificado, constando somente os seguintes critérios de opções de busca: com as palavras; com a expressão; sem as palavras; tipos de documentos; e divulgado no período de.

Assim, pode-se inferir, a partir desses levantamento, que, provavelmente, não há uma política de indexação e uma LD específica, utilizadas por nenhuma das instituições pesquisadas, demandando mais pesquisas científicas nesta área significativa para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nenhuma delas disponibiliza um modelo de busca de recuperação da informação por meio de termos, como é possibilitado pela base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS),

constituída de normas, manuais, guias e aplicativos, destinados à coleta, seleção, descrição e indexação de documentos.

A indexação deve ser compreendida como um “processo” que envolve duas etapas distintas: a análise conceitual e a tradução – considerando, para fins de seleção e definição dos termos que representarão, o conteúdo de um documento e o ato de indexar em si. A política de indexação precisa ser realizada por especialistas, que seguem metodologias e procedimentos cientificamente comprovados, condição fundamental para que essa representação sinalize ao máximo a essência do documento e atenda às necessidades de informação do grupo específico de usuários a que se destina, contribuindo para a sua recuperação precisa. (LANCASTER, 2004; FOSKET, 1973; FUJITA; GIL LEIVA, 2012).

Essas reflexões denotam a importância da definição de parâmetros na elaboração de uma política de indexação para tratamento da informação do domínio da Economia, seja em que suporte for, eletrônico ou não, para se obter êxito em sua organização, representação e recuperação, visando à sua disseminação e uso, conforme os princípios da Biblioteconomia – em cumprimento às cinco leis de Ranganathan (1967), aprofundadas e ressignificadas por Rajagopalan e Rajan (1984) – citados por Nice Figueiredo (1992): 1. a informação é para o uso; 2. a cada usuário sua informação; 3. cada informação a seu usuário; 4. economize o tempo do usuário – e o seu corolário: economize o tempo dos cientistas da informação; e 5. um sistema de informação é um organismo em crescimento.

Deve-se, no entanto, antes ou no contexto das definições desses parâmetros, estabelecer a delimitação do conteúdo do conjunto de documentos, a sua área temática e a conceituação do documento da área específica, visando obter o máximo de clareza. Isso permitirá a organização e a representação de um sistema de informação transparente e o alcance do seu objetivo maior: disponibilizá-la para uso por meio de uma LD que permitirá sua recuperação eficiente e eficaz.

Decorre daí a necessidade de investigação do modelo de busca e seu sistema de informação – que deveria ter uma LD – que, ao não disponibilizarem termos de busca, evidenciam que há problemas na forma como as informações dos

boletins foram organizadas, causando, provavelmente, baixa precisão e alta revocação na recuperação realizada pelo usuário.

4.1 SÍNTESE

Verifica-se, neste capítulo, que a utilização ou não de uma LD interfere na recuperação da informação e vice-versa, podendo, pela lógica, inferir que o modelo de recuperação da informação reflete a utilização ou não de uma LD, principalmente em um sistema de informação especializado.

Desse modo, o levantamento dos indicadores e dos modelos de recuperação da informação dos BCEs⁷ (Quadro 12) fez-se necessário por fornecer informações para reflexão sobre como estão sendo organizadas e representadas, haja vista a relação de causa e efeito entre a indexação e a recuperação da informação.

Quadro 12 - Indicadores e modelos de recuperação da informação dos BCEs.

Produtos informacionais	Indicadores	Principais características	Modelos de Recuperação da Informação
IBGE - Pesquisas	Indicadores Conjunturais e Boletins de Contas Nacionais Trimestrais; Cadastro Central de Empresas; Pesquisas de Emprego e Renda, do Comércio, de Serviços, da Economia Informal Urbana e da Indústria; Produção Agropecuária; Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor; Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Preços da Construção Civil; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; e Pesquisa de Orçamentos Familiares	Diária, Mensal, Anual e Sazonal Publicação impressa e eletrônica <i>Download</i> gratuito www.ibge.gov.br	Busca simples
<i>Retail Highlights</i>	Movimento do estoque no Comércio Varejista	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.acnielsen.com.br	Busca simples

⁷ Ver Referências dos Boletins de Conjuntura.

Produtos informacionais	Indicadores	Principais características	Modelos de Recuperação da Informação
Boletim do Banco Central do Brasil	Nível de atividade; Política monetária e creditícia; Mercados financeiro e de capitais; Finanças públicas; Setor externo; Economia internacional; e Principais medidas de política econômica	Mensal Publicação impressa e eletrônica Tiragem: 560 Download gratuito www.bacen.gov.br	<i>Busca Simples e Booleana</i>
Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil	Decisões do Copom; Nível de atividade; Preços; Política monetária, creditícia e fiscal; Economia internacional; Setor externo; Perspectivas para a inflação; Projeções macroeconômicas; e Medidas de política econômica	Trimestral Publicação impressa e eletrônica Tiragem: 900 Download gratuito www.bacen.gov.br	Busca Simples e Booleana
Sinopse Econômica do BNDES	Nível de atividade; Inflação; Finanças públicas; Setor externo; Mercado Financeiro; Projeções macroeconômicas; Indicadores financeiros do desembolso do BNDES por setor; prazos, fontes de captação e custos do segmento econômico	Mensal Publicação eletrônica Download gratuito www.bndes.gov.br	Busca Simples
Indicadores Industriais da CNI	Produção Industrial; Nível de atividade; e Emprego e renda	Mensal Publicação impressa e eletrônica Download cobrado www.cni.org.br	Busca Simples
Conjuntura Econômica da FGV	Nível de atividade; Comércio e consumo; Emprego e renda; Finanças públicas; Política monetária e creditícia; Setor externo; Economia Internacional; Contas Nacionais; Agropecuária; e Seguros, previdência aberta e capitalização	Mensal Publicação impressa e eletrônica Download cobrado www.fgv.br	Busca Simples
Boletim de Informações da FIEPE	Finanças públicas; Política monetária; Setor externo; Agricultura; e Nível de atividade	Mensal Publicação eletrônica Download gratuito http://www.fiepe.org.br	Busca Simples
Indicadores DIESP	Economia Internacional; Nível de atividade; Finanças públicas; Projeções macroeconômicas (inclusive com um quadro com os programas de parcerias público-privadas (PPP) nas esferas estaduais); Mercado Financeiro; Preços; e Emprego	Bimestral Publicação impressa e eletrônica Tiragem: 50 Download gratuito www.fundap.sp.gov.br	Busca Simples
Levantamento de Conjuntura da FIESP	Nível de atividade; Produção industrial e Emprego e renda	Mensal Publicação eletrônica Download gratuito www.fiesp.org.br	Busca Simples
Nível de Emprego da FIESP	Emprego com variações percentuais por sindicato	Mensal Publicação eletrônica Download gratuito www.fiesp.org.br	Busca Simples

Produtos informacionais	Indicadores	Principais características	Modelos de Recuperação da Informação
Política econômica em foco da UNICAMP	Economia internacional; Setor externo; Moedas e finanças privadas; Finanças públicas; e Produção, emprego e renda	Semestral Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.eco.unicamp.br	Busca Simples
Economia & Conjuntura da UFRJ	Projeções macroeconômicas; Nível de atividade; Investimentos; Inflação; Política Fiscal; e Setor externo	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.ie.ufrj.br	Busca Simples
Carta do IEDI	Nível de atividade; Setor externo; Economia Internacional; e Política monetária, creditícia e fiscal	Diário Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.iedi.org.br	Busca Simples
Boletim de Conjuntura do IPEA	Nível de atividade; Emprego e renda; Inflação; Setor externo; Economia internacional; Política monetária e creditícia; Política Fiscal; Política Agrícola; e Projeções macroeconômicas	Mensal Publicação impressa e eletrônica Tiragem: 555 <i>Download</i> gratuito www.ipea.gov.br	Busca Simples
Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado Aberto do MF	Títulos Federais	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.fazenda.gov.br	Busca Simples
Análise do Mercado de Trabalho Formal do MTE	Emprego	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito portal.mte.gov.br	Busca Simples
Informe Sebrae-SP	Nível de atividade; Emprego e renda; e Projeções das Micro e Pequenas Empresas paulistas	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.sebraesp.com.br	Busca Simples
Informações Econômicas do IEA-SP	Agropecuária: Preços pagos e recebidos no atacado e varejo; Indicadores de Conjuntura; Salários rurais; Estimativa de Produção Animal e Previsões e estimativas das safras agrícolas	Mensal Publicação impressa e eletrônica Tiragem: 1200 <i>Download</i> gratuito www.iea.sp.gov.br	Busca Simples
Evolução da Conjuntura Econômica da CNC	Nível de atividade e Comércio varejista	Mensal Publicação eletrônica <i>Download</i> gratuito www.cnc.com.br	Busca Simples

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, pode-se perceber, de acordo com Fujita (1992) citada por Cervantes (2009, p. 32), que, para existir a recuperação da informação desejada, é preciso que tanto a linguagem de busca quanto a fonte de informação estejam adequadamente representadas por intermédio de uma LD.

Assim sendo, constatada a relação de eficácia entre os modelos de busca com a LD, instrumento de representação da informação, que estabelece a comunicação entre o sistema de informação e o usuário, foram realizadas as análises das informações disponíveis nos Boletins de Conjuntura Econômica para servir de aplicação experimental metodológica a ser desenvolvida a seguir.

5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS

A escolha metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa e que possibilitou os resultados apresentados, foi, primeiramente, de natureza bibliográfica e descritiva. A revisão de literatura sobre representação documentária e estruturas de representação documentária, apresentadas nos capítulos 2 e 3, serviu para elaborar uma estrutura de representação documentária do domínio da Economia.

Em seguida, aplicamos, experimentalmente, o “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro” de Cervantes (2009) - analisado no capítulo 2, no Quadro 4, da página 36 -, que sintetizou as suas etapas, apoiando-se nas teorias e normas da área da Terminologia e da Ciência da Informação. Assim, as etapas do Modelo: *trabalho preliminar*, *método de compilação*, *registro de termos* e *verificação de termos* (Esta etapa completa será objeto de estudo em outra pesquisa), possibilitaram o desenvolvimento das etapas desta pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 13.

Quadro 13 – Quadro comparativo das etapas do Modelo e as etapas desta pesquisa.

ETAPAS DO MODELO	ETAPAS DA PESQUISA
1. Trabalho preliminar - escolha do domínio e da língua do tesauro; - delimitação do subdomínio; - estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática; - consulta a especialista do domínio/subdomínio.	A - Delimitação do Subdomínio
2. Método de compilação - coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico; - estabelecimento da árvore de domínio.	B – ESTABELECIMENTO DOS LIMITES DA PESQUISA TERMINOLÓGICA TEMÁTICA E COLETA DO CORPUS DO TRABALHO TERMINOLÓGICO C - ESTABELECIMENTO DA ÁRVORE DE DOMÍNIO
3. Registro de termos - coleta e classificação de termos.	D - COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS
4. Verificação de termos - verificação, classificação e confirmação de Termos.	

Fonte: Cervantes, 2009, p. 163, adaptado com as etapas da metodologia.

Cervantes (2009), ao investigar os procedimentos metodológicos para construção de Tesouros em áreas de especialidades, fez uma análise e utilizou as normas da ABNT e ISO, além de autores da área, relacionados à Terminologia, sintetizando-as em “etapas de construção de Tesouros de acordo com as diretrizes” e “métodos de compilação de termos: terminologias e definições”.

Utilizando, portanto, o arcabouço teórico e metodológico da Terminologia, Cervantes (2009) realizou a análise e a síntese das etapas de construção de tesouro, agrupando-as por categorias temáticas, cujo modelo utilizamos para a elaboração da estrutura de representação documentária do domínio da Economia, descritas nas etapas seguintes.

A - Delimitação do Subdomínio

Segundo Cervantes (2009, p. 147), a delimitação do subdomínio é necessária por não ser recomendável uma pesquisa terminológica de um domínio completo, devido à sua complexidade.

Assim, após definido o domínio que nesta pesquisa é o de Economia, buscamos delimitar o subdomínio por meio dos termos pertinentes nas LDs e nos documentos específicos da área.

A delimitação do subdomínio corresponde à revisão de literatura sobre representação documentária e estruturas dessa representação documentária, assim como a identificação e descrição das LDs e das estruturas de representação documentária em documentos específicos do domínio da Economia, desenvolvidos nos capítulos 2 e 3.

No capítulo 2, inicialmente, são abordados os referenciais teóricos da ORC, apresentados por Fujita (2008), que esclarece que seu domínio está sistematizado em seu próprio nome, demonstrado por dois conceitos fundamentais: a Organização do Conhecimento e a Representação do Conhecimento, combinados entre as categorias Ação + Objeto. Em seguida, analisa-se a estrutura da área – ORC – dividida em seus três núcleos básicos: Fundamentos, Organização e Representação. (GUIMARÃES, 2001).

Nesse contexto, abordamos as LDs, como instrumentos de estrutura de Representação Documentária, construídas para possibilitar a comunicação entre os conteúdos dos documentos e os usuários de um sistema de informação.

Após um breve relato epistemológico sobre teorias e normas de construção de LDs, destacando a sistematização de etapas da construção de tesouros por meio do “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouro”, com a interface da Terminologia, elaborada por Cervantes (2009), constata-se que domínio é o “*subconjunto* de uma área determinado por um sistema de noções, sendo a *área* uma parte do saber cujos limites são definidos segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica” (ISO 1087, 2000). Aponta-se, então, para a construção de vocabulários controlados, as LDs, que, nesta pesquisa se configuram como estruturas de representação da informação no domínio da Economia.

Apresenta-se, ainda, as principais características de três LDs do domínio da Economia: o VC-USP, o Tesouro ISOC de Economia e a tradução da LCSH utilizada pela BN para, no próximo capítulo, serem descritas as estruturas de representação documentária, contextualizadas no estudo sobre o conceito de informação do domínio da Economia.

No capítulo 3, conceitua-se a informação do domínio da Economia, assim como a própria Economia como a “Ciência que estuda a atividade produtiva”, ou seja, a Economia como sendo o somatório de toda produção realizada pelo ser humano para fins de industrialização, comércio e serviços, assim como as escolas que a teorizam e agregam valor à sociedade como um todo, relacionando os conceitos de *indicador econômico* e *indicador de conjuntura*.

Em seguida, são identificadas e descritas as estruturas de representação documentária dos documentos específicos do domínio da Economia. São elas os termos econômicos e específicos principais do Boletim de Conjuntura do IPEA (**BC-IPEA**); os Termos da Área Econômica (**TAE**) organizados por Gracioso (2002); a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (**CNAE 2.0**); e as Categorias principais do sistema de classificação do *Journal of Economic Literature* (**JEL**).

B – Estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática e coleta do corpus do trabalho terminológico

Na etapa B, são estabelecidos os limites da pesquisa terminológica temática e a coleta do *corpus* do trabalho terminológico, pela execução da fase de identificação e descrição dos BCEs e das instituições que produzem a informação do domínio da Economia.

Assim, a pesquisa terminológica para a coleta do *corpus* terminológico é delimitada, nos termos extraídos do BC-IPEA, utilizando-se o Novíssimo Dicionário de Economia do Sandroni (2004), enquanto documento da área de Economia, desenvolvendo o capítulo 4.

Ainda no capítulo 4, fica evidente que a utilização ou não de uma LD interfere na recuperação da informação e vice-versa, podendo, pela lógica, inferir que o modelo de recuperação da informação reflete a utilização ou não de uma LD, principalmente em um sistema de informação especializado.

Desse modo, foi necessário o levantamento dos indicadores e dos modelos de recuperação da informação dos BCEs, por fornecer informações para reflexão sobre como essas estão sendo organizadas e representadas, haja vista a relação de causa e efeito entre a indexação e a recuperação da informação.

Em seguida, aplicamos e descrevemos os resultados das etapas “C” e “D”, que são, respectivamente, o “estabelecimento da árvore de domínio” e a “coleta e classificação dos termos”, e as suas fases correspondentes de: Elaboração da estrutura documentária do domínio da Economia tendo, como parâmetro, as estruturas das LDs e as estruturas dos documentos específicos da área; Compilação do *corpus* de termos econômicos dos BCEs e das instituições que produzem a informação do domínio da Economia; Cotejamento do *corpus* de termos econômicos nas LDs; Classificação dos termos econômicos do *corpus*, selecionados nas categorias correspondentes que compõem a estrutura de representação documentária elaborada com base nas estruturas das linguagens e dos documentos específicos e, ainda, a Finalização da estrutura de representação documentária do domínio da Economia que contém os termos econômicos do *corpus* selecionado.

C - ESTABELECIMENTO DA ÁRVORE DE DOMÍNIO

Nesta etapa, desenvolve-se a fase 4, que trata da elaboração da estrutura documentária do domínio da Economia, tendo como parâmetro as estruturas das LDs e os documentos específicos da área.

Segundo Cervantes (2009, p. 148), “a árvore de domínio representa o conjunto nocional que tem a função de situar o campo nocional a ser estudado”.

Inicialmente, foram agregadas as macroestruturas das LDs e dos documentos específicos da área em uma planilha do Excel, o que nos permitiu realizar as inferências das fases seguintes.

No total, foram agregados **169** termos das suas macroestruturas, sendo **37** do VC-USP, **11** do Tesouro ISOC de Economia, **33** da LCSH-BN, **8** do BC-IPEA, **24** dos Termos da Área Econômica (TAE) organizados por Gracioso (2002), **37** da CNAE 2.0, e **19** da JEL.

Essas macroestruturas, enquanto categorias principais, representam **746** termos do VC-USP, **3195** termos do Tesouro ISOC de Economia, **581** termos do BC-IPEA, **24** termos da área econômica da TAE (Gracioso, 2002), **1301** termos da CNAE 2.0, **1044** termos da JEL, sem contar com a LCSH-BN, com **33** termos, apesar dela não ter disponibilizado a sua estrutura, totalizando **6924** termos (Quadro 14) do domínio da Economia.

Quadro 14 - Total de termos do domínio da Economia.

VC-USP	ISOC	BC-IPEA	TAE	CNAE 2.0	JEL	LCSH-BN	TOTAL
746	3195	581	24	1301	1044	33	6924

Fonte: Elaborado pelo autor.

O estabelecimento da árvore de domínio, portanto, ficou composto pelas macroestruturas das LDs e dos documentos específicos, conforme o Quadro 15 a seguir

Quadro 15 - Árvore de domínio da Economia: macroestruturas das Linguagens Documentárias e documentos específicos da área.

ESTRUTURA DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA						
VC-USP	ISOC	LCSH-BN	BC-IPEA	TAE	CNAE 2.0	JEL
Economia	Ciencias sociales	Espaço em economia	Nível de atividade	Trabalho e Rendimento	Agricultura	Economia geral e ensino
Censos	Crecimiento y desarrollo económicos	Estagnação econômica	Emprego e renda	Desemprego	Pecuária	Escolas de pensamento e metodologia econômicos
Comércio	Economía de la empresa	Estatística	Inflação	Emprego formal	Produção florestal	Métodos matemáticos e quantitativos
Condição econômica	Economía del sector público	Estatística e dinâmica (Ciências sociais)	Setor externo	Nível geral do salário	Pesca e aquicultura	Microeconomia
Cooperativas	Economía internacional	Finanças	Economia internacional	Estatísticas de sindicatos	Indústrias extrativas	Macroeconomia e economia monetária
Econometria	Historia económica y pensamiento económico	História econômica	Política monetária	Indústria	Indústrias de transformação	Economia internacional
Economia ambiental	Métodos matemáticos y cuantitativos	Indexação (Economia)	Política fiscal	Indicadores conjunturais de indústria	Eletricidade e gás	Economia financeira
Economia comparada	Estructura y sectores económicos	Individualismo	Projeções	Produção, emprego e salário	Água	Economia pública
Economia de mercado	Sistema financiero	Indústrias		Indústria de construção civil	Esgoto	Saúde, educação e previdência Social
Economia dirigida	Teoría económica	Lucros		Indústria extrativa mineral	Atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Trabalho e economia demográfica
Economia do trabalho	Trabajo, consumo y bienestar	Luxo		Comércio e Serviços	Construção	Lei e economia
Economia humana		Macroeconomia		Comércio atacadista	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Organização industrial
Economia informal		Microeconomia		Comércio varejista	Transporte	Administração de empresa e economia

ESTRUTURA DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA						
VC-USP	ISOC	LCSH-BN	BC-IPEA	TAE	CNAE 2.0	JEL
						empresarial; <i>marketing</i> ; contabilidade
Economia interna		Mutualismo		Transporte de cargas	Armazenagem	Historia da economia
Economia livre		Negócios		Transporte de passageiros	Correios	Desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e crescimento
Economia monetária		Neuroeconomia		Estatísticas sobre empresas de serviços	Alojamento	Sistemas econômicos
Economia política		Números índices (Economia)		Estatísticas sobre microempresas	Alimentação	Economia da agricultura e dos recursos naturais; economia ambiental e ecológica
Economia solidária		Oferta e procura		Cooperativas	Informação e comunicação	Economia urbana, rural e regional
Espaço econômico		Política econômica		Preços	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Outros tópicos especiais
Finanças		População		Preços de produção agrícola	Atividades imobiliárias	
Finanças públicas		Produto nacional bruto		Acompanhamento de preços do atacado	Atividades profissionais	
Desenvolvimento econômico		Propriedade		Índices de preços ao consumidor	Atividades científicas	
Levantamentos econômicos		Renda		Administração pública	Atividades técnicas	
Macroeconomia		Riqueza		Finanças públicas	Atividades administrativas e serviços complementares	
Medidas econômicas		Risco (Economia)			Administração pública	
Ordem econômica		Setor informal			Defesa	

ESTRUTURA DOCUMENTÁRIA DO DOMÍNIO DA ECONOMIA						
VC-USP	ISOC	LCSH-BN	BC-IPEA	TAE	CNAE 2.0	JEL
		(Economia)				
Política de desenvolvimento		Solo - Uso			Seguridade social	
População economicamente ativa		Superprodução			Educação	
Previsão econômica		Teoria do <i>turnpike</i> (Economia)			Saúde humana	
Produção (economia)		Trustes industriais			Serviços sociais	
Recursos energéticos		Valor (Economia)			Artes	
Reforma econômica		Câmbio			Cultura	
Relações econômicas		Homem econômico			Esporte e recreação	
Teorias econômicas					Outras atividades de serviços	
Economia gerencial					Serviços domésticos	
Economia institucional					Organismos internacionais	
Economia evolucionária					Outras instituições extraterritoriais	

Fonte: Elaborado pelo autor.

D - COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS

A coleta e a classificação de termos, segundo Cervantes (2009, p. 149), são efetuadas “a partir do *corpus* do trabalho terminológico selecionado”, respeitando-se o contexto do enunciado do qual o termo é extraído.

Nesta fase, portanto, realiza-se a compilação do *corpus* de termos econômicos dos BCEs e das instituições que produzem a informação do domínio da Economia.

Foi realizada uma compilação dos termos econômicos dos BCEs, tendo, como parâmetro inicial, o BC-IPEA, gerando o Apêndice D, com 581 termos, que foram agregados para análise dos conteúdos dos BCEs na planilha do Apêndice E – exemplo no Quadro 16 -, em que foram definidas as categorias principais que constituíram o *corpus* de termos econômicos para cotejamento nas LDs, cuja análise será realizada no tópico seguinte.

Quadro 16 - Exemplo de análise de conteúdo dos BCEs – Nível de Atividade.

INDICADORES	INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DOS BOLETINS									
	IBGE	IPEA	BNDES	FGV	FIPE	BACEN	IE/UFRJ	CNC	IEA/SP	UNICAMP
NÍVEL DE ATIVIDADE										
INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1
INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1
INDICADORES CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1
INDICADORES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0
SERVIÇOS	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1
COMÉRCIO	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	1	1	1	0	1	0	1	0	1	1
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

0 - Não possui.

1 - Possui.

O cotejamento serviu para a fase de “verificação de termos”, que os admite e/ou exclui, de acordo com sua especificidade, seguindo as etapas de verificação, classificação e confirmação de termos e o uso do vocabulário de especialidade para estabelecer as relações entre os descritores e sua organização.

Os 581 termos do BC-IPEA foram confirmados nas LDs utilizadas nesta pesquisa e validadas enquanto representações que, em conjunto com os documentos específicos da área, constituem a árvore de domínio da Economia.

Para viabilizar o cotejamento dos “termos identificados” nos boletins e a identificação dos “termos selecionados” nas LDs, foi criado o “Formulário de identificação e seleção de termos” (Quadro 17) com o objetivo de realizar a coleta de dados e, conseqüentemente, a sua análise, servindo de subsídio complementar aos resultados desta tese por meio da mensuração e confirmação da representatividade dos termos.

Quadro 17 - Formulário de identificação e seleção de termos.

BOLETIM DE CONJUNTURA 1						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
TOTAL						

Fonte: Elaborado pelo autor.

O que se observou na coleta de dados para cotejamento do *corpus* de termos econômicos nas LDs, pelo “Formulário de identificação e seleção de termos”, é que a maioria dos termos estão representados nas LDs, conforme o resultado da coleta apresentada no Apêndice F, representado no exemplo do boletim Política Econômica em Foco, da UNICAMP. (Quadro 18).

Quadro 18 - Cotejamento do boletim Política Econômica em Foco da UNICAMP.

POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO DA UNICAMP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Moedas	Moeda (Economia)	1		0	Moedas	1
Finanças privadas	Finanças privadas	1		0		0
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Produção	Produção (Economia)	1	Política de producción	1	Produção	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
TOTAL: 8		7		5		6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos dezenove boletins pesquisados, dezoito tiveram, aproximadamente, 90% dos termos confirmados nas LDs.

A fase de cotejamento possibilitou realização de uma “classificação provisória dos termos e uma exploração sumária das noções” (CERVANTES, 2009, p. 149), pela classificação dos termos econômicos do *corpus* selecionado nas categorias correspondentes que compõem, a estrutura de representação documentária elaborada com base nas estruturas das LDs e dos documentos específicos.

Optamos, inicialmente, em realizar uma classificação por ordem alfabética (APÊNDICE G), a fim de verificar a quantidade de termos que se aproximariam por signo, para, em seguida, realizar a comparação (Quadro 19). No entanto, devido à diferença da maioria dos termos, provavelmente por causa da peculiaridade dos documentos e conteúdos, objetos de representação das LDs, não foi possível aproveitar esse recurso, a não ser em outra perspectiva da totalidade representativa da Economia, representada em suas macroestruturas, como no exemplo dos termos relacionados às **Finanças**.

Quadro 19 - Exemplo dos termos em ordem alfabética do Apêndice G.

USP	NL	TESAURO ISOC	NL	LCSH-BN	NL	CNAE 2.0	NL
Censos	1	Ciencias sociales	2	Câmbio	3	Administração pública	6
Comércio	1	Crecimiento y desarrollo económicos	2	Espaço em economia	3	Agricultura	6
Econometria	1	Estructura y sectores económicos	2	Finanças	3	Armazenagem	6
Economia comparada	1	Sistema financiero	2	Indexação (Economia)	3	Atividades científicas	6
Economia de mercado	1	Teoría económica	2	Individualismo	3	Atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6
Economia dirigida	1	Trabajo, consumo y bienestar	2	Indústrias	3	Atividades financeiras , de seguros e serviços relacionados	6
Economia do trabalho	1			Lucros	3	Atividades imobiliárias	6
Economia evolucionária	1			Luxo	3	Atividades profissionais	6
Economia solidária	1			População	3	Esgoto	6
Espaço econômico	1			Produto nacional bruto	3	Esporte e recreação	6
Finanças	1			Propriedade	3	Indústrias de transformação	6
Finanças públicas	1			Renda	3	Indústrias extrativas	6
Levantamentos econômicos	1			Riqueza	3	Informação e comunicação	6
Macroeconomia	1			Risco (Economia)	3	Organismos internacionais	6
Produção (economia)	1			Valor (Economia)	3	Saúde humana	6
Recursos energéticos	1					Seguridade social	6
Reforma econômica	1					Serviços domésticos	6
Relações econômicas	1					Serviços sociais	6
Teorias econômicas	1					Transporte	6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: NL – Número da Linguagem. 1 – VC-USP. 2 – Tesouro ISOC de Economia. 3 – LCSH-BN. 6 – CNAE 2.0.

Logo após, fez-se a ordenação de todos os termos e sua classificação por ordem alfabética (Quadro 20), tomando-se o cuidado de associar cada termo à sua respectiva origem documental, o que torna possível organizá-los e visualizá-los por aproximação terminológica.

Quadro 20 - Árvore de domínio da Economia classificada em ordem alfabética.

TERMOS	NL
Acompanhamento de preços do atacado	5
Administração de empresa e economia empresarial; marketing; contabilidade	7
Administração pública	5
Administração pública	6
Agricultura	6
Água	6
Alimentação	6
Alojamento	6
Armazenagem	6
Artes	6
Atividades administrativas e serviços complementares	6
Atividades científicas	6
Atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6
Atividades imobiliárias	6
Atividades profissionais	6
Atividades técnicas	6
Câmbio	3
Censos	1
Ciencias sociales	2
Comércio	1
Comércio atacadista	5
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6
Comércio e Serviços	5
Comércio varejista	5
Condição econômica	1
Construção	6
Cooperativas	1
Cooperativas	5
Correios	6

Crecimiento y desarrollo económicos	2
Cultura	6
Defesa	6
Desemprego	5
Desenvolvimento econômico	1
Desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e crescimento	7
Econometria	1
Economia	1
Economia ambiental	1
Economia comparada	1
Economia da agricultura e dos recursos naturais; economia ambiental e ecológica	7
Economía de la empresa	2
Economia de mercado	1
Economía del sector público	2
Economia dirigida	1
Economia do trabalho	1
Economia evolucionária	1
Economia financeira	7
Economia geral e ensino	7
Economia gerencial	1
Economia humana	1
Economia informal	1
Economia institucional	1
Economia interna	1
Economia internacional	4
Economia internacional	7
Economía internacional	2
Economia livre	1
Economia monetária	1
Economia política	1
Economia pública	7
Economia solidária	1
Economia urbana, rural e regional	7

Educação	6
Eletricidade e gás	6
Emprego e renda	4
Emprego formal	5
Escolas de pensamento e metodologia econômicos	7
Esgoto	6
Espaço econômico	1
Espaço em economia	3
Esporte e recreação	6
Estagnação econômica	3
Estatística	3
Estatística e dinâmica (Ciências sociais)	3
Estatísticas de sindicatos	5
Estatísticas sobre empresas de serviços	5
Estatísticas sobre micro-empresas	5
Estructura y sectores económicos	2
Finanças	1
Finanças	3
Finanças públicas	1
Finanças públicas	5
Historia da economia	7
História econômica	3
Historia económica y pensamiento económico	2
Homem econômico	3
Indexação (Economia)	3
Indicadores conjunturais de indústria	5
Índices de preços ao consumidor	5
Individualismo	3
Indústria	5
Indústria de construção civil	5
Indústria extrativa mineral	5
Indústrias	3
Indústrias de transformação	6
Indústrias extrativas	6

Inflação	4
Informação e comunicação	6
Lei e economia	7
Levantamentos econômicos	1
Lucros	3
Luxo	3
Macroeconomia	1
Macroeconomia	3
Macroeconomia e economia monetária	7
Medidas econômicas	1
Métodos matemáticos e quantitativos	7
Métodos matemáticos y cuantitativos	2
Microeconomia	7
Microeconomia	3
Mutualismo	3
Negócios	3
Neuroeconomia	3
Nível de atividade	4
Nível geral do salário	5
Números índices (Economia)	3
Oferta e procura	3
Ordem econômica	1
Organismos internacionais	6
Organização industrial	7
Outras atividades de serviços	6
Outras instituições extraterritoriais	6
Outros tópicos especiais	7
Pecuária	6
Pesca e aquicultura	6
Política de desenvolvimento	1
Política econômica	3
Política fiscal	4
Política monetária	4
População	3

População economicamente ativa	1
Preços	5
Preços de produção agrícola	5
Previsão econômica	1
Produção (economia)	1
Produção florestal	6
Produção, emprego e salário	5
Produto nacional bruto	3
Projeções	4
Propriedade	3
Recursos energéticos	1
Reforma econômica	1
Relações econômicas	1
Renda	3
Riqueza	3
Risco (Economia)	3
Saúde humana	6
Saúde, educação e previdência Social	7
Seguridade social	6
Serviços domésticos	6
Serviços sociais	6
Setor externo	4
Setor informal (Economia)	3
Sistema financiero	2
Sistemas econômicos	7
Solo - Uso	3
Superprodução	3
Teoria do <i>turnpike</i> (Economia)	3
Teoría econômica	2
Teorias econômicas	1
Trabajo, consumo y bienestar	2
Trabalho e economia demográfica	7
Trabalho e Rendimento	5
Transporte	6

Transporte de cargas	5
Transporte de passageiros	5
Trustes industriais	3
Valor (Economia)	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda:

NL – Número da linguagem e documento específico da área.

1 – VC-USP.

2 – Tesouro ISOC de Economia.

3 – LCSH-BN.

4 – BC-IPEA.

5 – TAE.

6 – CNAE 2.0.

7 – JEL.

A princípio, a fase de finalização da estrutura de representação documentária do domínio da Economia, que contém os termos econômicos do *corpus* selecionado, seria a totalidade das fases anteriores, que representam a informação do domínio de Economia.

No entanto, indo além das pretensões iniciais, percebemos, de forma inédita, que os termos do BC-IPEA se configuravam em um tesouro específico dentro do domínio de Economia, permitindo apresentar a última etapa do “Modelo Metodológico Integrado de Construção de Tesouros” (CERVANTES, 2009), que é a “Forma de apresentação de um tesouro”, concluindo toda sua aplicação e experimentação, conforme o Quadro 21.

Quadro 21 – Resultados da aplicação experimental do Modelo.

MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO	
Sistematização de etapas da construção de tesouros - Procedimentos terminográficos	
1. Trabalho preliminar	- escolha do domínio e da língua do tesouro: Foi estabelecido o Domínio de Economia na língua portuguesa. - delimitação do subdomínio: Após definido o domínio que nesta pesquisa é o de Economia, buscamos delimitar o subdomínio, por meio dos termos pertinentes nas LDs (o VC-USP, o Tesouro ISOC de Economia e a tradução da LCSH utilizada pela BN) e nos documentos específicos da área (Boletim de Conjuntura do IPEA (BC-IPEA); os Termos da Área Econômica (TAE) organizados por Gracioso (2002); a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (CNAE 2.0); o <i>Journal of Economic Literature</i> (JEL). - estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática: delimitamos a pesquisa terminológica para a coleta do <i>corpus</i> terminológico em 581 termos extraídos do BC-IPEA, apresentados no Apêndice D. - consulta a especialista do domínio/subdomínio: Foi utilizado o Novíssimo Dicionário de Economia do Sandroni (2004), como forma de consulta.
2. Método de compilação	- coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico: Foi realizada uma compilação dos termos econômicos dos BCEs, tendo, como parâmetro inicial o BC-IPEA, gerando o Apêndice D, com 581 termos, que foram agregados para análise dos conteúdos dos BCEs pela planilha do Apêndice E – exemplo no Quadro 16 -, em que foram definidas as categorias principais que constituíram o <i>corpus</i> de termos econômicos para cotejamento nas LDs. - estabelecimento da árvore de domínio:

	Agregamos as macroestruturas das LDs e dos documentos específicos da área em uma planilha do Excel, sendo que estas macroestruturas, enquanto categorias principais, representam 746 termos do VC-USP, 3195 termos do Tesouro de Economia, 585 termos do BC-IPEA, 24 termos da área econômica da TAE (Gracioso, 2002), 1301 termos da CNAE 2.0, 1044 termos da JEL, 33 termos da LCSH-BN, , totalizando 6924 termos, representando a árvore de domínio da Economia.
3. Registro de termos	- coleta e classificação de termos: O registro dos termos, sua coleta e classificação, que constitui a categorização de cada termo dentro de uma das categorias principais, foram desenvolvidos e apresentados nos Apêndices D e E.
4. Verificação de termos	- verificação, classificação e confirmação de Termos: O cotejamento serviu como a fase de “verificação de termos” (CERVANTES, 2009, p. 149), seguindo as etapas de: verificação, classificação e confirmação de termos. Ou seja, os 581 termos do BC-IPEA foram confirmados nas LDs, utilizadas nesta pesquisa, validando-as enquanto representações que, em conjunto com os documentos específicos da área, constituem a árvore de domínio da Economia. Para viabilizar o cotejamento dos “termos identificados” nos boletins e a identificação dos “termos selecionados” nas LDs, criamos o “Formulário de identificação e seleção de termos” (Quadro 17) com o objetivo de realizar a coleta de dados e, consequentemente, sua análise, que serviu de subsídio complementar aos resultados desta tese, pela mensuração e confirmação da representatividade dos termos. O que se observou na coleta de dados do cotejamento do <i>corpus</i> de termos econômicos nas LDs, é que a maioria dos termos estão representados nas LDs, conforme o resultado da coleta no Apêndice F. A classificação por ordem alfabética (APÊNDICE G), verifica a quantidade de termos que se aproximam por signo, para, em seguida, realizar uma comparação (Quadro 19), como no exemplo dos termos relacionados às Finanças.
5. Forma de apresentação de um tesauro	- Indicadores Econômicos: tesauro específico dentro do domínio de Economia, apresentado no quadro 22.

Fonte: Cervantes, 2009, p. 163, adaptado com os resultados da sua aplicação experimental.

Ou seja, após o desenvolvimento e análise das fases anteriores, percebemos que os termos do Apêndice E constituem um subdomínio do domínio da Economia, que denominamos de “Indicadores Econômicos”.

Constatamos, em seguida, que no VC-USP existe a categoria CH712.22 LEVANTAMENTO ECONÔMICO, vazia. Decidimos inserir, então, a categoria

CH712.22.1 INDICADOR ECONÔMICO, incluindo os 71 termos agregados no Apêndice D segundo os parâmetros lógicos do próprio vocabulário.

Ressalta-se que o VC-USP disponibiliza toda a linguagem e o software Sibix650B para pesquisadores da área, o que possibilitou inserir, na estrutura de representação do domínio da Economia, a proposta de estrutura do subdomínio “Indicadores Econômicos”, representada no Quadro 22.

Quadro 22 - Proposta de estrutura do subdomínio Indicadores Econômicos.

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO SUBDOMÍNIO INDICADORES ECONÔMICOS	
CÓDIGO	ASSUNTO
CH712	ECONOMIA
CH712.22	LEVANTAMENTOS ECONÔMICOS
CH712.22.1	INDICADORES ECONÔMICOS
CH712.22.1.1	NÍVEL DE ATIVIDADE
CH712.22.1.1.1	INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA
CH712.22.1.1.2	INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
CH712.22.1.1.3	INDICADORES CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA
CH712.22.1.1.4	INDICADORES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
CH712.22.1.1.5	SERVIÇOS
CH712.22.1.1.6	COMÉRCIO
CH712.22.1.1.7	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB
CH712.22.1.1.8	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)
CH712.22.1.2	EMPREGO E RENDA
CH712.22.1.2.1	INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA
CH712.22.1.2.2	INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
CH712.22.1.2.3	INDICADORES CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA
CH712.22.1.2.4	INDICADORES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
CH712.22.1.2.5	SERVIÇOS
CH712.22.1.2.6	COMÉRCIO
CH712.22.1.2.7	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB
CH712.22.1.2.8	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)
CH712.22.1.3	INFLAÇÃO
CH712.22.1.3.1	INDICADORES DE PREÇOS, JUROS E CÂMBIO
CH712.22.1.3.2	IGPs
CH712.22.1.3.3	IPCA

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO SUBDOMÍNIO INDICADORES ECONÔMICOS	
CÓDIGO	ASSUNTO
CH712.22.1.3.4	IPCA E SEUS GRUPOS
CH712.22.1.3.5	IPCA-15
CH712.22.1.3.6	IPC
CH712.22.1.3.7	IPC E NÚCLEO DO IPC
CH712.22.1.3.8	INCC
CH712.22.1.4	SETOR EXTERNO
CH712.22.1.4.1	BALANÇO DE PAGAMENTOS
CH712.22.1.4.2	SERVIÇOS E RENDAS
CH712.22.1.4.3	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO EFETIVOS
CH712.22.1.4.4	EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR SETORES
CH712.22.1.4.5	ÍNDICES DA TAXA DE CâMBIO EFETIVA REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E PARA EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS
CH712.22.1.4.6	RELAÇÃO CâMBIO/SALÁRIO
CH712.22.1.4.7	ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DE EXPORTAÇÃO
CH712.22.1.5	ECONOMIA INTERNACIONAL
CH712.22.1.5.1	COTAÇÕES DAS MOEDAS INTERNACIONAIS
CH712.22.1.5.2	ESTADOS UNIDOS: TAXA BÁSICA DE JUROS – <i>FED FUNDS</i>
CH712.22.1.5.3	TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS E ÍNDICE DE AÇÕES
CH712.22.1.5.4	ESTADOS UNIDOS: ÍNDICE DE PREÇOS
CH712.22.1.6	POLÍTICA MONETÁRIA
CH712.22.1.6.1	COEFICIENTE DE MONETIZAÇÃO COMO PROPORÇÃO DO PIB
CH712.22.1.6.2	<i>SPREAD</i> DE RISCO SOBERANO – BRASIL E BÔNUS GLOBAIS
CH712.22.1.6.3	SELIC
CH712.22.1.6.4	TAXA DE JUROS PREFIXADA – MÉDIAS MENSAIS
CH712.22.1.6.5	TAXA DE JUROS
CH712.22.1.6.6	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO
CH712.22.1.6.7	RISCO BRASIL e dos PAÍSES EMERGENTES
CH712.22.1.7	POLÍTICA FISCAL
CH712.22.1.7.1	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
CH712.22.1.7.2	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FISCAIS DO TESOUREIRO NACIONAL
CH712.22.1.7.3	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOUREIRO NACIONAL
CH712.22.1.7.4	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
CH712.22.1.7.5	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO
CH712.22.1.7.6	DÍVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO
CH712.22.1.7.7	RECEITA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS) – BRASIL
CH712.22.1.8	PROJEÇÕES

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DO SUBDOMÍNIO INDICADORES ECONÔMICOS	
CÓDIGO	ASSUNTO
CH712.22.1.8.1	PROJEÇÕES PARA NÍVEL DE ATIVIDADES
CH712.22.1.8.2	PROJEÇÕES PARA EMPREGO
CH712.22.1.8.3	PROJEÇÕES PARA SALÁRIOS
CH712.22.1.8.4	PROJEÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE
CH712.22.1.8.5	PROJEÇÕES PARA TAXA DE INVESTIMENTO
CH712.22.1.8.6	PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO
CH712.22.1.8.7	PROJEÇÕES PARA CÂMBIO
CH712.22.1.8.8	PROJEÇÕES PARA JUROS
CH712.22.1.8.9	PROJEÇÕES PARA USOS E FONTES DE RECURSOS
CH712.22.1.8.10	PRODUTO INTERNO BRUTO
CH712.22.1.8.11	PREVISÕES E ESTIMATIVAS DE SAFRAS AGRÍCOLAS

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de reflexões finais, reportamo-nos ao que nos impulsionou a realizar esta pesquisa: a necessidade de investigar e analisar como a informação do domínio da Economia é representada nas LDs, a partir da identificação dos termos econômicos dos Boletins de Conjuntura Econômica (BCEs) do Brasil.

Essa necessidade nos levou ao planejamento e à execução desta pesquisa, que teve como finalidade, por meio da análise da informação do domínio da Economia, propor categorias que constituíssem uma estrutura de representação documentária, elaborada com base nas estruturas das linguagens e dos documentos específicos da área.

Assim, ao buscar respostas para a indagação de como a informação é representada pelas LDs que cobrem o domínio da Economia, constatamos a coerência de nossa tese, ou seja, o aprimoramento da representação da informação do domínio da Economia depende da delimitação do seu conceito e de estudos de LDs e documentos específicos, como os BCEs, que a representam.

Esta pesquisa, portanto, possibilitou a ampliação da visão acerca da informação do domínio da Economia, principalmente porque somente as LDs não são suficientes para representá-la. Os documentos específicos da área, em conjunto com as LDs, formam o arcabouço terminológico representativo, na sua totalidade, demonstrando a importância da Terminologia para sua organização e representação.

Destarte, foi possível constatar que o domínio da Economia é amplo, complexo e (porque não?) infinito, como todo conhecimento científico, que, em espiral, evolui à medida que as pesquisas avançam.

Somente nesta pesquisa, seu *corpus* terminológico perpassa 6924 termos, os quais contemplam, desde as políticas econômicas de eras remotas, como as ágoras - com seus mercados e feiras livres -, passando pelas áreas do desenvolvimento sustentável, inovações tecnológicas, economia de mercado, teorias econômicas, emprego, renda, estoques de alimentos, agronegócios, indo até aos níveis de produção industrial, como, por exemplo, o de embalagem de papelão, que serve

para os economistas inferirem se a economia terá um período de crescimento ou não, em curto e médio prazo.

Esta constatação é tão relevante quanto as que surgiram durante a pesquisa, como a de que o “Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro”, de Cervantes (2009) é um instrumento consolidado e exequível para construção de LDs. Esse instrumento destaca-se, principalmente, por apontar a importância das primeiras etapas de delimitação do domínio da área e subárea que se pretende representar, assim como as demais etapas e fases, fundamentadas em critérios teóricos e metodológicos da Terminologia e da Ciência da Informação.

O modelo de Cervantes (2009) permitiu não só a delimitação do domínio da Economia, como, também, descobrir e apontar o subdomínio dos “Indicadores Econômicos”, além da sua própria aplicação experimental, que não havia sido realizada ainda, caracterizando a originalidade da presente tese.

A sua aplicação experimental para delimitar um domínio e subdomínio do assunto e, ainda, o desenvolvimento e a definição de uma metodologia própria de experimentação, resultou na inserção de termos específicos na categoria do subdomínio mencionado, em uma das linguagens mais estruturadas da área, que é o Vocabulário Controlado da USP.

O VC-USP disponibiliza toda a sua estrutura: histórico, planejamento, documentos científicos, inclusive o software SIBIX 650B, contando com o *Tutorial para uso do vocabulário controlado SIBi/USP via WEB* (MATSUDA; SANTOS; GUERRA, 2008) e o *Manual de indexação de assuntos com uso do vocabulário controlado USP* (KOBASHI; LIMA; LEME; 2006), além das informações do próprio sistema (VOCABULÁRIO, 2001), o que facilita sua utilização.

A partir da análise e do uso desses documentos, foi-nos permitido alcançar o resultado acima descrito, inserindo a categoria CH712.22.1 do subdomínio “Indicadores Econômicos”, que se estende até a classe CH712.22.1.8.11, “Previsões e Estimativas de Safras Agrícolas”.

Acreditamos que a Ciência da Informação e os arcabouços teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento podem utilizar este modelo para se debruçar sobre outros subdomínios de Economia, tendo

em vista sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico do país, sendo permitido, ainda, aplicá-lo em qualquer área do conhecimento ainda não organizada ou em fase de organização.

No decorrer das etapas de elaboração da tese, e agora, em relação aos dados inferidos, vários desafios surgem como possibilidades de estudos e pesquisas futuras, como contribuir com pesquisas de colaboração e parceria com o IBGE e o IPEA para permitir a utilização dos termos da CNAE 2.0, como estratégia de busca do usuário, conforme ocorre no Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, por meio dos Descritores em Ciências da Saúde, que fazem parte de uma política de indexação.

A perspectiva, portanto, para um trabalho mais amplo e que, segundo os preceitos da Ciência da Informação, possibilite uma política de indexação que preveja um Tesouro para a área de atividades dessas instituições.

Outra possibilidade a se pensar é o Brasil desenvolver uma política pública de Administração, Organização e Representação do conhecimento e da informação, visando proteger, disseminar e otimizar sua utilização, como a “política de informação” do Canadá, disponível no endereço eletrônico <<http://www.tbs-sct.gc.ca/pol/doc-eng.aspx?id=12742§ion=text>>, privilegiando, as informações nos domínios da Economia, da Tecnologia (inovações tecnológicas e patentes), da Cultura, do Agronegócio, do Meio Ambiente (segurança do patrimônio ecológico da Amazônia, por exemplo), das Ciências e do Conhecimento, de forma geral.

Tal política de Organização e Representação do conhecimento e da informação poderia, inicialmente, ser redigida pelos coordenadores das áreas nos cursos de pós-graduação da Ciência da Informação, para, em seguida, ser implementada por equipes de profissionais que atuam nas áreas de produção, planejamento, política de indexação, linguagens documentárias, disseminação, estratégias de busca, modelos de recuperação da informação, pesquisa de usuários, dentre outras que surgirem, dentro de um sistema de informação nacional, a exemplo do que foi realizado, inicialmente, na elaboração do Vocabulário da USP.

Deste sistema de informação nacional devem participar os pesquisadores da área e as instituições que produzem informações relevantes para o país, estados e municípios, como o IBGE, o IPEA, as agências de estatísticas estaduais e

municipais, a Agência Nacional de Inteligência, dentre outras instituições ligadas ao ciclo social da informação.

Assim sendo, entendemos que o objetivo geral de contribuir com o desenvolvimento da representação da informação do domínio da Economia, pelos resultados da análise de como ela é representada nas LDs, assim como os objetivos específicos de investigar os aspectos teóricos da representação documentária do domínio da Economia, identificar e descrever a informação dos BCEs do Brasil e analisar a informação do domínio da Economia representada nas LDs foram devidamente cumpridos no transcorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, inferimos que o conceito de informação do domínio da Economia (CAVATI SOBRINHO, 2005, adaptado de JANNUZZI, 2004), assim como o conceito de “Indicadores Econômicos” (SANDRONI, 2004, p. 296), consubstanciam-se como sinônimos de informação, pois indicam um “conjunto de significantes” (BARRETO, 1999) da conjuntura econômica. Representam, assim, aspectos da realidade produtiva do país, de um estado, município, ou mesmo de setores específicos que podem utilizá-los para tomadas de decisão e consequentes investimentos em inovações, resultando em melhoria para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda, Ma: NISO Press, 2005. 184 p. Disponível em: <<http://www.niso.org/standards/resources/Z39-19-2005.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13789**: Terminologia – Princípios e métodos – Elaboração e apresentação de normas de terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1997a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13790**: Terminologia – Princípios e métodos – Harmonização de conceitos e termos. Rio de Janeiro: ABNT, 1997b.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 167-177, 1999.

BOCCATO, V. R. C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias**: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. Marília, 2009. 301f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 65, jun. 2004.

BUCKLAND, Michael. Information as Think. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**. teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CAVATI, Heliomar. **Informação econômica no Brasil**: uma análise dos Boletins de Conjuntura Econômica. 2005. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1994.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 423 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 423 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – CNAE: versão 1.0. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae1.0_2ed/default.shtm>. Acesso em: ago. 2005.

COPI, Irving Marmer. **Introdução à lógica**. 2. ed. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. In: **Knowledge Organization**, Frankfurt, v.20, n.4, p.211-222, 1993.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v.33, n.1, p. 11-19, 2006.

DIAS, M. M. K.; BELUZZO, R. C. B. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: Edusc, 2003.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 165 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FOSKET, Antony Charles. C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: UNB, 1973. 437 p.

FUJITA, M. S. L. **Linguagem documentária em Odontologia**: uma aplicação do sistema de indexação PRECIS. 1992. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 3v.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SILVA, Maria dos Remédios da. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**. Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

FUJITA, M. S. L. **Linguagens documentárias alfabéticas em análise documentária**: aspectos de estrutura e funcionalidade. Marília, 2005. Material didático.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun06/Art_04.htm>. Acesso em: 25 maio 2010.

_____; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma

política de tratamento da informação documentária. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr09/Art_06.htm>. Acesso em: 25 maio 2010.

_____.; GIL LEIVA, Isidoro. **Política de Indexação Latino-Americana**. 2009. 102 f. Descrição Detalhada (Projeto de Cooperação Científica) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

_____. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2008.

_____. Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 4, ago. 2004. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/ago04/Art_01.htm>. Acesso em: 25 maio 2013.

_____.; GIL LEIVA, Isidoro (Editores). **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

_____. Representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n.1 ,p. 42-66, abr. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL LEIVA, Isidoro. **Manual de indización. Teoría y práctica**. Gijón: Trea, 2008.

GOMES, H. E. (Coord.). **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: MEC/MCT, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior. 1990.

GRACIOSO, Luciana de Souza. **Disseminação de informações estatísticas no Brasil**: práticas e políticas das agências estaduais de estatísticas. 2002. 191 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.

GUIMARÃES, J. A. C. A recuperação temática da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.16, n.3/4, p.112-130, jan./dez. 1990.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de Biblioteconomia: uma reflexão. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.77-99, jan./jun. 2008.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. 540p.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Know. Org.**, v.30, n.2, p.87-111, 2003.

IEDCYT. Disponível em: < <http://www.cindoc.csic.es>>. Acesso em: dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngües**. Brasília: IBICT, 1984.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 2788-1986**: Documentation - Guidelines to establishment and development of monolingual thesauri. Geneva : ISO, 1986.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087 – Terminologia – Vocabulário**. Proposta de versão brasileira. [Rio de Janeiro: ABNT, 1996].

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087-1 – Terminology work – Vocabulary – pt. 1**: Theory and application. [Geneva] : ISO, 1995, [2000].

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino; CAVATI SOBRINHO, Heliomar. Fontes de Dados e Indicadores Econômicos no Brasil. 2005. **Bahia análise e dados**. Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, jun. 2005.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

KOBASHI, N. Y.; LIMA, V. M. A.; LEME, M. A. T (Orgs). **Manual de indexação de assuntos com uso do vocabulário controlado USP**: versão preliminar. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: < <http://www.usp.br/sibi/AreaTecnica/manuais/Vocabulario.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2014.

LANCASTER, F. W. **El control del vocabulario en la recuperación de información**. Tradução de Alejandro de la Cueva Martín. València: Universitat de València, 1995. (Educació. Materials, 12).

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de lemos, 2004, 452 p.

LARA, M. L. G. de. **Linguística documentária**: seleção de conceitos. São Paulo, 2009. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo.

LARA, M. L. G. de. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, 2003.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CAMARGO, Joice Cláudia C.; ROCHA, Sílvia Gagliardi. Informação estatística e cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 86-91, 2002.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MATSUDA, R. K.; SANTOS, A. D.; GUERRA, S. R. Y. (Orgs.). **Tutorial para uso do vocabulário controlado SIBi/USP via WEB**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: < <http://143.107.154.62/Vocab/imagens/Tutorial.pdf> >. Acesso em: 1 jan. 2014.

MORAES, João Batista Ernesto de. **A questão do aboutness no texto narrativo de ficção**: perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação. Marília, 2011. 93f. Tese (Livre-Docência em Lingüística e Documentação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

MORAES, Cássia Regina Bassan de; FADEL, Bárbara. A informação no contexto organizacional: tipos, características e usos. **Ibersid**. p. 61-65, 2009.

MORIN, Edgar. Complexidade e liberdade. **Thot**: Associação Palas Athenas, São Paulo, n. 67, p. 12-19, 1998.

RAJAGOPALAN. J. S.; RAJAN, T.N. Use of information in science and research with emphasis on national development some Indian experiences. **International Forum on Information and Documentation**. v. 9, n. 3, p. 3-9. 1984.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The Five Laws of Library Science**. Bombay: Asia Publishing House. 1967.

RICHARDSON *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus. 2003.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004. 649 p.

SANTOS, R. N.; BERAQUET, V. S. M. Informação estratégica e empresa: o discurso à prova dos fatos. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 3, jun 2001. Disponível em: <www.dgzero.org/> Acesso em: 13 maio 2005.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Biblioteca. **Análise e representação de assuntos : diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.** Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007. 93 p. (Edições da Biblioteca do Senado Federal; v. 3).

SENRA, Nelson de Castro. Informação estatística: direito à privacidade *versus* direito à informação. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 17-30, 2005.

_____. Informação estatística como objeto de estudo: uma primeira tentativa de formalização. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**. v. 6, n. 4, ago. 2005. Disponível em: <www.dgzero.org/> Acesso em: 25 out 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de pesquisa científica**. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo, 2007. 304 p.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Linguagem Documentária**. São Paulo: APB, 1997.

_____. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**. v. 5, n. 2, abr. 2004.

UNESCO. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües**. [2ª ed. rev. por Derek Austin e Peter Dale]; Trad. de Bianca Amaro de Melo; rev. de Lígia Maria Café de Miranda. Brasília: IBICT; SENAI, 1993.

VAN SLYPE, G. **Los lenguajes de indización**: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Traducción del frances: Pedro Hípola, Félix de Moya. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 1991.

VOCABULÁRIO Controlado SIBi/USP: base de dados em língua portuguesa para indexação e recuperação da informação. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/sibi/AreaTecnica/index2.html>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

REFERÊNCIAS DOS BOLETINS

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL. Brasília: MTE, jun 2004. Disponível em: < [http:// www.mtb.gov.br/Empregador/CAGED/Estatistica/Textos/2004/Junho/Analise.asp](http://www.mtb.gov.br/Empregador/CAGED/Estatistica/Textos/2004/Junho/Analise.asp)> Acesso em: 2 nov. 2004.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 65, jun. 2004.

BOLETIM DE INFORMAÇÕES FIPE. São Paulo: FIPE, n. 285, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.fipe.com.br/publicacoes/bif.asp?codigo=1>> Acesso em: 2 jan. 2005.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília: BACEN, v. 40, n. 6, jun. 2004.

CARTA IEDI. São Paulo: IEDI, n. 136, 31 dez. 2004. Disponível em: <[http:// www. iedi.org. br/ cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=50](http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=50)> Acesso em: 2 jan. 2005.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 58, n. 12, dez. 2004.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA E MERCADO ABERTO. Brasília: Ministério da Fazenda, nov. 2004. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/relatorio_nov04.pdf> Acesso em: 2 jan. 2005.

ECONOMIA & CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, v. 4, n. 59, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/Dez2004.pdf>> Acesso em: 4 jan. 2005.

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA. Brasília: CNC, v. 3, n. 36, dez. 2004. Disponível em <[http://www.cnc.com.br/pes/publ/Peri/evolconj/evolconj. pdf](http://www.cnc.com.br/pes/publ/Peri/evolconj/evolconj.pdf)> Acesso em: 3 jan. 2005.

INDICADORES DIESP. São Paulo: FUNDAP/DIESP, v. 13, n. 98, jan./fev. 2004.

INDICADORES INDUSTRIAIS CNI. Brasília: CNI, v. 15, n. 7, jul. 2004.

INFORME SEBRAE-SP. São Paulo: Sebrae, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/principal/conhecendo%20a%20mpe/indicadores%20de%20conjuntura/default.aspx>> Acesso em: 4 jan. 2005.

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS. São Paulo: IEA-SP, v. 34, n. 6, jun. 2004. Disponível em: <[http:// www. iea. sp. gov. br/ out/ iee. php](http://www.iea.sp.gov.br/out/iee.php)> Acesso em: 2 nov. 2004.

LEVANTAMENTO DE CONJUNTURA. São Paulo: FIESP, out. 2004. Disponível em: <[http:// www. fiesp. com. br/ pesquisas_ estatisticas/](http://www.fiesp.com.br/pesquisas_estatisticas/)> Acesso em: 3 jan. 2005.

NÍVEL DE EMPREGO. São Paulo: FIESP, out. 2004. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/pesquisas_estatisticas/> Acesso em: 3 jan. 2005.

POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO. Campinas: UNICAMP, n. 4, maio/out. 2004. Disponível em: <[http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/ boletim_cecon.asp](http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim_cecon.asp)> Acesso em: 2 jan. 2005.

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília: BACEN, v. 6, n. 2, jun. 2004.

RETAIL HIGHLIGHTS. São Paulo: ACNielsen, nov. 2004. Disponível em: < <http://www.acnielsen.com.br/>> Acesso em: 2 jan. 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Macroestruturas da área de Economia das LDs da USP, ISOC, e LCSH.

USP	ISOC	LCSH-BN
• Economia • Censos • Comércio • Condição econômica • Cooperativas • Econometria • Economia ambiental • Economia comparada • Economia de mercado • Economia dirigida • Economia do trabalho • Economia humana • Economia informal • Economia interna • Economia livre • Economia monetária • Economia política • Economia solidária • Espaço econômico • Finanças • Finanças públicas • Desenvolvimento econômico • Levantamentos econômicos • Macroeconomia • Medidas econômicas • Ordem econômica • Política de desenvolvimento • População economicamente ativa • Previsão econômica • Produção (economia) • Recursos energéticos • Reforma econômica • Relações econômicas • Teorias econômicas • Economia gerencial • Economia institucional • Economia evolucionária	• Ciencias Sociales • Crecimiento y Desarrollo económicos • Economía de la Empresa • Economía del Sector Público • Economía internacional • Historia económica y Pensamiento económico • Métodos Matemáticos y Cuantitativos • Estructura y Sectores económicos • Sistema financiero • Teoría económica • Trabajo, Consumo y Bienestar	• Espaço em economia • Estagnação econômica • Estatística • Estatística e dinâmica (Ciências sociais) • Finanças • História econômica • Indexação (Economia) • Individualismo • Indústrias • Lucros • Luxo • Macroeconomia • Microeconomia • Mutualismo • Negócios • Neuroeconomia • Números índices (Economia) • Oferta e procura • Política econômica • População • Produto nacional bruto • Propriedade • Renda • Riqueza • Risco (Economia) • Setor informal (Economia) • Solo - Uso • Superprodução • Teoria do <i>turnpike</i> (Economia) • Trustes industriais • Valor (Economia) • Câmbio • Homem econômico

APÊNDICE B – Exemplos de termos da estrutura da categoria hierárquica de Economia do VC-USP

CÓDIGOS	ASSUNTOS
CH712.1	CENSOS
CH712.1.1	CENSO AGRÍCOLA
CH712.1.2	CENSO AGROPECUÁRIO
CH712.1.3	CENSO COMERCIAL
CH712.1.4	CENSO DE SERVIÇOS
CH712.1.5	CENSO DEMOGRÁFICO
CH712.1.6	CENSO INDUSTRIAL
CH712.1.7	CENSO PREDIAL
CH712.19	FINANÇAS
CH712.19.1	AÇÕES
CH712.19.1.1	ACIONISTA
CH712.19.1.1.1	ACIONISTA MAJORITÁRIO
CH712.19.1.1.2	ACIONISTA MINORITÁRIO
CH712.19.2.17.1	CHEQUES
CH712.19.2.17.1.1	CHEQUE CRUZADO
CH712.19.2.17.1.10	CHEQUE SALÁRIO
CH712.19.2.17.1.11	CHEQUE SEM FUNDO
CH712.19.2.17.1.12	CHEQUE VISADO
CH712.19.2.17.1.2	CHEQUE DE VIAGEM
CH712.19.2.17.1.3	CHEQUE FALSO
CH712.19.2.17.1.4	CHEQUE FISCAL
CH712.19.2.17.1.4.1	CHEQUE DE RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO
CH712.19.2.17.1.5	CHEQUE MARCADO
CH712.19.2.17.1.6	CHEQUE NOMINATIVO
CH712.19.2.17.1.7	CHEQUE POSTAL
CH712.19.2.17.1.8	CHEQUE-POUPANÇA
CH712.19.2.17.1.9	CHEQUE PRÉ-DATADO
CH712.21	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CH712.22	LEVANTAMENTOS ECONÔMICOS
CH712.23	MACROECONOMIA
CH712.23.1	CÂMBIO (ECONOMIA)
CH712.23.1.1	CÂMBIO A TERMO
CH712.23.1.2	CÂMBIO NEGRO
CH712.23.1.3	CÂMBIO TURISMO
CH712.23.1.3.1	DÓLAR TURISMO
CH712.23.1.4	CARTEIRA DE CÂMBIO
CH712.23.1.5	POLÍTICA CAMBIAL

APÊNDICE C – Exemplos de termos da estrutura do Tesauro ISOC de Economia

CÓDIGO ⁸	DESCRITORES
	Electorado
	Censo electoral
	Resultados electorales
	Tendencia del voto
	Grupos políticos
	Asociaciones políticas
	Grupos parlamentários
	Izquierda política
	Movimientos políticos
	Partidos políticos
	Partidos comunistas
	Partidos conservadores
	Partidos democristianos
	Partidos reformistas
	Partidos socialdemocratas
	Partidos socialistas
	Sistema de partidos
	Pluripartidismo
	Finanzas empresariales
	Aportaciones de capital
	Aportaciones en espécie
	Aportaciones en indústria
	Aportaciones en trabajo
	Capacidad de financiación
	Autofinanciación
	Recursos propios
	Desarrollo econômico
	Desarrollo desigual
	Desarrollo económico y social
	Desarrollo humano
	Índice de desarrollo humano
	Desarrollo integral
	Desarrollo sostenible
	Desarrollo equilibrado
	Ecodesarrollo
	Indicadores de desarrollo
	Infraestructuras
	Política de desarrollo
	Estrategia del desarrollo
	Financiación del desarrollo
	Planificación del desarrollo
	Programas de desarrollo

⁸ Código não disponibilizado.

APÊNDICE D – TERMOS DO BOLETIM DE CONJUNTURA DO IPEA

QUANTIDADE	TERMOS
1	NÍVEL DE ATIVIDADE
2	INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA
3	Indústria Geral.
4	Indústria de Transformação.
5	Extrativa Mineral.
6	Bens de Capital.
7	Bens intermediários.
8	Bens de Consumo (Total).
9	Bens de Consumo Duráveis.
10	Bens de Consumo Não-Duráveis
11	INDICADORES DE PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA
12	Aço Bruto.
13	Papelão Ondulado.
14	Autoveículos
15	INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
16	Indústria Geral.
17	Indicadores CNI/Vendas Reais.
18	COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO PAULO: Índices de Faturamento Real
19	Comércio Geral.
20	Duráveis.
21	Semi-Duráveis.

22	Não-Duráveis.
23	Comércio Automotivo.
24	Material de Construção
25	PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA OFERTA
26	Agropecuária.
27	Indústria.
28	Serviços.
29	<i>Dummy</i> Financeiro.
30	PIB a Preços Básicos.
31	Impostos sobre Produtos.
32	PIB a Preços de Mercados.
33	PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA DEMANDA
34	Consumo (Total, Famílias e Governo).
35	Formação Bruta de Capital (Total, Fixo e Variação de Estoques.
36	Exportação.
37	Importação (-).
38	PIB a preços de Mercado.
39	COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA OFERTA
40	Indústria (Agropecuária, Extrativa Mineral, Construção, Siup e Total).
41	Serviços (Comércio, Transporte, Comunicações, Instituições Financeiras, Outros Serviços, Aluguéis, Administração Pública e Total).
42	PIB a Preços de Básicos.
43	<i>Dummy</i> Financeiro.
44	Impostos sobre Produtos.
45	PIB a Preços de Mercado.
46	COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA DEMANDA

47	Consumo (Famílias e Governo).
48	Formação Bruta de Capital Fixo.
49	Variação de Estoque.
50	Exportação.
51	Importação (-).
52	PIB a Preços de Mercado.
53	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA OFERTA (índice encadeado (base: média de 1990=100))
54	Indústria (Agropecuária, Extrativa Mineral, Transformação, Construção, Siup e Total).
55	Serviços (Comércio, Transporte, Comunicações, Instituições Financeiras, Outros Serviços, Aluguéis, Administração Pública e Total).
56	<i>Dummy</i> Financeiro.
57	PIB a Preços de Básicos.
58	Impostos sobre Produtos.
59	PIB a Preços de Mercado.
60	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA DEMANDA (índice encadeado (base: média de 1990=100))
61	Consumo (Total, Famílias e Governo).
62	Formação Bruta de Capital (Total, Fixo e Variação de Estoque).
63	Exportação.
64	Importação (-).
65	PIB a Preços de Mercado.
66	PIB TRIMESTRAL COM AJUSTE SAZONAL (índice encadeado (base: média de 1990=100))
67	Agropecuária.
68	Indústria.
69	Serviços.
70	Consumo das Famílias

71	Formação Bruta de Capital Fixo.
72	Exportação.
73	Importação (-).
74	PIB a Preços de Mercado.
75	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – ÓTICA DA OFERTA (em % a.a.)
76	Indústria (Agropecuária, Extrativa Mineral, Transformação, Construção, Siup e Total).
77	Serviços (Comércio, Transporte, Comunicações, Instituições Financeiras, Outros Serviços, Aluguéis, Administração Pública e Total).
78	<i>Dummy</i> Financeiro.
79	PIB a Preços de Básicos.
80	Impostos sobre Produtos.
81	PIB a Preços de Mercado.
82	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – ÓTICA DA DEMANDA (em % a.a.)
83	Consumo (Total, Famílias e Governo).
84	Formação Bruta de Capital (Total, Fixo e Variação de Estoques).
85	Exportação.
86	Importação (-).
87	PIB a Preços de Mercado.
88	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA OFERTA (taxa de crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em %))
89	Indústria (Agropecuária, Extrativa Mineral, Transformação, Construção, Siup e Total).
90	Serviços (Comércio, Transporte, Comunicações, Instituições Financeiras, Outros Serviços, Aluguéis, Administração Pública e Total).
91	<i>Dummy</i> Financeiro.
92	PIB a Preços de Básicos.
93	Impostos sobre Produtos.
94	PIB a Preços de Mercado.

95	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA DEMANDA (taxa de crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em %))
96	Consumo (Total, Famílias e Governo).
97	Formação Bruta de Capital (Total, Fixo e Variação de Estoques).
98	Exportação.
99	Importação (-).
100	PIB a Preços de Mercado.
101	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA OFERTA (taxas de crescimento acumuladas em relação ao mesmo período do ano anterior (em %))
102	Indústria (Agropecuária, Extrativa Mineral, Transformação, Construção, Siup e Total).
103	Serviços (Comércio, Transporte, Comunicações, Instituições Financeiras, Outros Serviços, Aluguéis, Administração Pública e Total).
104	<i>Dummy</i> Financeiro.
105	PIB a Preços de Básicos.
106	Impostos sobre Produtos.
107	PIB a Preços de Mercado.
108	PIB TRIMESTRAL SEM AJUSTE SAZONAL – ÓTICA DA DEMANDA (taxas de crescimento acumuladas em relação ao mesmo período do ano anterior (em %))
109	Consumo (Total, Famílias e Governo).
110	Formação Bruta de Capital (Total, Fixo e Variação de Estoques).
111	Exportação.
112	Importação (-).
113	PIB a Preços de Mercado.
114	PIB TRIMESTRAL COM AJUSTE SAZONAL (taxa de crescimento em relação ao trimestre imediatamente anterior (em %)).
115	Agropecuária.
116	Indústria.
117	Serviços.
118	Consumo das Famílias

119	Formação Bruta de Capital Fixo.
120	Exportação.
121	Importação (-).
122	PIB a Preços de Mercado.
123	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)
124	FBCF (% do PIB) No Trimestre e Acumulada 4 Trimestres).
125	Série Dessazonalizada – Variação entre Trimestres (FBCF, Máquinas e Equipamentos (Exportações e Importações) e Construção).
126	Variação Acumulada 4 Trimestres (FBCF, Máquinas e Equipamentos (Exportações, Importações, Produção e Consumo Aparente) e Construção).
127	EMPREGO E RENDA
128	INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO
129	Taxa de Desemprego.
130	Taxa de Participação (IPEA/PIA).
131	População Economicamente Ativa - Em Mil Pessoas (Total, População Desocupada e População Ocupada).
132	Rendimento Médio Real Efetivo (R\$).
133	Rendimento Médio Real Habitual (R\$).
134	POPULAÇÃO OCUPADA – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (em %)
135	Empregados (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Demais – inclui setor público(Militar e RJU) e empregados não-remunerados).
136	Conta-Própria.
137	Empregadores.
138	Conta-Própria ou Empregadores Não-Remunerados.
139	Total.
140	POPULAÇÃO OCUPADA – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
141	Empregados (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Demais – inclui setor público(Militar e RJU) e empregados não-remunerados).
142	Conta-Própria.

143	Empregadores.
144	Conta-Própria ou Empregadores Não-Remunerados.
145	Total.
146	Memo: Crescimento da PEA.
147	RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (em R\$ de abril de 2004)
148	Setor Privado (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Total).
149	Setor Público.
150	Conta-Própria.
151	Total.
152	RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (em R\$ de abril de 2004)
153	Setor Privado (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Total).
154	Setor Público.
155	Conta-Própria.
156	Total.
157	RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
158	Setor Privado (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Total).
159	Setor Público.
160	Conta-Própria.
161	Total.
162	RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
163	Setor Privado (Com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Total).
164	Setor Público.
165	Conta-Própria.
166	Total.

167	NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO (série original – pesquisa semanal (base: junho de 1994=100))
168	NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO (série dessazonalizada - pesquisa semanal (base: junho de 1994=100))
169	SALÁRIO MÉDIO REAL NA INDÚSTRIA PAULISTA
170	MASSA SALARIAL REAL NA INDÚSTRIA PAULISTA
171	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NA GRANDE SÃO PAULO (série original – percentual da PEA)
172	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NA GRANDE SÃO PAULO (série dessazonalizada – percentual da PEA)
173	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA GRANDE SÃO PAULO (série original – percentual da PEA)
174	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA GRANDE SÃO PAULO (série dessazonalizada – percentual da PEA)
175	INFLAÇÃO
176	INDICADORES DE PREÇOS, JUROS E CÂMBIO (taxas mensais (em%))
177	Índice de Preços – Variação em % (IGP-M, IGPDI, IPA-DI, IPC, INCC, IPA-OG Agricultura, IPA-OG Indústria, IPCA, INPC e Fipe).
178	TR (Taxa de remuneração dos depósitos feitos no primeiro dia do mês).
179	TJLP.
180	Dólar – Segmento Livre (R\$/U\$\$) Venda (Média do Período, Final do Período e Variação Final do Período (%)).
181	INDICADORES DE PREÇOS, JUROS E CÂMBIO (variação acumulada em 12 meses (em %))
182	Índice de Preços – Variação em % (IGP-M, IGPDI, IPA-DI, IPC, INCC, IPA-OG Agricultura, IPA-OG Indústria, IPCA, INPC e Fipe).
183	TR (Taxa de remuneração dos depósitos feitos no primeiro dia do mês).
184	TJLP.
185	Dólar – Segmento Livre (R\$/U\$\$) Venda (Média do Período, Final do Período e Variação Final do Período (%)).
186	IGP-DI (base agosto de 1994=100)
187	IPCA (base: dezembro de 1994=100)
188	IPCA (taxas mensais (em %))
189	IPCA (variação acumulada em 12 meses (em %))
190	Índice cheio (IPCA Geral, Preços Livres (Total, Comercial e Não-Comercial) e Preços Administrativos.

191	Indicadores de Núcleo (Por Exclusão, Médias Aparadas e Núcleo IPEA).
192	IPCA e seus grupos (taxas mensais (em %))
193	Índice cheio (IPCA Geral, Preços Livres (Total, Comercial e Não-Comercial) e Preços Administrativos.
194	Indicadores de Núcleo (Por Exclusão, Médias Aparadas e Núcleo IPEA).
195	IPCA E SEUS GRUPOS (taxas mensais (em %))
196	Índice Geral.
197	Alimentação.
198	Habitação.
199	Artigos de Residência.
200	Vestuário.
201	Transporte.
202	Comunicação.
203	Saúde e Cuidados Pessoais.
204	Despesas Pessoais – Excluído o item educação.
205	Educação.
206	IPCA E SEUS GRUPOS (variação acumulada em 12 meses (em %))
207	Índice Geral.
208	Alimentação.
209	Habitação.
210	Artigos de Residência.
211	Vestuário.
212	Transporte.
213	Comunicação.
214	Saúde e Cuidados Pessoais.
215	Despesas Pessoais – Excluído o item educação.

216	Educação.
217	IPCA-15 e IPCA (taxas mensais e variação acumulada em 12 meses (em %))
218	Taxas Mensais.
219	Taxas Acumuladas em 12 Meses.
220	IPCA
221	Variação Mensal (%).
222	Índice Mensal (Dezembro de 1994=100).
223	Variação em 12 meses (%).
224	Índice Médio em 12 Meses.
225	Variação do Índice Médio em 12 Meses (%).
226	IPC-FIPE (variações quadrissemanais (em %))
227	Geral.
228	Alimentação.
229	Habitação.
230	Transporte.
231	Despesas Pessoais.
232	Vestuário.
233	Saúde.
234	Educação.
235	IPC-FIPE (variações acumuladas em 12 meses (em %))
236	Geral.
237	Alimentação.
238	Habitação.
239	Transporte.
240	Despesas Pessoais.

241	Vestuário.
242	Saúde.
243	Educação.
244	IPC E NÚCLEO DO IPC (taxas mensais e variação acumulada em 12 meses (em %))
245	Taxas Mensais.
246	Taxas Acumuladas em 12 Meses
247	IPC-S (variações quadrissemanais (em %)).
248	Geral.
249	Alimentação.
250	Habitação.
251	Vestuário.
252	Saúde (Inclui cuidados pessoais).
253	Educação (Inclui leitura e recreação).
254	Transporte.
255	Despesas Diversas.
256	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO (IGP-M): DECÊNIOS
257	IGP-M (IGP-M, IPA, IPC e INCC).
258	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – IGPs
259	Índice.
260	Geral.
261	IPA.
262	IPA-Agrícola.
263	IPA-Industrial.
264	IPC.
265	INCC

266	SETOR EXTERNO
267	BALANÇO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL (em US\$ milhões)
268	Transações Correntes (Balança Comercial, Serviços, Transferências Unilaterais e Total.
269	Capital e Financeira (Conta Capital, Capital e Financeira (Investimento Direto, Investimento Carteira e Demais) e Total.
270	Saldo.
271	SERVIÇOS E RENDAS – PERÍODO TRIMESTRAL (em US\$ milhões)
272	Total - A+B+C (Receita e Despesa).
273	A – Rendas (Juros e Lucros e Dividendos).
274	B – Serviços (Viagens Internacionais, Transportes, Seguros e Governamentais).
275	C – Demais.
276	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO EFETIVOS E DESSAZONALIZADOS (em US\$ milhões)
277	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES (resultado mensal (em US\$ milhões))
278	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES (resultado mensal (em US\$ milhões))
279	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: SALDO (resultado mensal (em US\$ milhões))
280	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES (variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
281	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES (variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
282	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: SALDO (variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
283	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES (acumulado em 12 meses (em US\$ milhões))
284	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES (acumulado em 12 meses (em US\$ milhões))
285	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: SALDO (acumulado em 12 meses (em US\$ milhões))
286	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES (variação do acumulado em 12 meses (em %))
287	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES (variação do acumulado em 12 meses (em %))
288	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: SALDO (variação do acumulado em 12 meses (em %))
289	BALANÇA COMERCIAL: CONCEITO FÍSICO (taxas de crescimento – exportações e importações (em %))

290	Variação em Relação ao mesmo Mês do Ano Anterior.
291	Variação do Acumulado até o Mês em Relação ao mesmo Período do Ano Anterior.
292	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (em US\$ milhões)
293	Total.
294	Produtos Básicos.
295	Industrializados (1)+(2).
296	Produtos Semimanufaturados (1).
297	Produtos Manufaturados (2).
298	Op. Esp.
299	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (em %))
300	Total.
301	Produtos Básicos.
302	Industrializados (1)+(2).
303	Produtos Semimanufaturados (1).
304	Produtos Manufaturados (2).
305	Op. Esp.
306	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (acumulado em 12 meses (em US\$ milhões))
307	Total.
308	Produtos Básicos.
309	Industrializados (1)+(2).
310	Produtos Semimanufaturados (1).
311	Produtos Manufaturados (2).
312	Op. Esp.
313	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (variação do acumulado em 12 meses (em %))

314	Total.
315	Produtos Básicos.
316	Industrializados (1)+(2).
317	Produtos Semimanufaturados (1).
318	Produtos Manufaturados (2).
319	Op. Esp.
320	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (acumulado no ano (em US\$ milhões))
321	Total.
322	Produtos Básicos.
323	Industrializados (1)+(2).
324	Produtos Semimanufaturados (1).
325	Produtos Manufaturados (2).
326	Op. Esp.
327	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO (variação do acumulado no ano (em %))
328	Total.
329	Produtos Básicos.
330	Industrializados (1)+(2).
331	Produtos Semimanufaturados (1).
332	Produtos Manufaturados (2).
333	Op. Esp.
334	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO (em US\$ milhões)
335	Matérias-Primas e Produtos Intermediários.
336	Combustíveis e Lubrificantes.
337	Bens de Capital.
338	Bens de Consumo (Não-Duráveis, Duráveis (Automóveis, Outros e Total)).

339	Total.
340	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO (acumulado em 12 meses (em US\$ milhões))
341	Matérias-Primas e Produtos Intermediários.
342	Combustíveis e Lubrificantes.
343	Bens de Capital.
344	Bens de Consumo (Não-Duráveis, Duráveis (Automóveis, Outros e Total).
345	Total.
346	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO (variação do acumulado em 12 meses (em %))
347	Matérias-Primas e Produtos Intermediários.
348	Combustíveis e Lubrificantes.
349	Bens de Capital.
350	Bens de Consumo (Não-Duráveis, Duráveis (Automóveis, Outros e Total).
351	Total.
352	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO (acumulado no ano (em US\$ milhões))
353	Matérias-Primas e Produtos Intermediários.
354	Combustíveis e Lubrificantes.
355	Bens de Capital.
356	Bens de Consumo (Não-Duráveis, Duráveis (Automóveis, Outros e Total).
357	Total.
358	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO (variação do acumulado no ano (em %))
359	Matérias-Primas e Produtos Intermediários.
360	Combustíveis e Lubrificantes.
361	Bens de Capital.
362	Bens de Consumo (Não-Duráveis, Duráveis (Automóveis, Outros e Total).

363	Total.
364	ÍNDICES DA TAXA DE CâMBIO EFETIVA REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E PARA EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS
365	Total das Exportações (INPC).
366	Total das Exportações (IPA-OG).
367	Exportações de Manufaturados (INPC).
368	Exportações de Manufaturados (IPA-OG/IT)
369	RELAÇÃO CâMBIO EFETIVO/SALÁRIO
370	RELAÇÃO CâMBIO/SALÁRIO
371	ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DE EXPORTAÇÃO (TOTAL E FATOR AGREGADO) – PERÍODO MENSAL
372	Total.
373	Básicos.
374	Semimanufaturados.
375	Manufaturados.
376	ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DE IMPORTAÇÃO (TOTAL E CATEGORIA DE USO) – PERÍODO MENSAL
377	Total.
378	Bens de Capital.
379	Intermediários.
380	Bens de Consumo Duráveis.
381	Bens de Consumo Não-Duráveis.
382	Combustíveis.
383	ECONOMIA INTERNACIONAL
384	COTAÇÕES DAS MOEDAS INTERNACIONAIS
385	Iene/US\$.
386	Libra Esterlina/US\$.
387	US\$/Libra Esterlina.

388	Euro/US\$.
389	US\$/Euro.
390	ESTADOS UNIDOS: TAXA BÁSICA DE JUROS – FED FUNDS
391	TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS E ÍNDICE DE AÇÕES
392	Estados Unidos (T-Note (2anos), T-Note (5 anos), T-Note (10 anos) T-Bonds (30 anos), Índice Dow Jones e Nasdaq.
393	ESTADOS UNIDOS: ÍNDICE DE PREÇOS
394	PPI.
395	CPI.
396	POLÍTICA MONETÁRIA
397	COEFICIENTE DE MONETIZAÇÃO COMO PROPORÇÃO DO PIB (Estimativa do Bacen para o PIB dos últimos 12 meses a preços do mês assinalado)
398	Base Monetária.
399	M1
400	Depósitos de Poupança.
401	Títulos Privados (Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias).
402	M2.
403	Quotas de Fundos de Renda Fixa (Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira).
404	Operações Compromissadas c/Tít. Fed. (As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando se eliminou o prazo mínimo de 30 dias, exigindo em tais operações desde outubro de 1991).
405	M3.
406	Títulos Federais (Selic).
407	Títulos Estaduais e Municipais.
408	M4.
409	SPREAD DE RISCO SOBERANO – BRASIL E BÔNUS GLOBAIS
410	C-Bond.
411	Global (9).

412	Global (12).
413	Global (24).
414	Global (27).
415	Global (40).
416	TAXA DE JUROS – TBC/TBAN/SELIC (em %)
417	TAXA DE JUROS PREFIXADA – MÉDIAS MENSAS (em %)
418	DI de 1 Dia - Contrato Futuro com Vencimento em (t + 1, t + 3 e t + 6).
419	TAXA DE JUROS – TJLP
420	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO (em percentual do PIB).
421	Recursos Livres (Os recursos livres são definidos de acordo com a Circular 2.957, de 30/12/1999. Não inclui companhias hipotecárias e agências de fomento e desenvolvimento.
422	Recursos Direcionados (Refere-se a créditos a taxas de juros administradas).
423	Operações de <i>Leasing</i> .
424	Setor Público (Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais).
425	Total Geral.
426	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO (evolução do crédito com recursos livres e direcionados (em % do PIB)).
427	Recursos Livres (Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas (Excluídos os créditos referenciados em moeda estrangeira), Pessoas jurídicas (Operações de crédito referenciadas em moeda estrangeira) e Total.
428	Recursos Direcionados - Refere-se a créditos a taxas de juros administradas (Habitação, Rural, BNDES (Direto, Repasses (Inclui créditos ao setor privado sob a forma de repasses, inclusive via Fname) e Total), Outros, Total.
429	Operações de <i>Leasing</i> .
430	Setor Público.
431	Total Geral.
432	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES
433	PJ.
434	PF.
435	Total.

436	OPERAÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO (Inclui operações de arrendamento mercantil)
437	Setor Público – Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais (Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais e Total do Setor Público).
438	Setor Privado (Indústria, Habitação, Rural, Comércio, Pessoas Físicas, Outros Serviços e Total do Setor Privado).
439	Total Geral.
440	POLÍTICA FISCAL
441	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - em R\$ milhões de março de 2004 (Receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal)
442	IR.
443	IPI.
444	II.
445	IOF.
446	CPMF.
447	Cofins.
448	CSLL.
449	Pis/Pasep.
450	Demais (Inclui outras receitas administradas, Refis e Paes).
451	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FISCAIS DO TESOIRO (em bilhões de abril de 2004)
452	Pessoal e Encargos.
453	Transf. Intergov.
454	Encargos da Dívida.
455	Despesas com OODC.
456	Outras Despesas.
457	Despesas Previdenciárias.
458	Despesas Fiscais.
459	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOIRO NACIONAL (em bilhões de abril de 2004)
460	Receita - Em regime de competência (1).

461	Despesa – Em regime de caixa (2).
462	Resultado Primário (3) = (1) – (2).
463	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: GOVERNO CONSOLIDADO – FLUXO DOS ÚLTIMOS 12 MESES – em % do PIB (Sem desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna)
464	Primário.
465	Juros Reais.
466	Operacional.
467	Nominal.
468	Juros Nominais.
469	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: GOVERNO FEDERAL E BACEN – FLUXO DOS ÚLTIMOS 12 MESES – em % do PIB (Sem desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna)
470	Primário.
471	Juros Reais.
472	Operacional.
473	Nominal.
474	Juros Nominais.
475	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – FLUXO DOS ÚLTIMOS 12 MESES - em % do PIB (Sem desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna)
476	Primário.
477	Juros Reais.
478	Operacional.
479	Nominal.
480	Juros Nominais.
481	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO: EMPRESAS ESTATAIS (Engloba as empresas federais, estaduais e municipais) – FLUXO DOS ÚLTIMOS 12 MESES - em % do PIB (Sem desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna)
482	Primário.
483	Juros Reais.

484	Operacional.
485	Nominal.
486	Juros Nominais.
487	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO – em % do PIB (PIB em 12 meses a preços do último mês do período)
488	Dívida Interna e Externa do Setor Público.
489	Gov. Central + Bacen.
490	Estados e Municípios.
491	Empresas Estatais.
492	Total.
493	DÍVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO – em % do PIB (PIB em 12 meses a preços do último mês do período)
494	Gov. Central + Bacen.
495	Estados e Municípios.
496	Empresas Estatais.
497	Total.
498	RECEITA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS) – BRASIL
499	ICMS Correntes (Em R\$ Mil).
500	ICMS a Preços do Último Mês (Deflator: IPCA).
501	PREVISÕES
502	PROJEÇÕES PARA NÍVEL DE ATIVIDADES, EMPREGO, SALÁRIOS, UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE E TAXA DE INVESTIMENTO
503	Produto Interno Bruto.
504	Formação Bruta de Capital Fixo.
505	FBKF – Máquinas e Equipamentos.
506	FBKF – Construção Civil.
507	Consumo.

508	Consumo Privado.
509	Consumo do Governo.
510	Exportações Bens+Serviços NF.
511	Importações Bens+Serviços NF.
512	Taxa de Desemprego – PME.
513	Rendimento Médio Real – PME.
514	Taxa de Investimento, Preços Correntes.
515	Taxa de Utilização da Capacidade.
516	PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO, CÂMBIO E JUROS
517	IPCA.
518	IGP-DI.
519	IPA-DI.
520	Taxa de Juros Over-Selic.
521	Taxa de Juros Real.
522	Taxa de Câmbio Nominal.
523	Taxa de Câmbio Real.
524	PROJEÇÕES PARA USOS E FONTES DE RECURSOS (em US\$ bilhões)
525	Usos.
526	Balança Comercial.
527	Exportações.
528	Importações.
529	Serviços e Rendas (Lucros e Dividendos, Juros, Receita, Despesa, Fretes+Seguros, Viagens Internacionais e Outros Serviços).
530	Transferências Unilaterais.
531	Saldo em Conta Corrente.
532	Amortizações LP.

533	Fontes.
534	Conta Capital.
535	Investimento Externo Direto.
536	Investimento Ações e Papéis Dom. LP.
537	Desemb. de Médio e Longo Prazos.
538	Ativos Brasileiros no Exterior.
539	Empréstimo ao Bacen.
540	Demais.
541	Ativos de Reservas.
542	PRODUTO INTERNO BRUTO (série encadeada do índice trimestral (1990=100)).
543	PIB a Preços de Mercado.
544	Impostos sobre Produtos.
545	PIB (a Preços Básicos).
546	Agropecuário.
547	Indústria (Extrativa Mineral, Transformação, Construção e Siups).
548	Serviços (Comércio, Transporte e Demais).
549	Consumo (Governo e Famílias).
550	FBCF.
551	Exportações.
552	Importações.
553	PRODUTO INTERNO BRUTO REAL (séries encadeadas do índice trimestral com ajuste sazonal)
554	Agropecuária.
555	Indústria.
556	Serviços.
557	Preços Básicos.

558	Preços de Mercado.
559	Variação Trimestral (PIB pm).
560	PRODUTO INTERNO BRUTO (taxa acumulada ao longo do ano (em %)).
561	PIB a Preços de Mercado.
562	Impostos sobre Produtos.
563	PIB (Valor adicionado a Preços Básicos).
564	Agropecuário.
565	Indústria (Extrativa Mineral, Transformação, Construção e Siups).
566	Serviços (Comércio, Transporte e Demais).
567	Consumo (Governo e Famílias).
568	FBCF.
569	Exportações.
570	Importações.
571	PRODUTO INTERNO BRUTO (trimestre/mesmo trimestre do ano anterior (em %)).
572	PIB pm.
573	Impostos sobre Produtos.
574	VA pb.
575	Agropecuário.
576	Indústria (Extrativa Mineral, Transformação, Construção e Siups).
577	Serviços (Comércio, Transporte e Demais).
578	Consumo (Governo e Famílias).
579	FBCF.
580	Exportações.
581	Importações.

APÊNDICE E – PLANILHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS BOLETINS

INDICADORES	INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DOS BOLETINS												
	IBGE	IPEA	BNDES	FGV	MTE	FIPE	BACEN	IE/UFRJ	CNC	FUNDAP DIESP	IEA/SP	FIESP	UNICAMP
NÍVEL DE ATIVIDADE													
INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1
INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1
INDICADORES CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
INDICADORES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0
SERVIÇOS	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1
COMÉRCIO	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1
PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
EMPREGO E RENDA													
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	1
POPULAÇÃO OCUPADA	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	1
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1
SALÁRIO MÉDIO REAL	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1
MASSA SALARIAL REAL	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1
TAXA DE DESEMPREGO TOTAL	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1

INDICADORES	INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DOS BOLETINS												
	IBGE	IPEA	BNDES	FGV	MTE	FIPE	BACEN	IE/UFRJ	CNC	FUNDAP DIESP	IEA/SP	FIESP	UNICAMP
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1
INFLAÇÃO													
INDICADORES DE PREÇOS, JUROS E CÂMBIO	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1
IGPs	1	1	1	1	0	0	1		1	1	1	0	1
IPCA	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1
IPCA E SEUS GRUPOS	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
IPCA-15	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
IPC	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
IPC E NÚCLEO DO IPC	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INCC	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0
SETOR EXTERNO													
BALANÇO DE PAGAMENTOS	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1
SERVIÇOS E RENDAS	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO EFETIVOS	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR SETORES	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
ÍNDICES DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E PARA EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
RELAÇÃO CÂMBIO/SALÁRIO	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DE EXPORTAÇÃO	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1

INDICADORES	INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DOS BOLETINS												
	IBGE	IPEA	BNDES	FGV	MTE	FIPE	BACEN	IE/UFRJ	CNC	FUNDAP DIESP	IEA/SP	FIESP	UNICAMP
ECONOMIA INTERNACIONAL													
COTAÇÕES DAS MOEDAS INTERNACIONAIS	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
ESTADOS UNIDOS: TAXA BÁSICA DE JUROS – FED FUNDS	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS E ÍNDICE DE AÇÕES	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
ESTADOS UNIDOS: ÍNDICE DE PREÇOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POLÍTICA MONETÁRIA													
COEFICIENTE DE MONETIZAÇÃO COMO PROPORÇÃO DO PIB	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
SPREAD DE RISCO SOBERANO – BRASIL E BÔNUS GLOBAIS	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SELIC	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1
TAXA DE JUROS PREFIXADA – MÉDIAS MENSAS	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
TAXA DE JUROS	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
RISCO BRASIL e dos PAÍSES EMERGENTES	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO e CUSTO DO CRÉDITO	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
POLÍTICA FISCAL													
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FISCAIS DO TESOURO NACIONAL	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1

INDICADORES	INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DOS BOLETINS												
	IBGE	IPEA	BNDES	FGV	MTE	FIPE	BACEN	IE/UFRJ	CNC	FUNDAP DIESP	IEA/SP	FIESP	UNICAMP
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1
DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1
DÍVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1
RECEITA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS) – BRASIL	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1
PROJEÇÕES													
PROJEÇÕES PARA NÍVEL DE ATIVIDADES, EMPREGO, SALÁRIOS, UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE E TAXA DE INVESTIMENTO	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO, CÂMBIO E JUROS	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PROJEÇÕES PARA USOS E FONTES DE RECURSOS	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PRODUTO INTERNO BRUTO	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PREVISÕES E ESTIMATIVAS DE SAFRAS AGRÍCOLAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0

Nota: Sinais convencionais utilizados:

0 Não possui.

1 Possui.

APÊNDICE F - RESULTADO DA COLETA DE DADOS DO COTEJAMENTO

BOLETIM DE CONJUNTURA DO IPEA						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade Econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda real	1	Inglesos	1	Renda	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1		0
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
Política creditícia	Política de crédito	1		0		0
Política Fiscal	Política fiscal	1		0		0
Política Agrícola	Política agrícola	1		0		0
Projeções macroeconômicas	Previsão	0	Previsiones económicas	1		0
TOTAL: 10		8		7		3

SINOPSE ECONÔMICA DO BNDES						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Inflação	Inflação	1	Inflación	1	Inflação	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Mercado financeiro	Finanças	1	Mercados financieros	1	Mercado Financeiro	1
Desembolso do BNDES		0		0		0
Fontes de captação		0		0		0
Projeções macroeconômicas	Previsão	1	Previsiones económicas	1		0
TOTAL: 8		5		5		3

CONJUNTURA ECONÔMICA DA FGV						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade Econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Comércio	Comércio	1	Actos de comercio	1	Comércio	1
Consumo	Consumo	1	Consumo	1	Consumo	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
Política creditícia	Política creditícia	1		0		0
Economia Internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Contas Nacionais		0	Cuentas	1	Contas nacionais	1
Agropecuária	Economia agropecuária	1		0	Agropecuária	1
Seguros		0	Seguros	1	Seguros	1
Previdência aberta		0		0		0
Capitalização		0	Capitalización	1		0
TOTAL: 15		10		11		10

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO MTE						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
TOTAL: 2		2		2		2

BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA FIPE						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Agricultura	Economia agrícola	1	Agricultura	1	Agricultura	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Finanças públicas	Finanças públicas	0		0	Finanças públicas	1
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
TOTAL: 5		3		4		3

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
Política creditícia	Política creditícia	1		0		0
Mercados financeiros	Finanças	1	Mercados financieros	1	Mercado financeiro	1
Mercados de capitais	Movimentos de capital	1	Mercado de capitales	1	Mercado de capitais	1
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Principais medidas de política econômica	Política econômica	1	Política económica	1	Política econômica	1
Política Agrícola	Política agrícola	1		0		0
TOTAL: 10		9		7		6

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL						
Termos Identificados	Termos Selecionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Decisões do Copom		0		0		0
Preços	Preços	1	Precios	1	Preços	1
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
Política creditícia	Política creditícia	1		0		0
Política fiscal	Política fiscal	1		0		0
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Perspectivas para a inflação		0		0		0
Projeções macroeconômicas	Previsão	1	Previsiones económicas	1		0
Medidas de política econômica	Política econômica	1	Política económica	1		0
TOTAL: 11		8		7		3

ECONOMIA & CONJUNTURA DA UFRJ						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Política fiscal	Política fiscal	1		0		0
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Investimentos	Investimentos	1	Inversiones	1		1
Projeções macroeconômicas	Previsão	1	Previsiones económicas	1		0
Inflação	Inflação	1	Inflación	1	Inflação	1
TOTAL: 6		5		5		2

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA DA CNC						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Comércio varejista	Varejo	1		0	Comércio varejista	1
TOTAL: 2		2		1		1

INDICADORES DIESP DA FUNDAP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Mercado financeiro	Finanças	1	Mercados financieros	1	Mercado financeiro	1
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Preços	Preços	1	Precios	1	Preços	1
Projeções macroeconômicas	Previsão	1	Previsiones económicas	1		0
Empregos	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
TOTAL: 7		7		6		5

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO IEA-SP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Agropecuária	Economia agropecuária	1		0	Agropecuária	1
Preços pagos no atacado		0		0		0
Preços pagos no varejo		0		0		0
Preços recebidos no atacado		0		0		0
Preços recebidos no varejo		0		0		0
Indicadores de Conjuntura	Indicadores econômicos	1	Indicadores de coyuntura	1		0
Salários rurais	Salário rural	1		0		0
Estimativa de Produção Animal		0		0		0
Previsões das safras agrícolas		0		0		0
Estimativas das safras agrícolas		0		0		0
TOTAL: 10		3		1		1

LEVANTAMENTO DE CONJUNTURA DA FIESP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Nível de atividade	1	Actividades Económicas	1		0
Produção industrial	Produção industrial	1	Producción industrial	1		0
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
TOTAL: 4		4		4		2

NÍVEL DE EMPREGO DA FIESP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Emprego por sindicato		0		0		0
TOTAL: 1		0		0		0

POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO DA UNICAMP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Moedas	Moeda (Economia)	1		0	Moedas	1
Finanças privadas	Finanças privadas	1		0		0
Finanças públicas	Finanças públicas	1		0	Finanças públicas	1
Produção	Produção (Economia)	1	Política de producción	1	Produção	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
TOTAL: 8		7		5		6

RETAIL HIGHLIGHTS						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Comércio varejista	Varejo	1		0	Comércio varejista	1
Movimento estoque		0		0		0
TOTAL: 8		1		0		1

INFORME SEBRAE-SP						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
Projeções das Micro e Pequenas Empresas paulistas		0		0		0
TOTAL: 4		3		3		2

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado Aberto do MF						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Títulos federais		0		0		0
TOTAL: 1		0		0		0

INDICADORES INDUSTRIAIS DA CNI						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Produção industrial	Produção industrial	1	Producción industrial	1		0
Emprego	Emprego	1	Empleo	1	Emprego	1
Renda	Renda	1	Inglesos	1	Renda	1
TOTAL: 4		4		4		2

CARTA DO IEDI						
Termos Identificados	Termos Seleccionados					
	VC-USP	Qt	ISOC	Qt	LCSH-BN	Qt
Nível de atividade	Atividade econômica	1	Actividades Económicas	1		0
Setor externo		0	Sector exterior	1		0
Economia internacional	Economia internacional	1	Economía Internacional	1	Economia internacional	1
Política monetária	Política monetária	1	Política de cambios	1	Política monetária	1
Política creditícia	Política creditícia	1		0		0
Política fiscal	Política fiscal	1		0		0
TOTAL: 6		5		4		2

APÊNDICE G – ÁRVORE DE DOMÍNIO EM ORDEM ALFABÉTICA POR LINGUAGEM E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

VC-USP	NL	TESAURO ISOC	NL	LCSH-BN	NL	BC-IPEA	NL	TAE	NL	CNAE 2.0	NL	JEL	NL
Censos	1	Ciencias sociales	2	Câmbio	3	Economia internacional	4	Acompanhamento de preços do atacado	5	Administração pública	6	Administração de empresa e economia empresarial; marketing; contabilidade	7
Comércio	1	Crecimiento y desarrollo económicos	2	Espaço em economia	3	Emprego e renda	4	Administração pública	5	Agricultura	6	Desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e crescimento	7
Condição econômica	1	Economía de la empresa	2	Estagnação econômica	3	Inflação	4	Comércio atacadista	5	Água	6	Economia da agricultura e dos recursos naturais; economia ambiental e ecológica	7
Cooperativas	1	Economía del sector público	2	Estatística	3	Nível de atividade	4	Comércio e Serviços	5	Alimentação	6	Economia financeira	7
Desenvolvimento econômico	1	Economía internacional	2	Estatística e dinâmica (Ciências sociais)	3	Política fiscal	4	Comércio varejista	5	Alojamento	6	Economia geral e ensino	7
Econometria	1	Estructura y sectores económicos	2	Finanças	3	Política monetária	4	Cooperativas	5	Armazenagem	6	Economia internacional	7
Economia	1	Historia económica y pensamiento económico	2	História econômica	3	Projeções	4	Desemprego	5	Artes	6	Economia pública	7
Economia ambiental	1	Métodos matemáticos y cuantitativos	2	Homem econômico	3	Setor externo	4	Emprego formal	5	Atividades administrativas e serviços complementares	6	Economia urbana, rural e regional	7
Economia comparada	1	Sistema financiero	2	Indexação (Economia)	3			Estatísticas de sindicatos	5	Atividades científicas	6	Escolas de pensamento e metodologia econômicas	7
Economia de mercado	1	Teoría económica	2	Individualismo	3			Estatísticas sobre empresas de	5	Atividades de gestão de	6	Historia da economia	7

VC-USP	NL	TESAURO ISOC	NL	LCSH-BN	NL	BC-IPEA	NL	TAE	NL	CNAE 2.0	NL	JEL	NL
								serviços		resíduos e descontaminação			
Economia dirigida	1	Trabajo, consumo y bienestar	2	Indústrias	3			Estatísticas sobre micro-empresas	5	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6	Lei e economia	7
Economia do trabalho	1			Lucros	3			Finanças públicas	5	Atividades imobiliárias	6	Macroeconomia e economia monetária	7
Economia evolucionária	1			Luxo	3			Indicadores conjunturais de indústria	5	Atividades profissionais	6	Métodos matemáticos e quantitativos	7
Economia gerencial	1			Macroeconomia	3			Índices de preços ao consumidor	5	Atividades técnicas	6	Microeconomia	7
Economia humana	1			Microeconomia	3			Indústria	5	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6	Organização industrial	7
Economia informal	1			Mutualismo	3			Indústria de construção civil	5	Construção	6	Outros tópicos especiais	7
Economia institucional	1			Negócios	3			Indústria extrativa mineral	5	Correios	6	Saúde, educação e previdência Social	7
Economia interna	1			Neuroeconomia	3			Nível geral do salário	5	Cultura	6	Sistemas econômicos	7
Economia livre	1			Números índices (Economia)	3			Preços	5	Defesa	6	Trabalho e economia demográfica	7
Economia monetária	1			Oferta e procura	3			Preços de produção agrícola	5	Educação	6		
Economia política	1			Política econômica	3			Produção, emprego e salário	5	Eleticidade e gás	6		
Economia solidária	1			População	3			Trabalho e Rendimento	5	Esgoto	6		
Espaço econômico	1			Produto nacional bruto	3			Transporte de cargas	5	Esporte e recreação	6		
Finanças	1			Propriedade	3			Transporte de passageiros	5	Indústrias de transformação	6		
Finanças públicas	1			Renda	3					Indústrias extrativas	6		

VC-USP	NL	TESAURO ISOC	NL	LCSH-BN	NL	BC-IPEA	NL	TAE	NL	CNAE 2.0	NL	JEL	NL
Levantamentos econômicos	1			Riqueza	3					Informação e comunicação	6		
Macroeconomia	1			Risco (Economia)	3					Organismos internacionais	6		
Medidas econômicas	1			Setor informal (Economia)	3					Outras atividades de serviços	6		
Ordem econômica	1			Solo - Uso	3					Outras instituições extraterritoriais	6		
Política de desenvolvimento	1			Superprodução	3					Pecuária	6		
População economicamente ativa	1			Teoria do <i>turnpike</i> (Economia)	3					Pesca e aquicultura	6		
Previsão econômica	1			Trustes industriais	3					Produção florestal	6		
Produção (economia)	1			Valor (Economia)	3					Saúde humana	6		
Recursos energéticos	1									Seguridade social	6		
Reforma econômica	1									Serviços domésticos	6		
Relações econômicas	1									Serviços sociais	6		
Teorias econômicas	1									Transporte	6		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: NL – Número da Linguagem. 1 – VC-USP. 2 – Tesouro ISOC de Economia. 3 – LCSH-BN. 4 – BC-IPEA. 5 – TAE. 6 – CNAE 2.0. 7 – JEL.